



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS DA AMAZÔNIA

BALATA: DA FLORESTA À FEIRA

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

Santarém/PA
Novembro/2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) Sistema Integrado de
Bibliotecas – SIBI/UFOPA

S729b Souza, Brenda Rúbia Gonçalves de
Balata: da floresta à feira./ Brenda Rúbia Gonçalves de Souza. – Santarém, 2018.
113 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho
Coorientador: Thiago Almeida Vieira
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria
de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica, Programa de Pós-Graduação
em Recursos Naturais da Amazônia.

1. Balata. 2. Extrativismo. 3. Unidades de conservação. I. Carvalho, Luciana
Gonçalves de, orient. II. Vieira, Thiago Almeida, coorient. III. Título.

CDD: 23 ed. 338.1749098115

Bibliotecária - Documentalista: Renata Ferreira – CRB/2 1440

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

BALATA: DA FLORESTA À FEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito para obtenção do título de mestre em Recursos Naturais da Amazônia, Área de Concentração: Bioprospecção de Recursos Naturais da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho

Co-Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

Santarém/PA
Novembro/2017

BRENDA RÚBIA GONÇALVES DE SOUZA

BALATA: DA FLORESTA À FEIRA

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais, Área de concentração: Bioprospecção e Manejo de Recursos Naturais da Amazônia.

Prof. Dr. Troy Patrick Beldini (UFOPA)
Coordenador do PGRNA

Data de aprovação: de novembro de 2017

Banca examinadora:

Prof. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho (PGRNA/UFOPA)
Orientadora

Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira (PPGSAQ/UFOPA)
Coorientador

Prof. Dr. João Ricardo Gama (IBEF/UFOPA)
Examinador 1

Prof. Dra. Ednea Nascimento (PPGCS/UFOPA)
Examinador 2

Prof. Dr. João Thiago Rodrigues de Sousa (IBEF/UFOPA)
Examinador 3

AGRADECIMENTOS

Inicialmente e principalmente a Deus pela oportunidade concedida e realizar este sonho de qualificação acadêmica e profissional, dando o suporte essencial para que eu não desistisse ao longo do processo, o fortalecimento físico, intelecto e espiritual, juntamente com a intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, minha padroeira e mãezinha do céu, a quem devoto toda minha fé, foram primordiais.

À minha orientadora, Dra. Luciana Carvalho, pela paciência, motivação e amizade desde o primeiro momento. Sempre serei grata a ela, que se tornou indiscutivelmente uma referência pessoal e não só profissional.

Ao meu coorientador, Dr. Thiago Almeida, que, pelas linhas do destino, sempre veio a somar durante várias fases da minha vida, na aprendizagem acadêmica e profissional.

Aos balateiros de Monte Alegre, especialmente o Seu Zeca que, humildemente e pacientemente, colaborou de forma impar para este estudo.

À bolsista Ana Paula Araújo, acadêmica do curso de Antropologia da Ufopa, nas pesquisas de campos e sistematização de dados.

A todos os artesãos de balata, sempre tão atenciosos quando requisitados para esclarecer dados para a pesquisa.

Aos meus amigos de turma PGRNA/2016, que me acolheram de forma tão carinhosa, dando apoio incondicional nessa intensa jornada. Lembrarei nossas gargalhadas em sala de aula, que se estendiam nos momentos de angústia que dividimos uns com outros. Nossa! Essa galera é demais, com seu jeito no partilhar os pensamentos positivos.

À minha família, que sempre acreditou em mim, eu agradeço infinitamente. À minha mãe Rubenita Gonçalves, pelas suas orações e estímulo; ao meu irmão Pablo Humberto Gonçalves, por sabermos exatamente o caminho pelo qual andamos e o quanto esse momento foi tão sonhado. Minhas cunhadas e amigas Elizabeth Marques e Socorro Helena Souza, com suas palavras positivas e incentivadoras. À minha sogra e amiga Diraci Souza. Às comadres que amo tanto e que acima de tudo são amigas, parceiras e irmãs de coração, Michelle Pontes e Cristina Batista: desde o primeiro momento deste mestrado foram essenciais me colocando para cima quando eu me encontrava sem ânimo e querendo desistir.

Aos meus filhos Rider Junior e Maria Clara que são e serão sempre minhas riquezas maiores, fontes de motivação e renovação de energia para nunca desistir, meus planos e ações são sempre para e por eles. E, claro, ao meu marido Rider Souza, que sempre me motivou a seguir na pesquisa e a juntos trilharmos uma longa e intensa história de vida.

Em memória ao meu avô “Pernambuco” e aos meus tios Ronaldo e “Bebeu” que foram as figuras paternas que tive como referência, e ao meu sogro Edivaldo Souza, que, onde quer que estejam, estão orgulhosos e muitos felizes, obrigada por terem sido meus mentores na conscientização política e social.

Enfim, meu MUITO OBRIGADA para todos que torceram e vibraram por mim enviando energias positivas e me deram desde informações a apoio com atitudes e palavras.

RESUMO: Esta dissertação tem como objeto o extrativismo e o artesanato de balata no Pará. Seu objetivo é descrever os circuitos percorridos pelo látex da árvore popularmente conhecida como balateira (*Manilkara bidentata*) desde a extração, no espaço da floresta, até a sua comercialização na feira da Praça da República, em Belém/PA, onde aparece sob a forma de miniaturas representativas da natureza e da cultura de comunidades amazônicas. Trata-se de um artesanato reconhecido como patrimônio cultural do estado do Pará e premiado pela Unesco, que, atualmente, depende integralmente da matéria-prima extraída na Floresta Estadual do Paru, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável situada na região da Calha Norte, onde vêm ocorrendo processos de concessão florestal que incidem em áreas de balatais. Trabalha-se na perspectiva de analisar a cadeia produtiva da balata, a partir do ponto de vista dos extrativistas (balateiros) e dos artesãos, visto que são dois grupos diferenciados na estratégia de extração, produção, beneficiamento e comercialização de produtos do látex. A metodologia adotada na pesquisa baseia-se em uma visão interdisciplinar nos eixos ambientais, sociais e econômicos, e parte de levantamentos bibliográfico e documental, aplicação de formulários, entrevistas e procedimentos de identificação de peças de artesanato.

PALAVRAS CHAVES: balata; extrativismo, unidade de conservação, artesanato.

ABSTRACT: This thesis aims to describe the circuits covered by the latex of the tree popularly known as *balateira* (*Manilkara bidentata*) from the extraction, in the forest, until its commercialization in the fair of the Praça da República, in Belém/PA, where it appears in the form of miniatures representing the nature and culture of Amazonian communities. It is a handicraft recognized as a cultural heritage of the state of Pará and awarded by Unesco, which currently depends entirely on the raw material extracted in the State Forest of Paru, a Sustainable Use Conservation Unit located in the region of Calha Norte, where forest concession processes have been occurring in areas of balatais. The aim is to analyze the production chain of balata, from the point of view of extractivists (balateros) and artisans, since they are two distinct groups in the strategy of extraction, production, processing and marketing of latex products. The methodology adopted in the research is based on an interdisciplinary vision in the environmental, social and economic axes, and part of bibliographical and documentary surveys, application of forms, interviews and identification procedures for handicraft pieces.

KEYWORDS: balata, extractivism, conservation units, crafts.

LISTA DE FIGURAS

Mapa do lote de concessões na Flota Paru. Fonte: Ideflor.28 Erro! Indicador não definido.	
Figura 2: Mapa das sobreposições de UMFs aos balatais do rio Maicuru. Fonte: Hortoflorestal, 2013.	30
Figura 3: Mapa de área de balatal. Fonte: Midiã Yano (2017).	32
Figura 4: Balateiros na assembleia de fundação da associação. Acervo Pepca/Ufopa.	35
Figura 5: Balateiros aposentados no grupo. Fonte: Pepca/Ufopa. Sistematizado pela autora.	36
Figura 6: Motivo da aposentadoria dos balateiros. Fonte: Pepca/Ufopa. Sistematizado pela autora.	37
Figura 7: Mapa de localização e distribuição dos balateiros no Município de Monte Alegre – PA. Elaborado pela autora, 2017	39
Figura 8: Certificado do prêmio conferido pela Unesco.	59
Figura 9: Texto da Lei nº 8.073/ 2014. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Pará.	60
Figura 10: Turma de balateiros em 2012. Da esquerda para direita: Luminato, João, José, Edinaldo e Delival. Acervo Pepca/Ufopa.	68
Figura 11: Fuste com painel de extração para a balata. Foto: Marcelo Araújo, 2012.	70
Figura 12: Folhas de balata. Fonte: ITTO, 2016.	71
Figura 13: Representação visual dos balatais do rio Maicuru. Foto: Luciana Carvalho	73
Figura 14: Cinturão. Acervo Pepca/Ufopa.	77
Figura 15: Esporas. Acervo Pepca/Ufopa.	77
Figura 16: Mantimentos e medicamentos para expedição de 2012.	78
Figura 17: Subida ao rio Maicuru na expedição de 2010. Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.	80
Figura 18: Trecho cruzado por terra, na expedição de 2010. Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.	81
Figura 19: Embarcações usadas pelos balateiros. Acervo Hortoflorestal.	82
Figura 20: Tapiri. Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.	83

Figura 21: Refeição preparada no tapiri. Acervo Hortoflorestal.....	84
Figura 22: Entrada nas trilhas de coleta de balata. Acervo Hortoflorestal.....	85
Figura 23: Detalhe das iniciais nos blocos. Acervo Pepca/Ufopa.....	87
Figura 24: Bloco de balata no igarapé. Acervo Hortoflorestal.	88
Figura 25: Comparativo de extração de balata (kg) nas expedições nos anos de 2010, 2012 e 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.....	92
Figura 26: Comparativo da receita final (R\$) nas expedições nos anos de 2010, 2012 e 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.....	92
Figura 27: Osvaldo Baía. Fonte: CARVALHO, 2017.	94
Figura 28: Antônio Braga. Fonte: Carvalho, 2017.	94
Figura 29: Oscarino Braga. Fonte: Carvalho, 2017.	95
Figura 30: Paulo Baía. Fonte: Carvalho, 2017.	95
Figura 31: Darlindo Oliveira. Fonte: Carvalho, 2017.	96
Figura 32: Blocos de balata. Acervo Pepca/Ufopa.	98
Figura 33: Pedacos de balata cozinhando. Fonte: CARVALHO, 2017.....	99
Figura 38: Modelagem. Fonte: CARVALHO, 2017.....	101
Figura 39: Produtos expostos na Praça da República. Fonte: CARVALHO, 2017..	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição das Florestas Públicas Nacionais por Bioma. Fonte: SFB (2016).....	20
Quadro 2: Florestas Públicas Estaduais por região de integração. Fonte: DGFLOP/Ideflorbio (2017) – PAOF (2017).	23
Quadro 3: Florestas públicas estaduais passíveis de concessão florestal e previsão de área para concessão florestal até o ano de 2018. Fonte: PAOF, 2017. Notas:* Área dos respectivos decretos de destinação. **Foram considerados os Decretos: 105/2011 e 354/2012.	24
Quadro 4: Faixa etária dos balateiros, segundo registros da associação.	36
Quadro 5: Bibliografia sobre balata e seus usos identificada em inventário do Pepca/Ufopa.....	45
Quadro 6: Projetos e ações de apoio ao extrativismo e ao artesanato de balata nos anos 2000.....	62
Quadro 7: Comparação entre o valor de aquisição de balata e o valor final do produto artesanal. Sistematizado pela autora.	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Orçamento da expedição de 2010. Fonte: Associação Hortoflorestal, 2010..	79
Tabela 2: Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2010. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.....	90
Tabela 3 Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2012. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.....	91
Tabela 4: Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.....	91

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ABCN - Associação dos Balateiros da Calha Norte
- CI - Conservação Internacional
- CNFP – Cadastro Nacional de Florestas Públicas
- CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
- DAP – Diâmetro medido a 1,30 m do solo
- Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- Esec – Estação Ecológica
- Flota – Floresta Estadual
- FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
- Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
- Ideflorbio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e Biodiversidade do Pará
- Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Iterpa – Instituto de Terras do Pará
- ITTO - The International Tropical Timber Organization
- LGFP – Lei de Gestão de Florestas Públicas
- MMA – Ministério de Meio Ambiente
- MPE – Ministério Público do Estado do Pará
- MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
- Pepca - Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia
- PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável
- Promoart- Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural
- Rebio – Reserva Biológica
- Semas – Secretária Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
- Snuc- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- Spevea - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
- STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
- TI – Terra Indígena
- UC – Unidade de Conservação
- Ufopa – Universidade Federal do Oeste do Pará
- UMF – Unidades de Manejo Florestal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. LEGISLAÇÃO PARA USO DA FLORESTAS PÚBLICAS E SEUS RECURSOS ..	17
2.1 Enquadramento jurídico-administrativo das florestas públicas	18
2.2 A Floresta Estadual do Paru e as concessões florestais	25
2.3 A formalização dos usuários e dos usos da Flota.....	34
2.4 Considerações finais sobre o contexto da pesquisa	40
3. A ESTUDO DA ARTE DA BALATA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	43
3.1 Estado dos conhecimentos científicos sobre o extrativismo de balata na Amazônia brasileira	44
3.1.1 Levantamento bibliográfico	44
3.1.2 Extrativismo de látex na Amazônia	48
3.1.3 Aspectos históricos e econômicos do extrativismo de balata.....	51
3.1.4 A ação dos projetos.....	56
3.2 Métodos e procedimentos da pesquisa	63
4. DA FLORESTA À FEIRA.....	66
4.1 A floresta: domínio dos balateiros.....	67
4.1.1 Os balateiros	67
4.1.2 A balata e seu ambiente.....	68
4.1.3 A balata como produto: etapas de trabalho.....	74
4.1.4 Balanço da atividade extrativista	90
4.2 A feira: domínio dos artesãos	93
4.2.1 Os artesãos	93
4.2.2 A balata como matéria-prima: etapas de trabalho.....	98
4.2.3 A balata como produto artesanal: um balanço	101
4.2.4 Balanço da atividade artesanal	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

1. INTRODUÇÃO

A relação da sociedade contemporânea com o ambiente ocorre de forma conturbada, principalmente no que tange ao tipo de domínio do ser humano sobre o ecossistema. São frequentes, nesse sentido, debates em torno da questão, posta como dilema, se a floresta deve servir o homem diante de suas necessidades, ou se deve ser preservada. Tais discussões, em regra, enfatizam questões de ordem essencialmente econômica, negligenciando outras dimensões importantes da relação homem-natureza, em cuja análise as disciplinas como a ecologia e a antropologia têm contribuído.

A floresta amazônica, com sua vasta biodiversidade, tem mecanismos naturais que podem oferecer ao homem inúmeras oportunidades, como fontes de vida como na alimentação e oferta de matéria prima para diversos ramos da indústria. Essa “oferta” pode ser ideal e suficiente quando usada de forma racional e estratégica. Quando seu uso se dá de forma desenfreada, reduz-se drasticamente seu “estoque”, promovendo-se a alteração do ciclo natural que desenvolve e favorece, como a regeneração ou manutenção do meio e seus recursos.

Segundo Venturieri (2006), ao usarmos a palavra recursos, remetemos a uma grande discussão sobre sua definição. Para alguns pesquisadores, ambientalistas, economistas e ainda geógrafos, a palavra pode agregar significados relativos a componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que não sofreram importantes transformações pelo trabalho do homem e cujas modificações, naturais, independem do mesmo, mas aos quais foram atribuídos ao longo do tempo valores econômicos, sociais e culturais. Ainda segundo Venturieri, essa definição de recursos naturais comporta qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, ou seja, passível de uso direto ou indireto pelo homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço.

Nesta dissertação a balata, o látex da árvore popularmente conhecida como balateira (*Manilkara bidentata* (A. DC.) A. Chev.)), é estudada como um recurso importante na vida de dois grupos que, embora pequenos, representam parcelas significativas do patrimônio cultural do Pará: extrativistas e artesãos. Nessa perspectiva, busca-se reconhecer valores econômicos, sociais e culturais desse

recurso, respeitando-se os pontos de vista dos próprios sujeitos que dele se servem para variados fins.

Para compreender o extrativismo de balata, parte-se do reconhecimento de que o próprio conceito de extrativismo é aberto, não se prendendo a um ato único do homem: “o extrativismo é a atividade desempenhada pelo rurícola ou extrativista, consistente na simples coleta, recolhida, extração ou captura de produtos do reino animal e vegetal, espontaneamente gerados e em cujo ciclo biológico não houve intervenção humana” (VENTURIERI, 2006). Do extrativismo vegetal tradicionalmente praticado na Amazônia, por exemplo, decorrem produtos oriundos das mais diversas partes das plantas: o óleo da andiroba e do cumaru, que se obtém por meio da semente; o óleo de copaíba, extraído do tronco da árvore; e o látex da seringueira e da balateira.

A balateira é visada pela sua madeira, dados os significativos valores comerciais que ela pode gerar, e também pelo seu látex. Ele se constitui em uma goma elástica e visguenta extraída do tronco da árvore com técnicas simples e semelhantes às usadas na seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.) Müll. Arg.)).

A balateira uma espécie arbórea de grande porte, com tronco cilíndrico, casca marrom-acinzentado a escuro ou avermelhado, com fissuras profundas. Possui madeira avermelhada, com boa resistência, muito usada na engenharia civil e naval (ITTO, 2016; EMBRAPA, 2016). A extração da balata tem grande importância no contexto econômico e social em alguns municípios do Baixo Amazonas, como Alenquer, Almeirim e Monte Alegre. No passado, esse látex foi um dos principais produtos de exportação da região.

Depois dos anos 1970, o valor comercial da balata decaiu significativamente e seu uso passou a se limitar à confecção de artesanato, como ocorre até hoje. Dos municípios onde se extraía balata, essa atividade perdurou apenas em Monte Alegre, e até 2006 não era objeto de nenhum tipo de controle estatal. A partir desse ano, porém, grandes porções de balatais (áreas de concentração das balateiras) foram abrangidos pela Floresta Estadual (Flota) do Paru, uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável (UC) criada pelo governo do Pará. Desde então, regramentos e mecanismos de controle têm sido instituídos na área, afetando os modos tradicionais de acesso e uso dos balatais que os balateiros praticavam. Tal fato vem preocupando

não só os extrativistas, mas também os artesãos que beneficiam essa matéria-prima em produtos artesanais (PLANO DE MANEJO DA FLOTA, 2010).

Vale ressaltar que os extrativistas que realizam tal atividade não são os mesmos atores que produzem o artesanato, sendo então os balateiros e artesãos conformam grupos distintos e sediados em localidades diferentes (MARTINS et al., 2015). Mesmo assim, ambos os grupos têm sentido a necessidade de se unir e se organizar coletivamente para garantir direitos de acesso e uso da Flota do Paru de modo a manter as atividades produtivas que praticam – o extrativismo e o artesanato. Logo, eles buscam, com muitos desafios, se adequar às novas condições de acesso ao recurso.

Entre os desafios enfrentados pelos balateiros tem-se as limitações quanto ao conhecimento científico referente à espécie, assim como às restrições de logística e até reboleiras, áreas onde encontram-se populações aglomeradas da balata (CARVALHO et al., 2012). Outro e tão importante indicativo de ameaça está na concessão florestal estadual, uma atividade legitimada pela Lei de Gestão de Terras Públicas (LGFP) criada pela Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006 no qual busca promover e garantir a produção sustentável, regulamentando as concessões florestais (NEPOMUCENO, 2017), e dentre as áreas destinadas à concessão tem-se a Flota do Paru, com uma sobreposição na área de balatal.

O Plano de Manejo da Flota foi aprovado pela Portaria nº. 3.725 no dia 7 de dezembro de 2010, da então Secretária Estadual de Meio Ambiente do Pará (SEMA), fruto de uma parceria entre a SEMA e o Consórcio Calha Norte, constituídos pelas seguintes instituições: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Conservação Internacional (CI), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR). Por ocasião da edição da referida portaria, não havia previsão nem citação da atividade de balateiros na área.

Diante disso, os balateiros entenderam estar se agravando o risco de extinção de sua atividade, já ameaçada pelo reduzido mercado de balata, pela contínua redução do número de balateiros ativos, e, também, da iminência das concessões florestais que logo começariam a acontecer na Flota (em 2011, precisamente).

Recorrendo ao Ministério Público do Estado do Pará, os balateiros lograram a assinatura de termos que lhes garantem os direitos de usuários da Flota. Para auxiliar a organização do grupo nas etapas de implementação desses termos, este estudo foi concebido com o propósito de estudar a cadeia produtiva da balata (*Manilkara bidentata*) com ocorrência na Flota do Paru.

O objetivo desta dissertação, portanto, é descrever os circuitos percorridos pelo látex da árvore popularmente conhecida como balateira desde a extração, no espaço da floresta, até a sua comercialização na feira da Praça da República, em Belém/PA, onde aparece sob a forma de miniaturas representativas da natureza e da cultura de comunidades amazônicas. O trabalho se dedica, entre outras, à contextualizar a legislação pertinente ao uso de floresta pública, estudar sobre arte oriunda do beneficiamento da Balata na Amazônia Brasileira, descrever o manejo da balata e seu beneficiamento até a chegada à feira e ainda relatar a produção e comercialização dos artefatos, identificando os diferentes grupos de atividade, balateiros e artesãos, bem como os modos de fazer que atualizam em torno da balata.

Esta dissertação se divide em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. Trata-se, primeiramente, de contextualizar a legislação pertinente ao uso de florestas públicas e as aplicações na Unidade de Conservação de abrangência do estudo. Em seguida, após uma revisão do que já foi produzido acerca da balata e sua arte na Amazônia Brasileira. E por fim a descrição do manejo da balata desde à sua extração ao seu beneficiamento, detalhando-se o máximo possível o que foi possível apreender ao longo da pesquisa. Algumas considerações finais indicativas de caminhos possíveis para o aprofundamento do estudo encerram o texto.

2. LEGISLAÇÃO PARA USO DA FLORESTAS PÚBLICAS E SEUS RECURSOS

O objetivo deste capítulo é descrever a legislação pertinente ao uso de florestas públicas no Brasil e seus recursos, especialmente sobre a unidade de conservação de abrangência do estudo, Floresta Estadual do Paru, esclarecendo como as atividades nela desenvolvida se relacionam com o extrativismo da balata. Nesse sentido, pode-se caracterizá-la como uma pesquisa situada em relação a demandas de um grupo restrito, representado pela Associação dos Balateiros da Calha Norte (ABCN), em um contexto sociopolítico específico.

Por contexto sociopolítico entendem-se os fatos, cenários e condições que deram origem à pesquisa e a envolveram, com referência especial aos aspectos sociais e jurídico-políticos que tornaram importante descrever o máximo possível dos elementos que compõem a cadeia produtiva do artesanato de balata no tempo e no espaço em que esta dissertação se insere. Tal contexto é marcado pela produção, no ambiente jurídico-administrativo, de um Termo de Compromisso de Conduta (TCC) e de um Termo de Uso (TU) que têm a finalidade de regulamentar o acesso dos extrativistas de balata à Flota do Paru, em um momento em que seus direitos de acesso e uso dessa UC foram questionados no âmbito das políticas ambientais do Estado do Pará, mais precisamente quando da concessão florestal de áreas que abrangem balatais tradicionalmente explorados pelos balateiros.

Basicamente, na dimensão sociopolítica da produção do conhecimento científico, esta pesquisa procurou contribuir, por meio de conhecimentos especializados, para a implementação de institutos jurídicos que visam a garantir a continuidade da extração de balata na Flota do Paru por balateiros tradicionais, respondendo a algumas questões suscitadas nas discussões realizadas entre a ABCN e seus interlocutores nas esferas pública e privada. Tais institutos, o TCC e o TU, são aplicáveis tanto a áreas de concessão florestal, conforme previsto no Termo de Compromisso de Conduta estabelecido com o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflorbio) e um concessionário perante o Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), quanto nas demais áreas da UC, conforme proposição da minuta do Termo de Uso a ser implementado com o instituto.

Para compreensão desses instrumentos de gestão da floresta e, portanto, do caso que suscitou algumas das questões que este estudo procura responder, é

preciso, antes de tudo, recorrer ao arcabouço legal das formas de uso de uma Unidade de Conservação tal qual a Floresta Estadual do Paru.

2.1 Enquadramento jurídico-administrativo das florestas públicas

De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro, o Brasil detém a segunda maior área de cobertura florestal do mundo, com aproximadamente 493,5 milhões de hectares (58% do território nacional) e 90% de florestas nativas, ficando atrás apenas da Rússia (GODOY, 2006). Para gerir essas áreas florestadas, o Estado adota regramentos específicos, que compõem uma legislação que é apresentada no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2017) como “uma das mais completas do mundo”, apesar das inúmeras ocorrências judiciais e extrajudiciais demonstrando a impertinência ou a falência das leis ambientais no que tange à defesa do meio-ambiente de povos e comunidades tradicionais¹ (DIEGUES, 1993; LOPES, 2006; SAWYER, 2011; SANTILLI, 2014).

Dos institutos jurídico-administrativos existentes no Brasil para gestão das florestas, aqueles que se voltam especificamente para a dimensão da sua conservação estão dispostos *na* ou relacionados à Lei nº 9.985/2000, mais conhecida como Lei do Snuc, isto é, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Essa lei é especialmente importante para a compreensão do caso estudado aqui, pois a extração da matéria-prima que alimenta a cadeia produtiva do artesanato de balata é feita em uma área de floresta que a ela está subordinada, já que a Flota do Paru é uma Unidade de Conservação — embora estadual, sua gestão obedece às diretrizes maiores estabelecidas pela legislação federal.

Pois bem, as Unidades de Conservação no Brasil estão previstas e reguladas no Snuc e na lei que o institui. Em regra, elas têm como objetivo principal a conservação dos recursos naturais, aliada, quando possível, ao uso múltiplo e sustentável dos recursos florestais e à pesquisa científica. Dividem-se em duas

¹ De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, estas últimas são definidas como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

categorias: as de Proteção Integral, que restringem ao máximo a ação antrópica; e as de Uso Sustentável, que permitem a exploração do ambiente em modalidades de manejo sustentáveis.

- a) UCs de Proteção Integral: têm o objetivo de preservar os ecossistemas, admitindo-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais como as atividades de cunho científico, medidas que visem restaurar os ecossistemas modificados, manejo de espécies com o fim de preservar a diversidade biológica, visitação pública de acordo com as normas estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade.
- b) UCs de Uso Sustentável: possibilitam compatibilizar a conservação dos ecossistemas com o uso sustentável de seus recursos naturais, sendo permitida a exploração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros e serviços ambientais por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável. Contudo, cada tipo de UC de Uso Sustentável tem regras que precisam ser observadas, bem como as regras estabelecidas pelos respectivos Planos de Manejo.

Dentre as UC de Uso Sustentável estão as florestas públicas, cuja criação fora estabelecida no Código Florestal de 1965 e, também, contemplada pelo Snuc. Elas consistem em florestas naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, sob o domínio da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.

Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), as florestas públicas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2015 totalizavam uma área de aproximadamente 310,7 milhões de hectares, equivalente a 36,5% do território brasileiro (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2016).² No quadro 1, datado de 2016, pode-se visualizar a distribuição das florestas públicas no Brasil, observando-se que a Amazônia é o bioma que concentra o maior número de florestas públicas em todo o país (92,3% na distribuição por regiões).

² Segundo o SFB, esse número representa um decréscimo de 1,17% (3,6 milhões de ha) em relação ao total de áreas cadastradas em 2014.

Quadro 1: Distribuição das Florestas Públicas Nacionais por Bioma.

Bioma	Milhões de hectares	Porcentagem
Amazônia	286,6	92,3%
Caatinga	1,8	0,6%
Cerrado	17,4	5,6%
Mata Atlântica	3,7	1,2%
Pampa	0,3	0,1%
Pantanal	0,9	0,3%
Total	310,7	100%

Fonte: SFB (2016).

Até 2006, as florestas públicas eram administradas pelo Ibama, sob a supervisão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), conforme o Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994. No entanto, em razão do precário sistema de monitoramento e fiscalização e da expansão das atividades agropecuárias, o Governo Federal promulgou a Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006, mais conhecida como Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), que, entre outras providências, descentralizou as atribuições do Ibama em relação às florestas públicas e as estendeu a órgãos ambientais em outras esferas administrativas (GODOY, 2006). Atualmente todas as unidades federativas possuem áreas federais e estaduais de florestas públicas no CNFP, distribuídas em diferentes biomas.³

Com a LGFP, a gestão de florestas públicas passou a se basear nos princípios estipulados no seu Artigo 2º:

- I - A proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;
- II - O estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o País;
- III - O respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;
- IV - A promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão de obra regional;

³ Note-se o crescente aumento da inclusão de florestas públicas municipais: entre 2012 e 2015, a presença de florestas públicas municipais passou de quatro para 16 estados.

V - O acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da 1

VI - A promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;

VII - O fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - A garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

Em suma, segundo Espada et al (2010), o propósito dessa lei seria:

[...] a proteção das florestas públicas e sua biodiversidade, regulamentando o acesso a estas áreas em todo o Brasil, de modo a mantê-las com suas funções ecológicas preservadas, garantindo o uso racional e eficiente dos recursos naturais para que possam gerar benefícios socioeconômicos locais e regionais.

Nesse sentido, a LGFP previu diferentes destinações para as florestas públicas, entre as quais a criação de Unidades de Conservação e a destinação de porções dessas florestas a comunidades locais, nos termos do Artigo 6º:

Art. 6o Antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais serão identificadas para a destinação, pelos órgãos competentes, por meio de:

I - criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, observados os requisitos previstos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;

II - concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal, de desenvolvimento sustentável, agroextrativistas ou outros similares, nos termos do art. 189 da Constituição Federal e das diretrizes do Programa Nacional de Reforma Agrária;

III - outras formas previstas em lei.

§ 1o A destinação de que trata o caput deste artigo será feita de forma não onerosa para o beneficiário e efetuada em ato administrativo próprio, conforme previsto em legislação específica.

§ 2o Sem prejuízo das formas de destinação previstas no caput deste artigo, as comunidades locais poderão participar das licitações previstas no Capítulo IV deste Título, por meio de associações comunitárias, cooperativas ou outras pessoas jurídicas admitidas em lei.

§ 3o O Poder Público poderá, com base em condicionantes socioambientais definidas em regulamento, regularizar posses de comunidades locais sobre as áreas por elas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, por meio de concessão de direito real de uso ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.

No entanto, a LGFP também criou um novo e controverso instrumento de gestão das florestas públicas no Brasil: as concessões florestais, que constituem a terceira forma de destinação dessas florestas. Permitindo a apropriação privada de seus recursos naturais, tanto nos níveis federal quanto estadual e municipal. Implementadas mediante processo licitatório e a título oneroso, isto é, com pagamento

de tributos ao Estado, as concessões florestais são instrumentos que concedem a empresas e comunidades o direito de explorar produtos madeireiros e não madeireiros em porções das florestas públicas que são destinadas a Unidades de Manejo Florestal (UMF), onde deve vigorar um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

Atualmente, cerca de 482 mil hectares de florestas públicas com Unidades de Manejo Florestal (UMF) estão sob concessão florestal federal, além de 477 mil hectares sob concessões estaduais. As áreas de Florestas Públicas Destinadas inseridas no CNFP até 2015 representam aproximadamente 77% do total das florestas cadastradas, sendo que as áreas de Florestas Públicas Não Destinadas correspondem a aproximadamente 23%. A parcela de Florestas Públicas Destinadas encontra-se dividida entre as categorias: uso comunitário (51,7%), proteção à biodiversidade (14,7%), uso sustentável (9,9%) e uso militar (0,9%).

Para gerir as concessões florestais, entre outras atribuições, o Estado instituiu o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), vinculado ao MMA, assim como o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Por fim, por meio da Lei Complementar nº 140 de 08 de dezembro de 2011, descentralizou as atribuições do Ibama e repassou a órgãos ambientais estaduais a missão de autorizar e fiscalizar a exploração florestal em áreas sob sua jurisdição. As esferas de governo estadual e municipal ficaram autorizadas a criar órgãos gestores das concessões florestais em áreas de domínio não federal.

No caso do Pará, especificamente, as florestas públicas estaduais são registradas no Cadastro Estadual de Florestas Públicas (Ceflop) e estão distribuídas em 11 Regiões de Integração, perfazendo o total de 23.944.695,73 ha de florestas sob a jurisdição do estado, como mostra o detalhamento do quadro 2. A região do Baixo Amazonas — abrangendo 13 municípios entre os quais Monte Alegre, onde fica a Floresta Estadual do Paru e é realizada a extração da matéria-prima focada nesta pesquisa — é aquela com maior concentração de florestas públicas, com quase 60% do total de florestas públicas estaduais numa extensão 14.192.094,68 ha.

As concessões florestais desenvolvidas em áreas estaduais são incorporadas na gestão do Ideflorbio, que foi criado pela Lei nº 6.963/2007 e alterado pela lei nº 8.096/2015. Entre outras atribuições, esse instituto exerce a função de órgão gestor de florestas públicas estaduais para produção sustentável, elaborando e executando todos os procedimentos e regulamentos necessários à realização, ao controle, e à

fiscalização, em articulação com os demais órgãos estaduais e federais competentes em conformidade com a legislação estadual e pertinentes (PAOF, 2017).

Do total da área ocupada pelas florestas estaduais no Pará, 91%, ou seja, 21.892.766,52 ha estão destinadas, como mostra o quadro 2. Os outros 2.051.929,21 ha ainda não têm destinação definida, representando 9% do total de florestas públicas arrecadadas ao patrimônio fundiário do Estado do Pará pelo Instituto de Terras do Pará – ITERPA denominadas glebas (PAOF, 2017).

Quadro 2: Florestas Públicas Estaduais por região de integração.

Região de Interação	Floresta Destinada (ha)	Floresta não Destinada (ha)	Total (ha)	Participação geral da Região de Integração
Araguaia	1.099.104,12	569.219,66	1.668.323,78	6,97%
Baixo Amazonas	13.512.478,40	679.346,28	14.192.094,68	59,26%
Capim	13.153,38	51.956,20	65.109,58	0,27%
Carajás	57.403,52	9.040,55	66.444,07	0,28%
Guamá	11.529,90	7.077,27	18.607,17	0,08%
Lago de Tucuruí	568.667,00	0,00	568.667,00	2,37%
Marajó	5.154.835,13	0,00	5.154.835,13	21,53%
Metropolitana	14.065,01	0,00	14.065,01	0,06%
Tapajós	359.824,67	267.197,75	627.022,42	2,62%
Tocantins	12.488,83	346.701,59	359.190,42	1,50%
Xingu	1.088.946,56	121.389,91	1.210.336,47	5,06%
Total	21.892.496,52	2.051.929,21	23.944.695,73	100,00%

Fonte: DGFLOP/Ideflorbio (2017) – PAOF (2017).

Entre as florestas destinadas, segundo o Paof de 2017, incluem-se: Unidades de Conservação de proteção integral e de uso sustentável; florestas destinadas na modalidade fundiária de assentamentos (PEAS e PESEX); florestas reservadas para assentamentos, gestão florestal, produção florestal; florestas que foram destinadas a uso florestal como as áreas de contratos de transição nativos e inativos (art. 70, lei nº 11.284/2006); e florestas com contrato de concessão florestal em glebas, neste caso, as Unidades de Manejo Florestal do conjunto de Glebas Mamuru-Arapiuns, que representam 1% do total de florestas destinadas.

Sobre as formas de destinação supracitadas, no estado do Pará, destacam-se:

a) Florestas destinadas às comunidades locais

As florestas públicas nessa condição totalizam 571.635,48 ha, conforme o quadro 3, dos quais 476.439,581 ha estão distribuídos em oito Projetos Estaduais de

Assentamento Sustentável (Peas) e dez Projetos Estaduais de Assentamento Agroextrativista (Peaex), modalidades previstas pelo Decreto nº 2.280/2010, que instituiu o Programa Estadual de Assentamentos. Contabiliza-se ainda 95.195,90 ha de florestas públicas estaduais definidas na categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), do grupo de UC de Uso Sustentável (PAOF, 2017).

Observa-se que, para fins desse tipo de destinação, comunidades locais são entendidas como “grupos humanos organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”, os quais deverão ter o acesso garantido ao território e aos recursos ambientais.

b) Florestas Públicas Estaduais sob contratos de transição nativos e inativos

Essas recaem em uma modalidade legitimada pela lei federal nº 11.284/2006, que assegura a continuidade dos planos de manejo florestal sustentável, aprovados e em execução em florestas públicas, até a data da publicação da mesma.

c) Florestas estaduais sob concessão florestal

São aquelas destinadas a atividades exploratórias mediante delegação onerosa, feita pelo poder concedente por meio de processo licitatório regido por edital próprio, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços em determinadas UMFs. Nessa categoria estão florestas onde já há concessão ativa e outras, passíveis de novas concessões, como se observa no quadro adiante.

Quadro 3: Florestas públicas estaduais passíveis de concessão florestal e previsão de área para concessão florestal até o ano de 2018.

Floresta	Área total (ha)*	Previsão de área para a concessão florestal (ha)	Previsão de área para a concessão florestal (%)
Flota Paru	3.612.914,00	151.564,06	4,19%
Flota Faro	613.867,67	90.000,00	14,66%
Flota Iriri	440.493,00	2000.000,00	45,40%
Conjunto de glebas Mamuru-Arapiuns**	136.466,72	136.466,72**	100,00%
Total	4.803.598,25	578.030,78	12,03%

Fonte: PAOF, 2017. Notas:* Área dos respectivos decretos de destinação. **Foram considerados os Decretos: 105/2011 e 354/2012

Entre as florestas estaduais sob concessão florestal, na medida em que essa condição envolve o caso estudado, este trabalho ocupa-se exclusivamente da Floresta Estadual do Paru, uma das três Flotas criadas pelo governo do estado do Pará, em dezembro de 2006, em uma porção territorial do Baixo Amazonas que é designada como Calha Norte, onde se concentra um mosaico de áreas protegidas.

Todavia, e para finalizar esse tópico, ressalta-se que a gestão da Flota do Paru, propriamente dita, não é o ponto focal da pesquisa, nem essa UC delimita o local do estudo. Apenas, alguns aspectos dessa Unidade devem ser considerados em função da sua importância na cadeia produtiva do artesanato de balata, bem como de sua relevância material e simbólica para o grupo de balateiros que motivou o estudo. Assim, no tópico seguinte serão apresentadas, resumidamente, características ambientais da Flota Paru e considerações concernentes aos instrumentos de gestão dessa UC, particularmente seu Plano de Manejo.

2.2 A Floresta Estadual do Paru e as concessões florestais

A Floresta Estadual do Paru é a terceira maior Unidade de Conservação de Uso Sustentável em floresta tropical do mundo. Ela abrange porções territoriais de cinco municípios — Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Óbidos e Prainha — cobrindo uma área total de 3.612.914,00 ha, que equivale à soma das áreas do estado de Alagoas e do Distrito Federal.

A Flota Paru limita-se, ao norte, com a Reserva Biológica (Rebio) Maicuru; ao sul, com a Floresta Nacional (Flona) da Mulata; a sudeste, com a Estação Ecológica (Esec) do Jari; a leste, com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Uiratapuru; a oeste, com a Flota do Trombetas; e a noroeste, com a Terra Indígena (TI) Zo'é e a Esec Grão-Pará (VEDOVETO, 2011).

Essa UC é majoritariamente coberta por floresta ombrófila densa submontana (2.703.476,83 ha, ou seja, 75% da área), seguida por; i) floresta ombrófila densa de terras baixas (2%); ii) floresta ombrófila densa aluvial (>1%); iii) floresta ombrófila aberta submontana (6%); iv) floresta ombrófila aberta de terras baixas (0,05%); v) cerrado (0,4%); vi) refúgio submontana (0,07%); vii) floresta de transição (13%); viii) formação pioneira (> 1%); e ix) clareira natural (>1%) (PLANO DE MANEJO PARU, 2010).

Segundo Pires (1973), a floresta ombrófila densa submontana, também denominada de área de terra firme, tem dossel contínuo e biomassa pesada, de altura variando entre 30 e 40 metros, podendo ainda apresentar emergentes mais altas. Em geral, esse tipo de vegetação contém um volume expressivo de madeira de valor comercial e apresenta em torno de 25 metros quadrados de área basal por hectare (VERÍSSIMO et al., 1992). Essas formações florestais apresentam aproximadamente 500 árvores por hectare de 150 a 200 espécies (PIRES, 1973; VERÍSSIMO et al., 1992).

Segundo a classificação climática KöppenGeiger, a Flota Paru, de clima tropical possui temperaturas entre 18 e 30 graus Celsius na maior parte do ano, além de umidade elevada e precipitação alta (KOTTEK et al., 2006). A média mensal de chuvas na Flota do Paru é de 215 milímetros, sendo que o período mais chuvoso é de janeiro a junho, com uma variação média mensal de 250 a 450 milímetros. Entre julho e novembro ocorre uma diminuição nas chuvas, e a precipitação varia entre 50 e 150 milímetros (VEDOVETO et al., 2010).

A Flota do Paru apresenta cinco tipos de solo: argissolo vermelho amarelo latossolo amarelo, latossolo vermelho amarelo, neossolo litólico e neossolo quartzarênico hidromórfico. O solo com maior abrangência é o argilossolo vermelho amarelo, que ocupa uma área de 2.744.789 hectares (76% da Flota). Em seguida estão o latossolo vermelho amarelo, com 719.764 hectares (20%), e o neossolo litólico, que ocupa 128.744 hectares (4% da área).

Em relação à biodiversidade abrigada na Flota do Paru, aí são conhecidas 78 espécies botânicas (1 família, 1 gênero e 3 espécies de Lycopyta; 15 famílias, 34 gêneros e 75 espécies de Monilophyta) do grupo das pteridófitas. As famílias mais representativas são a Pteridaceae, com 20 espécies, e a Polypodiaceae com 13 espécies (Costa e Pietrobom, 2007; Costa et al., 2006; Freitas e Prado, 2005), segundo inventário florístico realizado em 2005 foram identificadas 14 espécies da Família das Sapotaceae, entre elas as *Manilkara sps.*

Encerrando a descrição ambiental da Flota do Paru, assinala-se que ela é dotada de inúmeros cursos d'água, apresentando uma rica hidrografia, conforme se pode observar no mapa exibido a seguir. Os principais rios que a atravessam são: o Paru, que lhe dá o nome; o Jari, que separa o distrito de Monte Dourado (município

de Almeirim-PA) do território amapaense; e o Maicuru, ao longo do qual ocorre a exploração de balata.

No que diz respeito à gestão da Flota Paru, o instrumento que a rege, assim como a qualquer outra UC da mesma categoria, é o seu Plano de Manejo (PM). O PM deve ser fundamentado em estudos científicos e nos objetivos gerais da UC, estabelecer o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso das áreas e o manejo dos recursos naturais no seu interior. Trata-se, portanto, do instrumento legal e técnico para a tomadas de decisões e diretrizes no nível da gestão da UC.

Por determinação legal, o PM deve ser elaborado pelo poder público, assegurado o direito de participação da população interessada em todas as suas etapas, e apresentado em até cinco anos depois da criação da Unidade. No caso da Flota Paru, o Plano de Manejo foi publicado em 2010, após a realização de um diagnóstico sócio-econômico-ambiental que permitiria planejar a gestão da Área Protegida a longo prazo, a fim de promover sua conservação e/ou preservação. Esse Plano de Manejo foi aprovado pela Secretária Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), conforme a portaria nº 3.725/2010 (PAOF, 2017).

O que chama atenção, para os fins desta pesquisa, é que, como notaram Carvalho e Silva, não obstante a histórica atividade de extração de balata na área, o referido PM

fez apenas duas menções ao termo balata, nas mais de 200 páginas do documento. A primeira refere-se à coleta de castanha, que seria 'viabilizada por antigas estradas usadas para a exploração da balata' (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ, 2010, p. 116); a segunda informa a elaboração de uma 'cartilha sobre os produtos artesanais da balata' (p. 149) entre as ações da Associação Hortoflorestal.

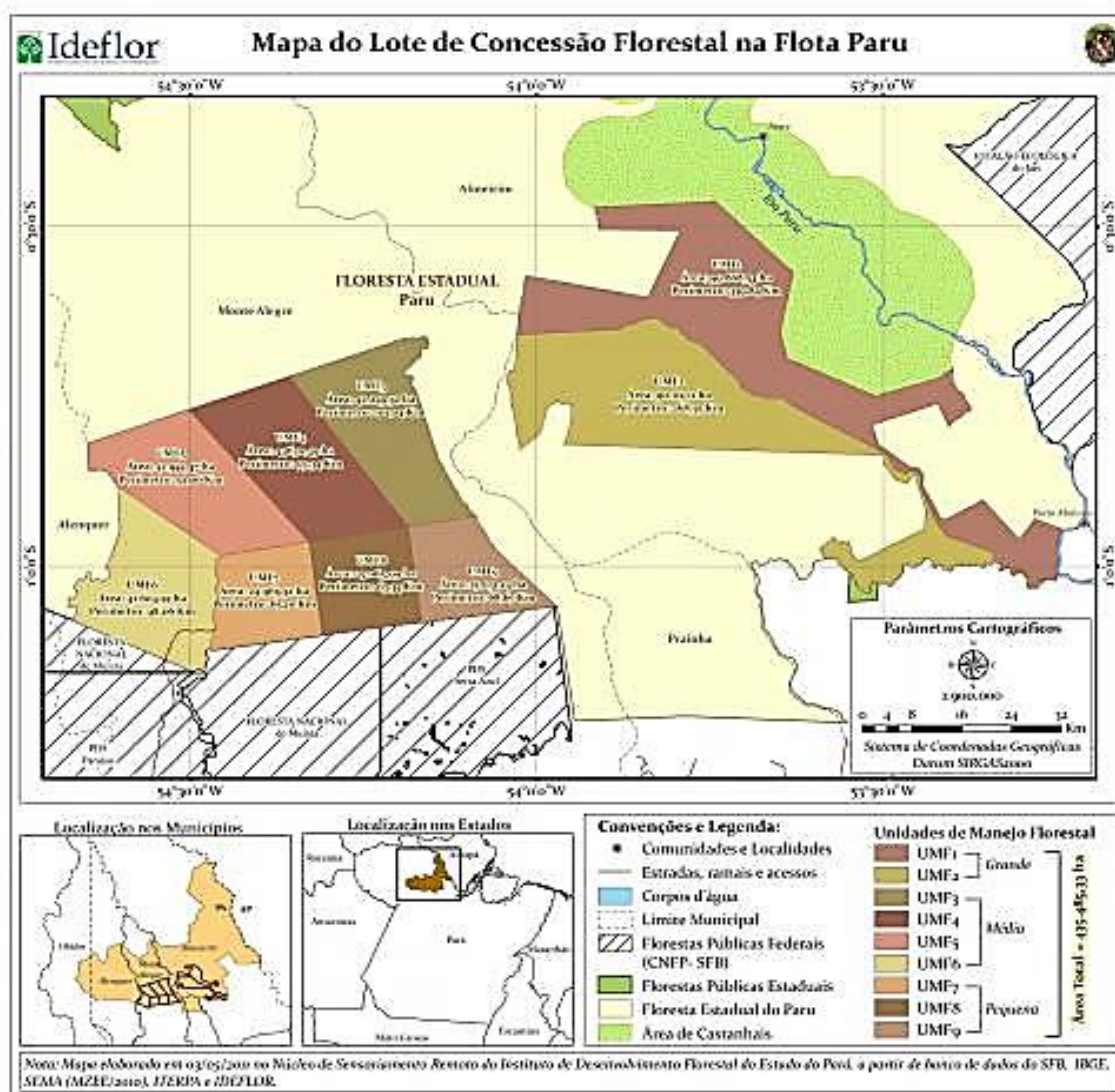
Contudo, o PM da Flota Paru faz referência a uma população residente de 638 pessoas, entre garimpeiros (ao longo dos rios Paru e Jari), fazendeiros (ao sul da UC, em três fazendas próximas ao seu limite) e extrativistas, mais especificamente castanheiros. Entre as atividades econômicas produtivas dessa população foram identificadas a garimpo de ouro, que representou a maioria (77%), e o extrativismo da castanha-do-brasil, por 11% dos entrevistados. Outros 7% declararam-se agricultores, 1% pecuaristas e 4% desenvolviam atividades de apoio ao garimpo e castanhais, como comércio, transporte fluvial, terrestre e aéreo. A extração madeireira, de camu-camu, cacau e açaí também é citada.

Desconhecendo a atividade dos balateiros, o Plano de Manejo abriu caminho para as concessões florestais. O potencial madeireiro foi ressaltado para, aproximadamente, 985 mil hectares da Flota do Paru (27%). As áreas consideradas economicamente acessíveis ao manejo florestal localizam-se ao sul, sudeste e sudoeste da Flota.

As concessões florestais foram então iniciadas, precisamente em 2011. Até o momento, 281.540,10 ha da Flota, correspondentes a nove UMFs situadas nos municípios de Almeirim e Monte Alegre, encontram-se destinados à concessão florestal, contudo, três contratos foram rescindidos até o final de 2016, em virtude de descumprimento de cláusulas contratuais (PAOF, 2017).

A seguir, um mapa divulgado pelo Ideflorbio indica as UMF destinadas à concessão florestal (FIGURA 1), segundo PAOF 2017, vale ressaltar que a ausência do detalhamento cartográfico como resolução instituiu-se ao próprio órgão na divulgação da imagem, tornando-a de qualidade limitada.

Figura 1: Mapa do lote de concessões na Flota Paru.

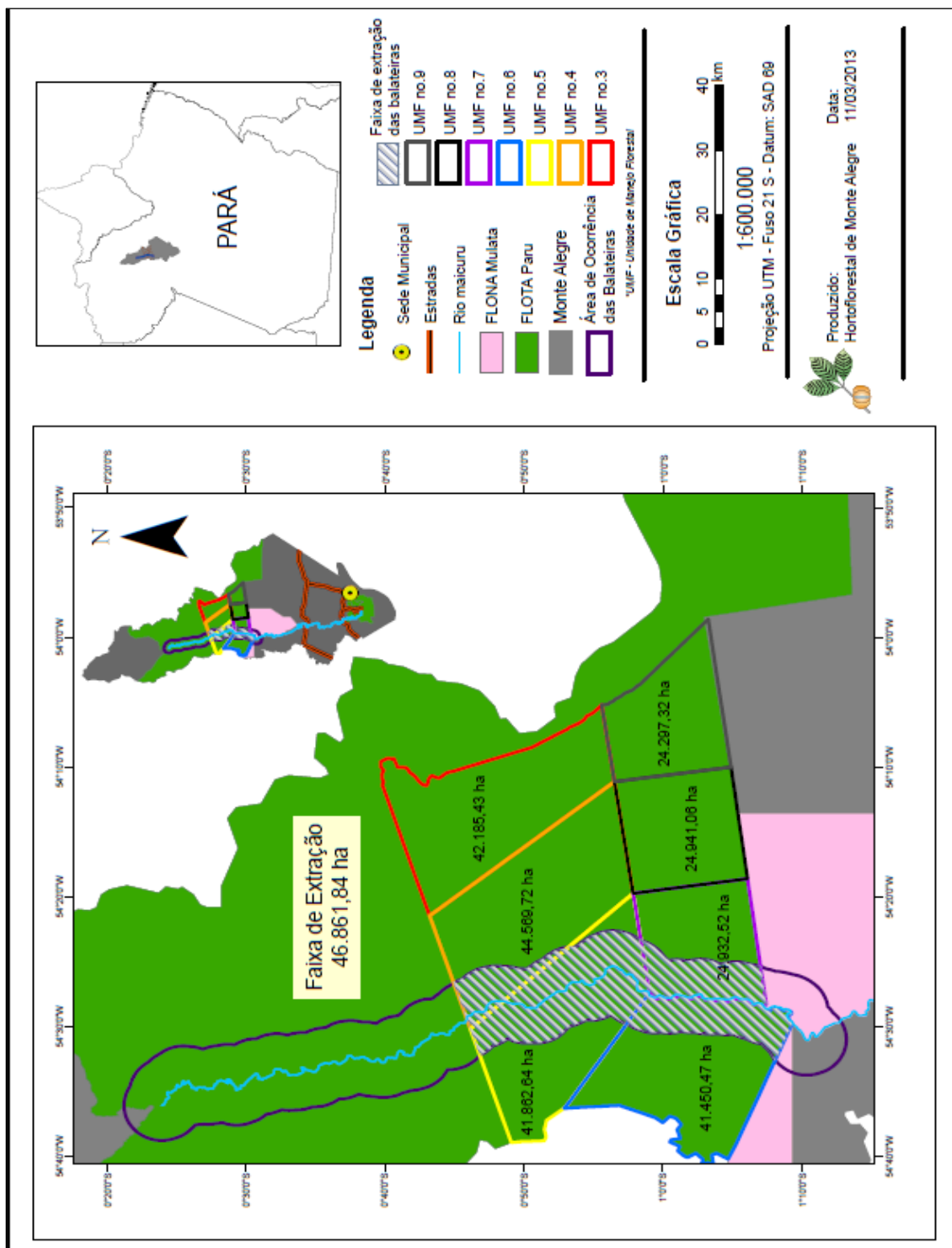


Fonte: Ideflorbio.

O edital de licitação nº 02/2011 destinou as primeiras UMFs da Flota Paru à concessão florestal, gerando preocupações entre os extrativistas e artesãos de balata, que passaram a temer pelo destino das balateiras e pelo próprio destino, diante da possibilidade de exploração madeireira da *Manilkara bidentata*. Dois anos mais tarde, no edital de licitação nº 001/2013, três UMFs disponibilizadas para concessão sobrepunham-se aos balatais. Observa-se, no mapa que segue, que as UMFs IV, V, VI e VII se sobrepõem áreas hachuradas que margeiam o rio Maicuru, onde se realiza extração de balata (FIGURA 2).⁴

⁴ Mapa obtido a partir de coordenadas registradas na expedição realizada em 2012 pelos balateiros em parceria com a Associação Hortoflorestal, o ICMBio e a Ufopa. O percurso da equipe foi

Figura 2: Mapa das sobreposições de UMFs aos balatais do rio Maicuru.



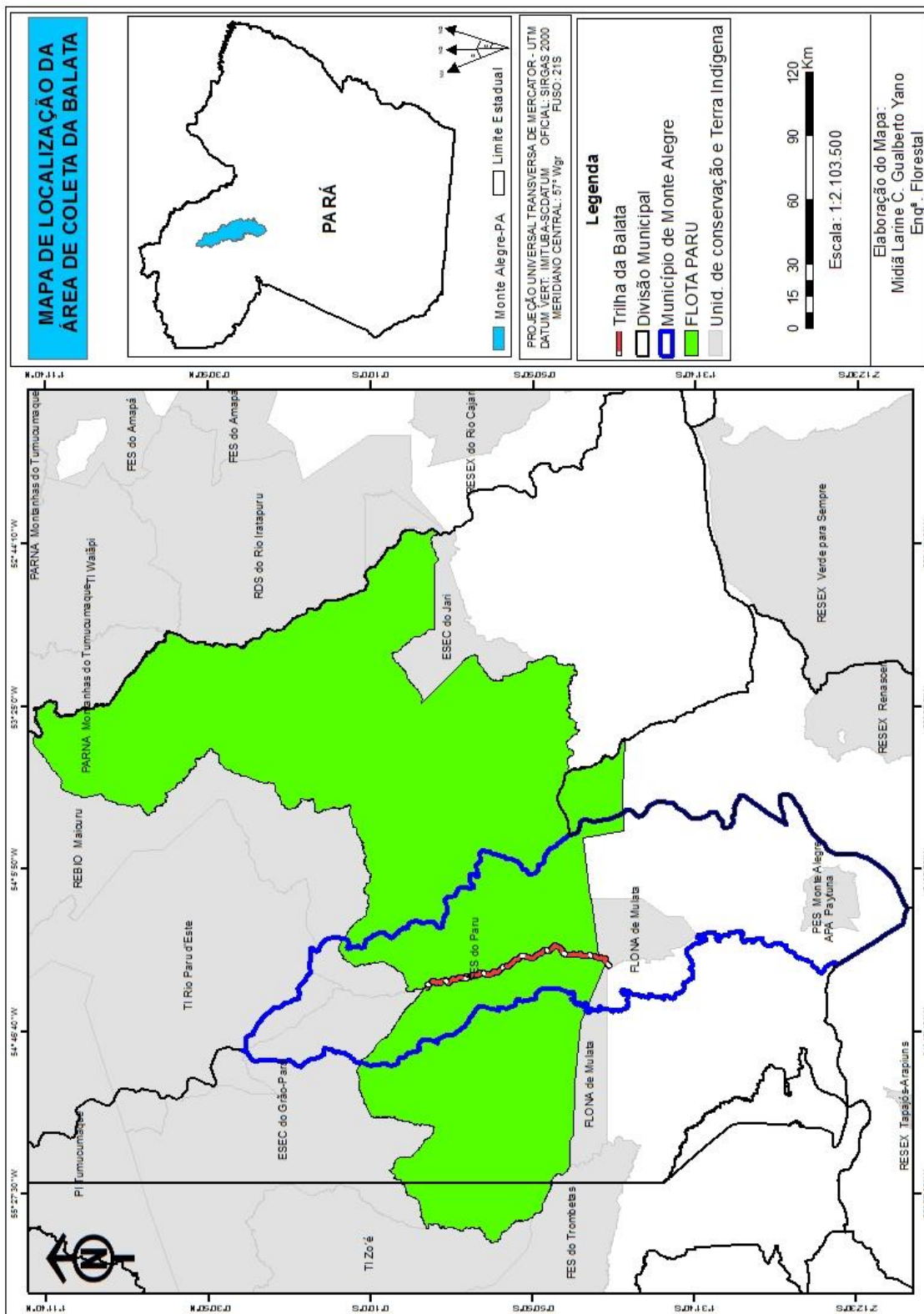
Fonte: Hortoflorestal, 2013.

feito seguindo o rio Maicuru a montante. A área hachurada foi estimada como área de ocorrência de balatais conhecidos pelos balateiros, mas não os esgota, já que, segundo eles, os balatais ocorrem até o mais alto curso do rio. A poligonal obtida tem 108.971,78 ha com uma sobreposição de 97.663,00 ha com a Flota Paru.

As sobreposições ocorrem em, aproximadamente, 5.529,24 (UMF IV), 21.958,67 ha (UMF V), 10.468,22 ha (UMF VI) e 8.885,28 ha (UMF VII).⁵ Para contornar a demanda de acesso aos balatais sobrepostos, o instituto apresentou a proposta, já no edital de concessão, de um Termo de Uso visando à compatibilização da exploração com a atividade da comunidade local. A sobreposição de balatais por UMFs destinadas à concessão florestal motivou a mobilização dos balateiros, que, apoiados por uma organização não governamental, a Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, e por pesquisadores da Ufopa, buscaram formas em nova estratégia de organização e representação coletiva perante o Estado, para assegurar seus direitos de acesso e uso da Flota Paru (FIGURA 3).

⁵ Atualmente, apenas a UMF VII encontra-se em plena atividade. A UMF VI não tem concessionária, e espera-se que seja licitada no próximo ano. As demais tiveram seus contratos rescindidos.

Figura3: Mapa de área de balata.



Fonte: Associação Hortoflorestal de Monte Alegre (2012), Elaboração de mapa: Mídia Yano (2017)

Nesse contexto é que foi criada a Associação dos Balateiros da Calha Norte, fundada em 2014 e formalmente constituída no ano subsequente. Lançando mão do recurso ao Ministério Público do Estado, inicialmente, representantes dos balateiros procuraram informações sobre as bases legais para a compatibilização da atividade extrativista com a exploração madeireira nas áreas sob concessão. Buscaram, também, saber da legalidade das concessões em áreas tradicionalmente usadas pela comunidade local.

No âmbito de um inquérito civil instaurado pelo MPE-PA, os representantes dos balateiros engajaram-se também na discussão de um Termo de Compromisso de Conduta, derivado de uma proposta preliminar de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁶ a ser celebrado entre o Ideflorbio, a Associação dos Balateiros e as concessionárias vencedoras do certame de 2013.

De acordo com o TCC assinado em dezembro de 2015 com apenas uma das concessionárias, o Ideflorbio se comprometeu a:

promover e acompanhar a exclusão da Balateira (*Manilkara bidentata*) em toda a área da Concessão Florestal da UMF V, VI e VII, na FLOTA do PARU, a fim de preservar as espécies para a atividade extrativista, conforme edital de concorrência nº 01/2013 (Cláusula Segunda).

A concessionária RRX Mineração se comprometeu a garantir o estoque de balateiras na UMF VII, sob sua responsabilidade, preservando essa espécie para a atividade extrativista, e, ainda, autorizando o acesso dos extrativistas à área, preferencialmente, pela calha do Rio Maicuru, e, excepcionalmente, pelo uso de ramais e as estradas dentro da área da concessão florestal, no período de extração da balata. Ademais, comprometeu-se a garantir a participação de um representante dos balateiros no inventário florestal a ser realizado na área a fim de acompanhar e se certificar da correta identificação das balateiras.

Aos balateiros, no parágrafo primeiro da cláusula sexta, o TCC determinou a adoção de providências para formalizar o Termo de Uso da Flota, ou seja, um termo reforçou a necessidade do outro.

Independente da vigência e validade deste termo de compromisso de conduta, a ASSOCIAÇÃO DOS BALATEIROS DA CALHA NORTE adotará providências para formalizar o termo de uso para extração dos produtos florestais de uso tradicional e de subsistência das comunidades tradicionais

⁶ De acordo com Carvalho e Silva (2016), o “TAC da Balata”, como passou a ser chamado, se transfigurou em um Termo de Compromisso (TC) devido à solicitação do concessionário, que alegou o fato de sua empresa não ter sequer se instalado na Flota.

da FLOTA, nos termos do art. 17 da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006), no prazo de 30 dias após a assinatura do presente, consoante anexo 2 do Edital de concorrência nº 01/2013;

Como a formação da associação se deu em paralelo à discussão dos Termos que passam a regular o exercício dos balateiros na Flota, esses elementos serão tratados conjuntamente no tópico seguinte como parte de um mesmo processo de formalização das relações sociais e das práticas de uso do meio-ambiente natural nessa UC.

2.3 A formalização dos usuários e dos usos da Flota

A implementação de um Termo de Uso a ser firmado com o Ideflorbio foi a condição apresentada pelo Estado a um grupo de extrativistas interessado em explorar balata em áreas da Flota do Paru destinadas à concessão florestal, em 2013. No próprio Edital de Concorrência nº 001/2013, que disponibilizou três Unidades de Manejo Florestal, foi incluída uma minuta do termo, sob o título “Compatibilização com a atividade de comunidade local”.

A referida minuta compunha o anexo 2 do edital e dispunha sobre deveres e direitos de ambas as partes, o Ideflorbio e o grupo de balateiros (então identificado como **ASSOCIAÇÃO...**). O embasamento legal do documento foi dado pela LGFP e pelo Decreto Federal nº 6.063/2007, que regulamenta, no âmbito federal, os dispositivos dessa lei. Em especial, o termo proposto cita:

- a) O artigo 2º da Lei Federal nº 11.284/2006, que trata sobre os princípios da Gestão de Florestas Públicas, cujo inciso III refere-se “ao respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação”.
- b) A determinação do artigo 6º da LGFP de que, antes da realização das concessões florestais, as florestas públicas ocupadas ou utilizadas por comunidades locais sejam identificadas para a destinação, por meio das formas admitidas em lei.
- c) O artigo 17 da LGFP, o qual dispõe que os produtos de uso tradicional e de subsistência para as comunidades locais serão excluídos do objeto da concessão e explicitados no edital, juntamente com a definição das

restrições e da responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, bem como por eventuais prejuízos ao meio ambiente e ao Poder Concedente.

- d) O artigo 18 do Decreto Federal nº 6.063/2007, que dispõe sobre a formalização de Termos de Uso com as comunidades locais, residentes no interior ou no entorno das Unidades de Conservação, para a extração dos produtos florestais de uso tradicional e de subsistência, especificando as restrições e a responsabilidade pelo manejo das espécies das quais derivam esses produtos, assim como o prazo de vigência do instrumento.
- e) O parágrafo único do artigo 18 do Decreto Federal nº 6.063/2007, que apresenta os requisitos mínimos para a formalização do Termo de Uso, entre os quais a identificação dos usuários e a caracterização dos mesmos como comunidades locais, por meio de estudo técnico.

A fim de dar andamento ao dito Termo de Uso, a Associação dos Balateiros da Calha Norte foi fundada durante uma assembleia realizada em abril de 2014, na residência de uma colaboradora dos balateiros, em Monte Alegre (FIGURA 4). Essa organização sem fins lucrativos passou a representar legalmente os extrativistas tradicionais de balata (*Manilkara bidentata*), ativos ou inativos, e para tanto, foi adotado um cadastro iniciado na própria ocasião da fundação da entidade.

Figura 4: Balateiros na assembleia de fundação da associação.



Acervo Pepca/Ufopa.

O cadastro da associação iniciou com 63 registros de homens e mulheres na idade média de 80 anos, sendo que o mais novo possui 51 anos e o mais velho 97 anos. Ou seja, trata-se, sobretudo de balateiros inativos, dadas as próprias condições físicas limitadas pela idade avançada (QUADRO 4).

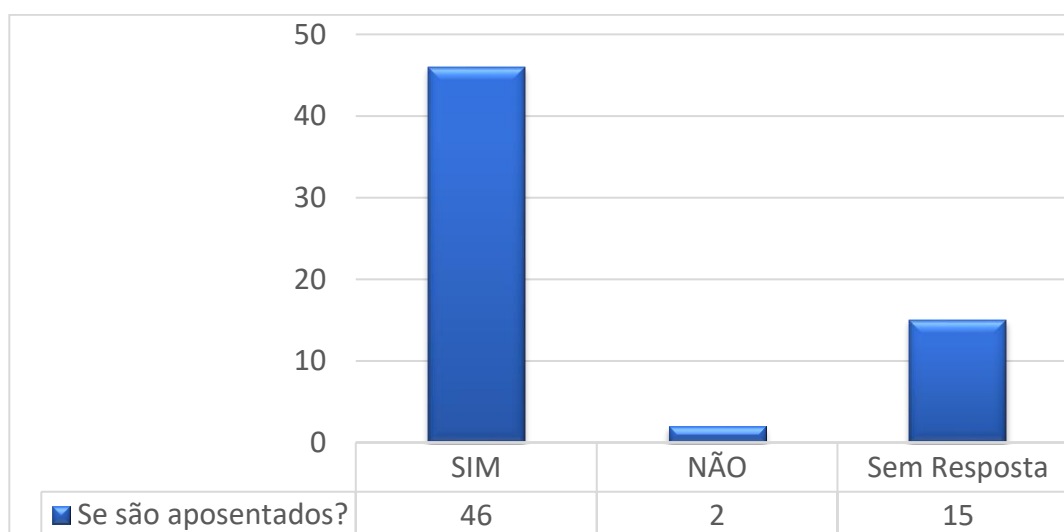
Quadro 4: Faixa etária dos balateiros, segundo registros da associação.

Idade	Balateiros (n)
51 - 60	4
61 - 70	4
71 - 80	15
Mais de 80	36
Sem informação	4
Total de cadastros	63
Faixa etária média	81 anos

Fonte: Pepca/Ufopa. Sistematizado pela autora.

Dos cadastrados, 73% são aposentados, 3,2% ainda não se aposentaram e 23,8% não informaram quanto à sua condição (FIGURA 5).

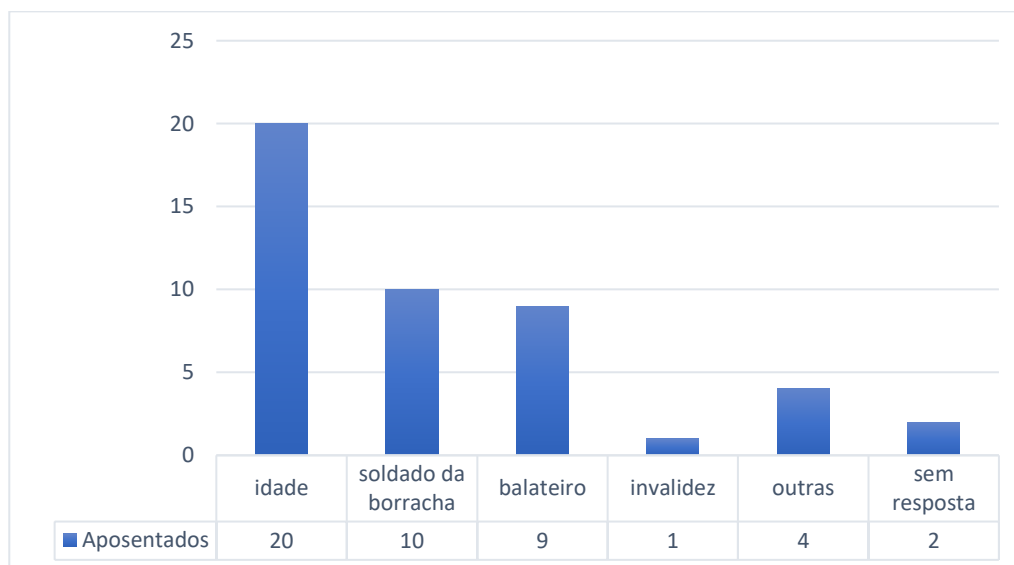
Figura 5: Balateiros aposentados no grupo



. Fonte: Pepca/Ufopa. Sistematizado pela autora.

Dentre os aposentados apenas nove o foram em decorrência do extrativismo da balata, representando 19,6% do grupo, e a maioria (43,5%) aposentou-se por idade (FIGURA 6)

Figura 6: Motivo da aposentadoria dos balateiros.



Fonte: Pepca/Ufopa. Sistematizado pela autora.

Esses dados não têm a intenção de oferecer um perfil do grupo, mas apenas indicar uma característica importante da ABCN: apesar de a entidade ter sido criada para garantir as condições de trabalho dos balateiros atualmente em atividade, sua composição é, basicamente, de balateiros inativos, na maioria já aposentados. Não se pode, aqui, aprofundar a discussão em torno dessa característica do grupo, mas é algo que não se pode deixar de notar, entre outros desafios enfrentados pela associação.

Nesse sentido, Carvalho e Silva (2016) já fizeram importantes considerações sobre os percalços da criação da Associação dos Balateiros da Calha Norte, destacando problemas decorrentes da aplicação de um modelo formal a um grupo cuja atividade, historicamente, se constituiu com base em acordos informais.

A constituição de uma entidade para representá-los, embora não declarada explicitamente como obrigatória, se fazia premente para os poucos balateiros em atividade. A organização e a formalização do grupo em termos jurídicos eram, na prática, condições para continuação dos diálogos com o Estado do Pará. Como Lobão (2006) observou em relação ao modelo de gestão das Reservas Extrativistas com vistas ao desenvolvimento sustentável, que tomou corpo na década de 1990, o associativismo havia passado de um objeto da organização local a uma condição necessária para os moradores daquelas UCs acessarem projetos e recursos. “Em outras palavras” – diz o autor – “sem uma entidade local, registrada, inscrita no Cadastro Geral de

Contribuintes – CGC – não seriam destinados recursos para apoiar os grupos locais” (LOBÃO, 2006, p. 7). No caso dos balateiros, se não constituíssem uma associação, seriam privados da possibilidade de contarem com o respaldo jurídico, via TAC, para as atividades que desenvolvem nos balatais do rio Maicuru. (CARVALHO; SILVA, 2016, p. 20).

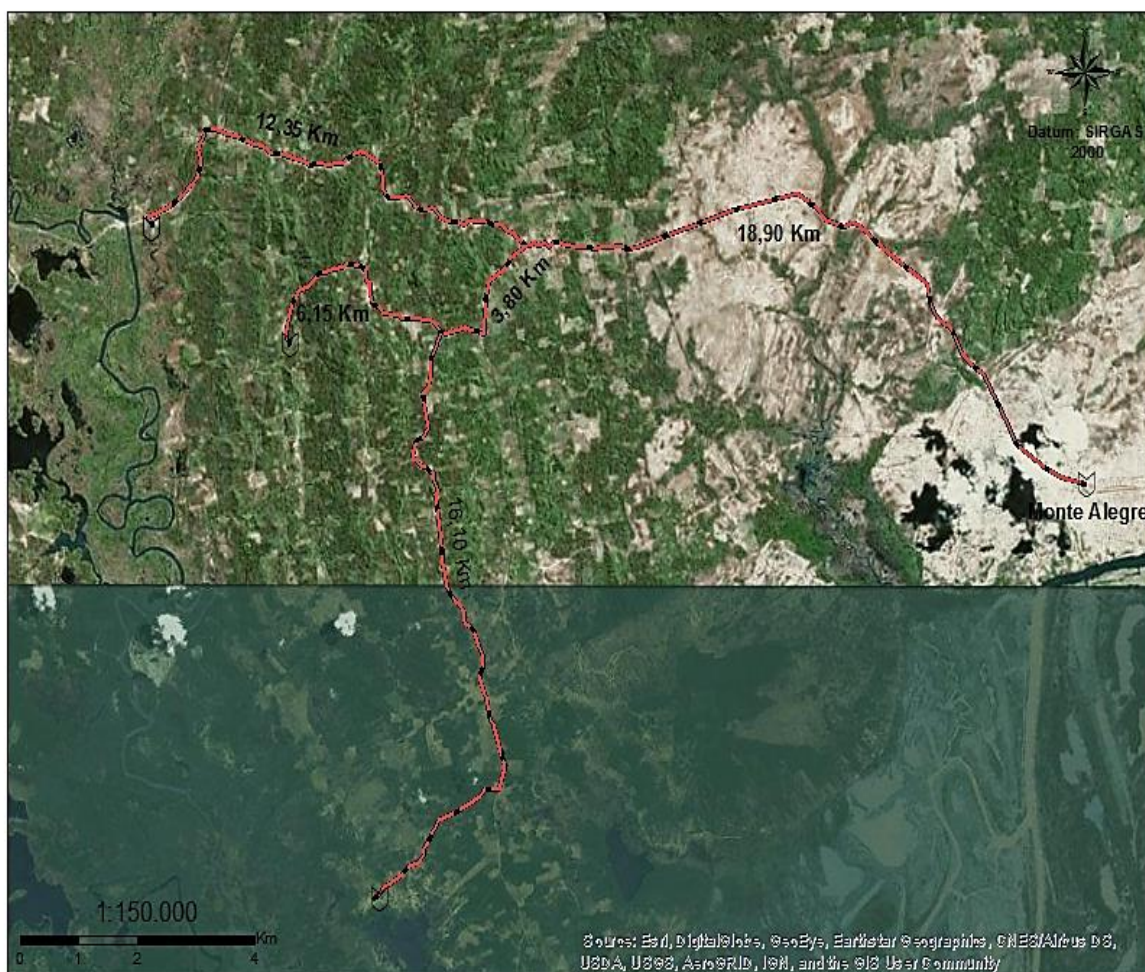
Não se pretende, portanto, retomar a discussão acerca da associação e dos custos simbólicos assumidos pelos balateiros em todo o processo de criação dessa entidade como condição na negociação com o Estado para fazer jus aos direitos de acesso e uso da Flota do Paru, tema esse que é bem demonstrado por Carvalho e Silva (2016). Entretanto, algumas considerações se fazem necessárias, em especial sobre a dificuldade de organização de reuniões como instâncias formais de diálogo e decisão entre os balateiros.

Em primeiro lugar, a comunicação entre eles é dificultada, tanto pela distância quanto em decorrência de alguns balateiros exercerem atividades produtivas sazonais como garimpo, pesca e agricultura em zonas relativamente isoladas e desatendidas por serviços de comunicação. Isso faz com que fiquem meses sem contato.

Ademais, os balateiros estão dispersos nas zonas rural e urbana em Monte Alegre, não constituem uma comunidade de base territorial comum. Muitas vezes, suas moradias são distantes umas das outras ou sazonais, de acordo com atividades produtivas que desenvolvam, já que eles se deslocam da residência principal por períodos mais ou menos longos para que possam exercer seus trabalhos. Para completar, é precário o acesso às comunidades rurais onde vivem alguns dos associados.

A figura 7 representa os caminhos e distâncias percorridos a partir da sede municipal, onde reside o atual presidente da associação, para fazer contato com mais três balateiros ativos. Vale ressaltar que a figura foi elaborada a partir de dados colhidos em uma atividade de campo realizada em maio de 2017 pela bolsista Pibic cuja pesquisa contribuiu para esta dissertação, junto com o presidente da associação a fim de agendar uma reunião para produção do texto final do Termo de Uso de Flota.

Figura 7: Mapa de localização e distribuição dos balateiros no Município de Monte Alegre – PA.



FONTE: Elaborado pela autora, 2017

Criada a associação, a elaboração do Termo de Uso para formalizar a atividade de extração de balata tornou-se um desafio que, em si só, também merece considerações. Inicialmente, ele visava apenas a utilização de áreas sob concessão na UC, mas, no decorrer do processo, o grupo reformulou a proposta de Termo de Uso visando abranger toda a área da Flota e não só as UMFs.

Os primeiros debates se deram em torno da minuta do termo apresentada no edital de concessão florestal, ainda em 2013. O documento definia como signatário a associação, denominada simplesmente como USUÁRIO, e dispunha como objeto exclusivo a exploração da balata (látex), excetuando qualquer outro gênero florestal.

Tal restrição levantou a questão das condições de permanência do grupo durante os meses de trabalho na floresta, especificamente no que diz respeito à

autorização de exploração de outros recursos florestais e de caça e pesca nas UMFs. Esse foi um aspecto, em particular, que preocupou os extrativistas, posto que sem poder caçar, pescar e coletar outros gêneros florestais nos balatais, não conseguem permanecer nos balatais pelo tempo necessário para a extração de quantidade de látex suficiente nem mesmo para o pagamento de despesas da expedição à floresta.

Essa e outras questões foram retomadas pelo grupo, em 2017, a fim de concluírem e enviarem para o Ideflorbio a sua proposta de Termo de Uso. As discussões culminaram em uma reunião realizada no dia 29 de maio de 2017 na casa do filho do presidente, na cidade de Monte Alegre. Vinte dias antes iniciou-se o processo de mobilização do grupo para comparecer ao evento, com as dificuldades já comentadas acima.

Nada de 29 de maio do mesmo ano, todo o grupo estava reunido com a equipe de pesquisadores e extensionistas da Ufopa que assessoravam os extrativistas. Após a abertura da reunião, e antes de passar a palavra para a coordenadora do projeto extensionistas que os envolve, o presidente da associação explicou o motivo da reunião e a necessidade da elaboração do Termo de Uso com estas palavras:

Outro tempo, a gente ia, chegava lá, trabalhava, sem dizer para ninguém. Hoje não está mais assim, tem que legalizar tudinho, para entrarmos legalizados, para ninguém chegar lá e dizer: 'Não pode trabalhar aqui ou não pode fazer isso ou aquilo'.

Por fim, o presidente da associação acentuou a importância dos representantes do órgão ambiental conhecerem a realidade dos grupos para quem ditam as regras: "Era bom que [xxx] fosse lá, que [xxx] ia ver como é as coisas. Se formam em floresta, mas não entendem para conhecer mais do que eu".

Após essa introdução feita pelo presidente, os balateiros ativos da Associação dos Balateiros da Calha Norte elaboraram uma proposta de Termo de Uso que foi enviada ao órgão gestor da Flota do Paru. Aguarda-se o retorno desse órgão a respeito do documento, assim como os próximos passos no processo de regulamentação da atividade dos balateiros na Unidade de Conservação.

2.4 Considerações finais sobre o contexto da pesquisa

Esta pesquisa se liga ao contexto de formulação e implementação dos instrumentos jurídicos que visam a garantir os direitos de acesso e uso da Flota do

Paru pelos balateiros, especificamente, porque, tanto no Termo de Uso quanto no Termo de Compromisso de Conduta, os balateiros se obrigam a “declarar a quantidade de produto explorado e a comercializar o produto auferido do manejo”.

Embora eles obviamente tenham métodos para calcular o volume de balata que extraem da floresta — se não o soubessem, o comércio de balata não teria durado décadas no Pará —, os instrumentos de gestão florestal são concebidos em termos e linguagens próprias e, frequentemente, estranhas aos grupos locais. Esse, inclusive, foi um dos problemas demonstrados no que tange à formalização dos sujeitos (no caso, a ABCN) e dos meios de acesso à Flota Paru.

Assim, o que se depreende do estudo do caso em questão é que a LGFP foi, contraditoriamente, adotada como instrumento legitimador de uma política pública que privatiza o acesso e o uso de florestas públicas, ao mesmo tempo que assume como propósito a conservação da cobertura vegetal e da biodiversidade, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.

Por um lado, essa política permitiria ao Estado gerenciar o patrimônio florestal de forma a combater a grilagem de terras, evitar a exploração predatória dos recursos existentes, evitando assim a conversão do uso do solo para outros fins, como pecuária e agricultura, e promovendo uma economia em bases sustentáveis e de longo prazo, através de contratos que atribuem parâmetros e forma de verificação dos indicadores usados para definir os vencedores da licitação (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2016).

Por outro lado, embora as comunidades locais estejam, em tese, contempladas com direitos de participar dos processos de concessão florestal por meio de suas organizações, a observação empírica revela que são, sobretudo, as empresas privadas que acedem a esse instrumento. Estudos críticos que se debruçam sobre processos de concessão têm sido realizados na Ufopa (SILVA, 2016; NEPOMUCENO, 2017) e na UFPA (RIBEIRO; CASTRO, 2008), analisando impactos das concessões que afetam povos e comunidades tradicionais.

Para os extrativistas que, ainda hoje, dependem economicamente da extração de balata, conciliando essa com outras atividades produtivas, as concessões florestais representam uma ameaça. Com efeito, o Plano de Manejo da Flota Paru, desde a sua concepção até a sua execução, não vislumbrou esse grupo local apesar da sua

atuação histórica e do registro do artesanato de balata como patrimônio cultural do estado do Pará.

Tal fato diverge do que estipulam as políticas que buscam garantir os direitos das comunidades tradicionais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040/2007, ou a nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/2010). De acordo com esses regramentos jurídicos, os balateiros deveriam ser considerados como comunidade tradicional, ainda que não vivam em um mesmo local. Afinal, eles, de fato, compartilham uma base territorial (no sentido material e simbólico) comum quando estão no balatal.

Se Diegues (2001) define comunidades tradicionais a partir de fatores como conhecimentos e usos de tecnologias de baixo impacto, organização econômica e social com pouca acumulação de capital, com atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato, Cunha e Almeida (2009) ampliaram essa definição, incorporando outros elementos, em especial políticos, relacionados à liderança e à identidade conservacionista. Para esses autores,

populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui as características de uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 300).

Assim as dualidades das políticas públicas sugerem diversas indagações quanto a quem, de fato, elas vêm a favorecer. Nelas se destacam, ainda, as disparidades de objetivos a serem alcançados. A Lei de Gestão de Florestas Públicas demonstra, por fim, ser um instrumento contraditório que prescreve “o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais”, porém opera a “privatização do manejo florestal em florestas públicas”.

3. ESTUDO DA ARTE DA BALATA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Este capítulo tem por objetivo situar a pesquisa em relação ao campo de debates em que ela se insere, bem como esclarecer suas opções teóricas e metodológicas. A partir de uma breve revisão do que se tem produzido sobre a balata e seus usos, o texto dedica-se a expor alguns aspectos acerca do tema, já demonstrados por outros autores, que importam para melhor qualificar o objeto próprio desta dissertação. São notadas, principalmente, as informações históricas sobre o extrativismo de balata no Baixo Amazonas, desde o auge da exploração dessa matéria-prima entre os anos 1930 e 1970 até as mudanças ocorridas no início dos anos 2000.

No que diz respeito à contribuição específica que esta pesquisa traz para o atual estado do conhecimento científico sobre a balata e seus usos, pode-se afirmar seu caráter original ao tomar por objeto não um aspecto particular, mas o conjunto da cadeia produtiva do artesanato de balata. Apesar de suas significativas e assumidas limitações na investigação pormenorizada de cada elo e na análise integrada da cadeia, esta dissertação chama atenção para a necessidade de compreensão da totalidade do ambiente natural e sociocultural em que se realiza o artesanato de balata, um recurso natural da Amazônia cujos usos têm valor cultural atestado pelo título de patrimônio cultural do Pará.

A concepção da cadeia produtiva como o conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos (PROCHNIK, 2002) tem implicações importantes nos métodos adotados na pesquisa. Nesse aspecto, pode-se caracterizar este trabalho como uma pesquisa localizada em múltiplos tempos e espaços, sem sair do lugar. Ou seja, ela não se realiza em um terreno específico, mas tenta acompanhar os fluxos dos insumos e bens que transitam na cadeia produtiva do artesanato de balata desde a floresta em Monte Alegre até a feira em Belém.

O ponto de observação é, quase sempre, o lugar ocupado pela autora, no tempo presente. Com poucas exceções, as incursões necessárias a espaços e tempos percorridos na cadeia produtiva da balata são feitas com base em consultas à bibliografia disponível, a pesquisadores experientes no assunto e a informantes-chave escolhidos entre extrativistas e artesãos. Considerando, portanto, os fluxos

próprios que caracterizam a cadeia produtiva em questão, esta pesquisa se obrigou à adoção de métodos distintos e teve resultados desiguais em termos de quantidade, qualidade e profundidade das informações, pois os necessários deslocamentos geográficos não puderam ser por completo efetuados.

Por exemplo, acompanhar uma expedição de extração de balata, que dura em média seis meses dentro da floresta, seria incompatível com a realização do curso de mestrado. Da mesma forma, acompanhar a comercialização do artesanato em Belém, todo domingo na feira da Praça da República, seria inviável. Sem dúvida, seriam providências importantes e esclarecedoras das questões levantadas na dissertação. Em contrapartida, foram enriquecedores a articulação desta pesquisa com o plano de trabalho de Iniciação Científica desenvolvido por Ana Paula Araújo, estudante de Antropologia na Ufopa e bolsista da Fapespa via PGRNA, e os contatos continuados de Luciana Carvalho com balateiros e artesãos, por meio dos quais alguns dados puderam ser obtidos.

3.1 Estado dos conhecimentos científicos sobre o extrativismo de balata na Amazônia brasileira

À balata, embora tenha sido um dos principais produtos florestais de exportação do estado do Pará entre os anos 1940 e 1970, foi menos pesquisado que à seringa. Nas mais variadas áreas de conhecimento científico, não se compara o número de estudos que tomam um e outro látex como objeto. Da mesma forma, o personagem do balateiro — apesar de representar uma população numerosa no Pará, como sustentou Carvalho (2013) — é pouco investigado.

O quadro 5 relaciona-se a um breve levantamento de títulos dedicados à balata, à balateira (árvore) e ao balateiro (extrativista). Não há a intenção de comentar esses trabalhos em pormenores, mas apenas de tornar acessíveis ao leitor referências bibliográficas pouco estudadas.

3.1.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado de forma intermitente e assistemática entre 2010 e 2015 por professores, pesquisadores e estudantes associados ao

Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, no curso de diversos projetos e ações de pesquisa e extensão realizadas juntos a extrativistas e artesãos de balata. Embora esteja registrado no âmbito de um inventário em andamento, interno do programa, esse levantamento pode, além de situar as possibilidades de diálogo deste trabalho, favorecer o avanço das pesquisas sobre o tema em questão.

Ao final do quadro, alguns tópicos poderão ser sistematizados, delineando os principais temas e aspectos conhecidos sobre a balata, tal como puderam ser extraídos das referências pesquisadas.

Quadro 5: Bibliografia sobre balata e seus usos identificada em inventário do Pepca/Ufopa.

Nº	Referência	Principais assuntos
1.	ALMEIDA, C. N. de Apologia do balateiro. In: Mosaicos de Monte Alegre . Rio de Janeiro: Santo Antônio. 1979.	A face heroica dos balateiros e sua importância para o desenvolvimento econômico de Monte Alegre.
2.	BARBOSA, G. C. Os Aparai Wayana e suas redes de intercâmbio . 2007. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.	Os balateiros e suas relações de troca e intercâmbio com os índios Wayana.
3.	BRILHANTE, G.M. O balateiro . [Almeirim]: s. e. 1p. (Poema). 1998.	Poema sobre o ofício de balateiro, em tom descritivo e laudatório.
4.	CARVALHO, A.F. Vila de mulher só: o trabalho invisível das mulheres em uma comunidade extrativista. 2017. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais na Amazônia) - Ufopa, 2017.	Trabalho feminino no extrativismo de balata.
5.	CARVALHO, L. G. Balata: Amazônia em miniatura . Rio de Janeiro IPHAN, CNFCP, 2006.	Modos de fazer o artesanato de balata.
6.	CARVALHO, L.G. (org.). Memórias de trabalho: balateiros de Monte Alegre . Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.	Histórias de vida de balateiros de Monte Alegre.

7.	CARVALHO, L.G. de. Relações de trabalho nos balatais do Pará. Horizontes Antropológicos , Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 373-400, jan./jun. 2013.	Relações de trabalho no extrativismo de balata, com ênfase no aviamento.
8.	CARVALHO, L.G. Os balateiros e seus direitos: trabalho, território e memória . Monte Alegre: Associação dos trabalhadores da balata e da borracha de Monte Alegre. Santarém: Tiagão, 2013.	Cartilha sobre direitos (trabalho, território, memória) dos balateiros.
9.	CARVALHO, L.G; KISHI T. S; SILVA, M. A. Relatório técnico sobre extração e uso de balata na Floresta Estadual do Paru, município de Monte Alegre, PA . Santarém, 2012.	Relatório técnico sobre aspectos históricos, econômicos e sociológicos do extrativismo de balata no passado e no presente, inclusive contendo descrição dos locais de exploração visitados em uma expedição.
10.	COUDREAU, H. A. La France Équinoxiale: études sur les Guyanes et l'Amazonie . T. I. Paris: Challamel, Ainé, 1886.	Estudos botânicos na Guiana Francesa, onde há balata.
11.	HUBER, J. Árvores de borracha e de balata da região amazônica: novas contribuições. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi . Belém, 1904.	Características das árvores e dos látex de seringueiras e balateiras.
12.	HUBERT, L. T. India-Rubber and its manufacture . London: Archibald Constable & Co. Ltd. 1907.	Aspectos botânicos e usos econômicos da balata e da seringa.
13.	IDESP, Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. Breve Informação sobre a Balata no Pará . Abril, 1986. (datilografado)	Economia da balata no Pará.
14.	LE COINTE, P. Árvores e plantas úteis . São Paulo: Nacional, 1947.	Plantas úteis e seus usos econômicos, com menção à balata.
15.	LINS, C. A exploração da balata. In: Jari: setenta anos de história . Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.	História da extração de balata em Almeirim.

16.	LOPES, P.M.D. Pluralismo médico Wayanã-Aparaí: uma experiência intercultural. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de Mestrado).	Os balateiros e suas relações de troca e intercâmbio com os índios Wayana.
17.	MEIRA, M. O tempo dos patrões: extrativismo, comerciantes e história indígena no noroeste da Amazônia. Lusotopie , [S.l.], 1996.	História indígena, extrativismo e comércio, com menção aos balateiros.
18.	MEIRA, S. Os Balateiros do Maicuru. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.	Romance sobre a vida de balateiros em Monte Alegre.
19.	REIS, N. dos Os balateiros. Santarém: CNPT/IBAMA, 1p. (Poema) 1999.	Poema sobre a história e o ofício dos balateiros.
20.	SANTOS, J. Crônicas de Monte Alegre. S. l.: Neo-Gráfica Editora Ltda., 1980.	Aspectos históricos do ciclo da balata em Monte Alegre.
21.	SILVA, E. K. M. Da; MOREIRA, L. C. B. Resgate da historicidade do ciclo da balata em Monte Alegre: uma proposta educativa. Monte Alegre: UEPA. 2000.	Aspectos históricos do ciclo da balata em Monte Alegre.
22.	SILVA, R. B. DA. Os Balateiros. Almeirim: APEAMA, 22p. (Cordel) 1991.	Poema em cordel que saúda o trabalho dos balateiros.
23.	SILVA, Marcelo Araújo da. Condições de efetivação dos Direitos Ambientais de um grupo de Balateiros diante das Concessões Florestais na Flota do Paru. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal do Oeste do Pará –UFOPA. 2016. 99 p.	Direitos dos balateiros.
24.	SIMON, R. <i>Balata: la forêt guyanaise.</i> Paris: Éditions des Écrivains, 2000.	Características da árvore e do látex da balateira.
25.	SIMONIAN. L. T. L. Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura. Belém: NAEA/UFPA, 2001.	Trabalho feminino no extrativismo de balata.

26.	SIMONIAN. L. T. L. Relações de Trabalho e de Gênero nos Balatais da Amazônia Brasileira. In SHERER, E. E OLIVEIRA, J. A. DE (Orgs.). Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.	Trabalho feminino no extrativismo de balata.
-----	--	--

Observa-se que, das 26 referências elencadas no quadro acima: i) 23% focam no personagem do balateiro, sendo escritas em verso ou prosa e frequentemente em tom laudatório; ii) 5 abordam aspectos botânicos e técnicos da balata; iii) 5 abordam aspectos históricos e econômicos da exploração de balata no Pará; iv) 3 tematizam os contatos dos balateiros com povos indígenas; v) 3 tratam do trabalho feminino no extrativismo de balata; vi) 2 tratam dos direitos específicos dos balateiros; vii) 1 privilegia a descrição do artesanato de balata; e viii) 1 trata da extração de balata na atualidade, em Monte Alegre.

Além desses títulos, o Pepca inventariou dois documentários audiovisuais sobre o tema: o primeiro e mais antigo, de 1936, é **Balata – No País das Amazonas**, dirigido por Silvino Santos e Agesilau de Araújo; o segundo, **Balatais de Saudade**, de 2013, é uma produção do próprio programa de extensão, que narra histórias de vida de balateiros, mostrando sua íntima relação com os balatais. Mais de mil fotografias também foram identificadas e/ou produzidas pelo Pepca: de balateiros, balatais, blocos de balata, paisagens, eventos e outras.

Constata-se que, das referências identificadas, o maior número de trabalhos científicos (10) tematiza aspectos histórico-econômicos ou botânicos da extração e do uso de balata. Delas e de outros estudos consultados, depreendem-se alguns pontos que podem ser sistematizados como se segue.

3.1.2 *Extrativismo na Amazônia*

A conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos naturais tem sido intensamente discutida em perspectivas disciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares, que consideram os aspectos social, ambiental, político e econômico. Tem sido, também, um desafio às economias extrativistas

historicamente disseminadas na região amazônica, onde se localiza a maior floresta tropical do mundo (LIMA et al., 2003).

O Bioma Amazônia abrange 6,4 milhões de quilômetros quadrados em nove países da América do Sul, entre eles o Brasil, em cujo território estão 63% do bioma (PEREIRA et al. 2010). Por ser considerada uma região de grandes atrativos naturais e de recursos (hídricos, minerais, vegetais, entre outros) capazes de dinamizar a economia nacional, tem atraído fluxos migratórios significativos desde meados do século XIX, especialmente das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil.

Políticas desenvolvimentistas foram marcadas por ciclos produtivos desde o século XVIII até os dias atuais, e vários projetos foram implantados na Amazônia como parte da estratégia governamental de “criar uma barreira” de proteção territorial. Com os projetos desenvolvimentistas, vastas áreas foram abertas para construção de estradas, assim viabilizando o avanço da agropecuária, extensiva e intensiva, monoculturas agrícolas (motivadas pelo agronegócio) e extração vegetal, entre elas a madeira, em sua maioria ilegal (DIEGUES, 1993), mas também a gomífera.

A extração gomífera na Amazônia, dentro e fora do Brasil, é uma atividade econômica estudada desde pelo menos o século XIX, praticada por indígenas mesmo antes da grande exploração das árvores de látex visando ao mercado internacional. Segundo Marcoy (2006, p. 70), “devemos aos Omaguas a descoberta do preparo da seiva da fi gueira e da *Hevea*, que eles chamam *cahechu*, donde o nosso termo caucho. Com esse sumo viscoso eles fazem seringas em forma de pera, tubos, sandálias, braceletes e outros objetos.” Dentre as diferentes espécies cortadas ou “sangradas” para retirada de látex foi a *Hevea brasiliensis*, popularmente conhecida como seringueira, a que mais recebeu atenção de pesquisadores (botânicos, biólogos, economistas, historiadores, antropólogos e outros), literatos e governos. Também foi em torno dela que se articularam as maiores e mais densas redes de exploração de recursos naturais e do trabalho humano na Amazônia brasileira, tendo o estado do Pará movimentado significativas quantias em pelo menos dois momentos históricos, recorrentemente designados como o primeiro e o segundo ciclo da borracha – compreendidos de fins do século XIX à primeira década do seguinte e de 1942 a 1945, respectivamente (CARVALHO, 2013a, 379).

No século XIX da expansão capitalista nessas terras, a revolução industrial além-mar estava criando uma grande demanda de borracha (látex de *Hevea brasiliensis*, vulga seringueira), e a região amazônica era a mais importante fonte de borracha natural. As atividades produtivas exigiam (e exigem) uma grande quantidade de mão de obra a fim de extrair o látex das árvores da forma mais primitiva: dentro da floresta, sem nenhum cultivo regular, simplesmente buscando as árvores onde quer que se encontrassem *in natura* (VELHO, 2009).

Segundo Velho (2009) a primeira grande imigração de nordestinos para a Amazônia se deu em meados de 1870, coincidindo com uma grave crise em decorrência da “grande seca” e da queda de preços para o algodão nordestino devido ao término da Guerra Civil norte-americana. Esse êxodo foi visto pelas autoridades como um modo de evitar o perigo potencial representado pelos refugiados que se concentravam nas cidades costeiras. Em meio século, de acordo com algumas estimativas, cerca de quinhentos mil nordestinos migraram para a região amazônica, que experimentou um grande período de crescimento econômico.

O chamado Ciclo da Borracha tornou a Amazônia um polo atrativo para investimentos internacionais. Muitos municípios na região do Baixo Amazonas foram atingidos por esses empreendimentos, como é o caso de Aveiro, onde se instalou o projeto de exploração de seringueiras da Companhia Ford Industrial do Brasil, do empresário norte-americano Henri Ford. O projeto de Ford foi viabilizado por uma concessão do estado do Pará, uma iniciativa do governo de Dionísio Bentes aprovada pela Assembleia Legislativa em 30 de setembro de 1927. Aí nasceu Fordlândia, atual distrito do município (CUNHA, 1989), onde o projeto foi oficialmente encerrado em 24 de dezembro de 1945, em acordo entre a Ford e o governo federal brasileiro (CUNHA, 1989).

Ainda como local de referência do chamado Ciclo da Borracha deve-se mencionar Belterra, cuja sede municipal é marcada pela grande influência norte americana nas casas antigas e conservadas até os dias atuais. Na capital do estado, Belém, também, percebem-se traços da economia da borracha nas arquiteturas de patrimônios construídos pela volúpia econômica da então Belle Époque (GONÇALVES, 1998). Ao lado do sofrimento humano e da miséria de migrantes e de populações locais, grandes fortunas se fizeram e as cidades de Manaus e Belém atravessaram um período de esplendor extraordinário, após o qual houve profunda decadência, em meados do século XX.

Atualmente, o extrativismo na Amazônia é marcado pela exploração florestal madeireira, que intensificou com a implantação de projetos econômicos desenvolvimentistas aliados às políticas públicas de integração regional nos anos 1950 e 1960, quando a Amazônia ainda era considerada pelos governantes brasileiros como um “espaço vazio”(PASQUIS et al, 2005). Sob o lema de “dar aos homens sem terras, as terras sem homens da Amazônia” e, ao mesmo tempo, “integrar a região ao

restante do País para não entregá-la”, sucessivos governos populistas e militares favoreceram a colonização da região com a criação de imensos enclaves de empresas privadas e de polos regionais de desenvolvimento (Polamazônia em 1974, Polonoroeste em 1981). Esses empreendimentos mobilizaram a mão de obra excedente do Nordeste e do Sul (BECKER et al., 1998), e a migração foi fomentada com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spevea).

Na mesma ocasião, pensava-se ser possível resolver os conflitos fundiários daquelas regiões e ainda recuperar a esperança dos habitantes do Nordeste, atingidos pela fome, provocada, em grande medida, pelo coronelismo latifundiário e pela seca (PASQUIS, 2001). Mais se intensificou a abertura de estradas, e aumentaram os incentivos para atividades agropecuaristas, tanto quanto se acelerava a retirada de madeira como objetivo secundário.

Para Pasquis (2005) há duas contradições nesse processo, sendo a primeira de ordem conceitual, que vem do fato de que a Amazônia era considerada como um espaço vazio. A segunda contradição é de natureza geopolítica e repousa sobre a vontade dos sucessivos governos de integrar a região amazônica ao território nacional.

De forma mais contemporânea pode-se dizer que o extrativismo vegetal cresceu de forma substancial na região, diversificando-se quanto aos itens visados e avançando quanto ao manejo e legislação. Porém, ainda há muito a progredir visando a garantia do bem-estar social, ambiental e econômico. É preciso fortalecer as cadeias produtivas do extrativismo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, como o estudo presente propõe com a balata.

3.1.3 Aspectos históricos e econômicos do extrativismo de balata

No século XX, sobretudo entre os anos 1930 e 1970, houve uma grande demanda de balata para o mercado internacional devido às suas propriedades como ductilidade, maleabilidade e resistência. Seu uso industrial na fabricação de correias, cabos, isolantes, polias, solados, bolas de golfe e outros objetos (SILVA, 2016), movimentou milhares de trabalhadores envolvidos na exploração e na rede de

exportação dessa matéria-prima gomífera do interior do Pará para o estrangeiro. Segundo Carvalho (2013a, p. 376):

Não se sabe ao certo quantos homens trabalharam nos balatais do Pará, mas não é demais cogitar que seu número tenha alçado a casa do milhar: Lins (2001) menciona cerca de 500 atuando entre os anos 1940 e 1960 em Almeirim; a missionária Sally Koehn estimara 100, no Paru, em 1989 (Lopes, 1994); em Monte Alegre, desde 2005 já identifi camos uma centena deles, ainda vivos, que relembram um sem número de companheiros que partiram. Em Alenquer também se encontram facilmente, e houve outros, em menor número, em Óbidos (Simonian, 2001) e Abaetetuba (Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1986).

Martins et al. (2015) demonstram que a fase de valorização comercial da balata movimentou a economia de municípios como Monte Alegre, Almeirim e Alenquer, no oeste do Pará, onde foi mais intensa a exploração das balateiras, pelo próprio fato de a espécie se concentrar nessas porções territoriais. Na segunda metade do século XX, portanto, a região experimentou um tempo de relativa fartura.

Relatos de antigos balateiros referem que, no período de dinamismo da comercialização da balata na região, havia uma base de infraestrutura próximo aos balatais, que possuíam pistas de pouso e decolagem de aviões para viabilizar o escoamento do produto, e, ainda postos de venda de gêneros alimentícios, remédios e artigos necessários para extração do látex em campo (CARVALHO et al, 2012). Relatam, também, que os balateiros eram considerados homens de coragem e privilegiados pelo acesso a bens que poucos habitantes da região possuíam. Nas memórias que narraram a Carvalho (2012, 2013b), informam que sua chegada das expedições na cidade era anunciada por foguetes e rojões, e festejada tanto pelos familiares quanto pelos comerciantes locais.

De acordo com Carvalho (2013a), a atividade extrativista foi subsidiada pelo sistema do aviamento, no âmbito do qual a relação de compra e venda da balata se dá entre os patrões (investidores/empresários que articulavam a comercialização) e os balateiros (os extrativistas que forneciam a matéria-prima). Mais que simplesmente um modelo de adiantamento de mercadorias a crédito, o aviamento influenciou o conjunto de aspectos da organização social na Amazônia, gerando um tipo particular de articulação política dos grupos locais. Segundo essa autora, o aviamento

se desenvolveu na Amazônia desde a época colonial e se consolidou no chamado ciclo da borracha, tornando-se modelo estruturante das relações sociais, e não só de trabalho e comércio na região. Miyazaki e Ono (1958, p. 269) registraram não haver “nenhuma produção no Amazonas que não tenha alguma relação com o sistema de aviamento”, enquanto Wagley (1977, p. 108) tratou esse último como o padrão de “relações tradicionais entre

comerciantes e fregueses, constituindo um forte elo social e econômico”. Esse elo baseava-se simultaneamente em dependência material e num senso de lealdade entre as partes (CARVALHO, 2013a, 385).

No sistema de aviamento, a partir das demandas do mercado externo, os patrões locais convocavam intermediários, chamados encarregados ou chefes de turma, para arregimentarem os balateiros a fim de suprirem a encomenda. Tais intermediários entre os patrões e os extrativistas organizavam estes últimos em grupos para as expedições, que eram antecedidas por incursões exploratórias prévias nos balatais para reconhecimento da área e da oferta da matéria-prima (quantidade de árvores disponíveis para corte).

Feito o levantamento prévio da área a ser explorada e dos homens a serem enviados para os balatais, o patrão fornecia-lhes insumos, ferramentas de trabalho, alimentos industrializados, medicamentos, tecidos, calçados e outros itens que não se confeccionavam na região, além de um abono em dinheiro — pagamento antecipado para que o balateiro pudesse deixar provisões para o sustento da família durante a temporada no balatal.

Nada era cobrado ao balateiro na ocasião do fornecimento. Tudo, porém, gerava uma conta de dívidas que ele deveria saldar após a expedição, com a venda da matéria-prima ao respectivo patrão, por um preço por ele definido (CARVALHO, 2013a). Assim, os patrões exerciam uma função de investidores, movimento o comércio local, ao mesmo tempo que expropriavam o produto do trabalho dos extrativistas, em uma conta que era inevitavelmente desfavorável para esse último. Nesse sentido, autores como Reis (1953), Santos (1970) e Weinstein (1980) viram no sistema de aviamento um tipo de escravidão muito ocorrente na Amazônia, por sinal, até os dias mais atuais.

O sistema de aviamento, então, fazia transitar: i) produtos diversos de origem estranha ao universo local dos balateiros, a título de adiantamento de crédito; ii) a balata, da floresta para a cidade e dela para o estrangeiro. Os patrões, então, faziam o papel de atravessador da balata até os consumidores finais.

Lins (2001) relata que, mesmo sendo a balata considerada pela população local como um bom negócio na época, poucos balateiros conseguiram seguridade financeira. Mesmo quando eles tinham saldo, isto é, quando recebiam quantias pela venda de balata após a quitação dos débitos adquiridos anteriormente, o dinheiro que ganhavam, era, na maioria dos casos, gasto em muito pouco tempo, frequentemente

com bebidas e prostitutas. Os extrativistas reiniciavam então, quase que de imediato, um novo ciclo de endividamento com o patrão, por conta da próxima safra.

Após os anos 1970 houve um declínio da exploração de balata na região, diante da substituição do látex vegetal por materiais sintéticos. Um fato marcante desse período, lembrado em narrativas de extrativistas (Martins et al., 2015) foi o apodrecimento de toneladas de blocos da balata nos portos de Belém e Manaus, sem que tivessem comprador.

Como a atividade extrativista era, até então, dependente do comércio internacional, a desventura comercial da balata levou centenas de balateiros a migrarem para outras atividades como: lavoura, pesca, garimpo e biscates (Martins et al., 2015). A extração da balata tornou-se insignificante, e, segundo Simonian (2006, p. 223):

praticamente nada foi feito pelo governo brasileiro para se perpetuar esse processo produtivo. Recursos e mão de obra existiam, mas um esforço mínimo que fosse no sentido de aproveitá-los criativamente não foi feito pelas esferas governamentais e, muito menos, pelo setor empresarial e/ou movimentos sociais.

Sobreveio a desorganização do sistema produtivo tradicional em que os balateiros normalmente operavam. Com o fim das exportações, suspendeu-se o sistema de aviamento para extração de balata, o que significa que findou também o crédito para balateiros.

Sem espaço no mercado, a balata também se tornou pouco estudada, quanto à espécie e suas características, e também quanto aos aspectos históricos e econômicos do extrativismo e aos seus sujeitos. A esse respeito, Carvalho (2013b) argumenta que os balateiros caíram no esquecimento, que é uma espécie de morte social.

Nos anos 1970, o sistema de exploração da balateira e do balateiro começou a ruir. Outros materiais substituíram a balata em diversos ramos industriais e ela perdeu valor no mercado internacional. Faliram muitos patrões. Tornaram-se inúteis os balateiros. Esgotou-se o crédito. Separaram-se as turmas. Acabaram-se as festas, os fogos, os gozos. Vieram a tristeza, a carestia e o declínio econômico de cidades do Baixo Amazonas. Os balateiros caíram no esquecimento... (CARVALHO, 2013b, p. 97).

Todavia, é incorreto dizer que a extração de balata tenha chegado ao fim nessa época. Apesar de pouco volumosa, ela, de fato, continuou a ser realizada no Baixo Amazonas, especificamente no município de Monte Alegre, para abastecer o mercado

de artesanato figurativo que se desenvolveu a partir dos anos 1970, justamente quando as exportações decaíram.

Foi nesse período que ex-balateiros como João Boi e Seu Beja, que já faziam miniaturas com parte dos blocos que não eram vendidos, começaram a produzir artesanato mais sistematicamente. E, por influência deles, alguns jovens moradores de Monte Alegre aprenderam o ofício, como no caso de Antônio Braga, vulgo Pitonho (CARVALHO, 2017, p. 64).

Comecei a aprender o artesanato, nem sabia que era artesanato. Caía pedaço de balata no trapiche, eu pegava e levava para casa, e ficava moldando. Arrancava essa balata de blocos que ficavam no trapiche para exportação. Não sabia fazer direito! O finado Cutambo, que ia na casa do seu João Boi, olhava para mim e me dizia como fazia. A gente era menino, tinha dez ou doze anos. Eu não ia lá, o seu João Boi não deixava a gente olhar (Entrevista de Antônio Braga ao Pepca).

Semelhante foi o caso de Darlindo Oliveira, que, aos dez anos de idade começou a desenvolver as artes com balata:

Apreendi olhando o seu João Boi. Ele trabalhava no fundo do quintal da minha casa. Quando ele saía, eu roubava balata dele para aprender a fazer. Peguei o gosto e comecei a trabalhar e a vender para os navios que passavam para Manaus, e disputava com os outros colegas que também aprenderam nessa época a vender os bichinhos de balata em Monte Alegre. Então, passei dos dez aos quinze anos em Monte Alegre fazendo isso. (Entrevista de Darlindo Oliveira ao Pepca, in: CARVALHO, 2017, p. 64).

Carvalho explica que esses e outros dois jovens, Paulo Baía e Oscarino Braga, além de Osvaldo, Luís e Carlos Baía

começaram a carreira vendendo suas peças nos navios que atracavam no porto de Monte Alegre e, aos poucos, passaram a vendê-las na capital. Depois que o primeiro migrou para Belém, não tardou para que os demais o seguissem. Hoje, são quatro que vivem e trabalham nessa cidade, vendendo miniaturas de balata em lojas de artesanato, feiras regulares e pontos turísticos.

A extração e o fornecimento de balata para o artesanato se valeu, até o início dos anos 2000, do mesmo sistema de aviamento que imperou na lida com empresas estrangeiras, no passado (MARTINS et al., 2015). Lidando com pequenos grupos, diante da reduzida demanda de matéria-prima para a confecção de miniaturas representativas da fauna, flora e de tipos humanos da Amazônia, um morador de Monte Alegre, também artesão, assumiu o papel de patrão, intermediando o comércio de balata entre os poucos extrativistas ativos e os demais artesãos.

A partir de 2005, o desenvolvimento de projetos por organizações governamentais e não governamentais interessadas em fomentar o artesanato de

balata não só incrementou a divulgação comércio desse item, mas também deu um novo rumo ao extrativismo dessa matéria-prima. Em torno de dez anos, desde então, iniciativas importantes conduziram ao contexto atual em que se inseriu esta pesquisa, já apresentado no capítulo anterior.

3.1.4 A ação dos projetos

Nesta seção serão apresentados os projetos que, desde 2005, têm focado o fomento do extrativismo e do artesanato de balata, e que foram importantes para que o contexto estudado adquirisse as características observadas nesta pesquisa.

Primeiramente, em 2005 e 2006, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) promoveu ações de pesquisa e documentação que culminaram em uma exposição do artesanato da balata na Sala do Artista Popular (SAP)⁷ do Museu de Folclore Edison Carneiro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento, que durou um mês, foi acompanhado da comercialização de peças e, após esse período, um ponto de venda permanente no museu passou a receber regularmente artesanato de balata para comercializar.

Em consequência da SAP, o volume de vendas regulares de artesanato cresceu e, da mesma forma, as demandas por matéria-prima, que até então ainda supridas pelo artesão-patrão sediado em Monte Alegre. Ele, enquanto pagava aos balateiros cerca de 250 reais pelo bloco de 50 quilos de látex, revendia os mesmos blocos por 2.500 até 3.000 reais aos artesãos. Tanto uns quanto outros queixavam-se das desvantagens do comércio realizado pelo intermediário. Contudo, nem artesãos nem balateiros tinham condições de antecipar as despesas exigidas em uma expedição de extração de balata, de modo que se sujeitavam à intermediação.

⁷ Segundo o sítio eletrônico do CNFCP, a SAP é “um espaço de exposições de curta duração (cerca de 40 dias) voltado para difusão e comercialização da produção de artistas e comunidades artesanais. Precedidas de pesquisas de campo e documentação fotográfica, as mostras contam com edição de catálogo etnográfico e, em decorrência da divulgação e do contato direto com o público, propiciam, para artistas e artesãos, oportunidades de expansão de mercado e condições de participação mais efetiva no processo de valorização e comercialização de sua produção. A Sala do Artista Popular (SAP) oferece, ainda, para esses artistas e comunidades, um canal permanente em seu ponto de comercialização. São realizadas, desde 1983, cerca de nove exposições ao ano, definidas mediante seleção de propostas”.

Em 2009-2010, o CNFCP realizou um novo projeto visando incremento do artesanato de balata. A novidade do projeto o projeto Figuras de balata de Monte Alegre e Belém é que ele se propunha superar a necessidade do intermediário na cadeia produtiva desse artesanato. Então, Monte Alegre e Belém — municípios unidos pela cadeia produtiva da balata, sendo o primeiro fornecedor e o segundo consumidor — foram instituídos como um único Polo do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart). O CNFCP apresenta-o assim, em seu sítio eletrônico:

O Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) tem por objetivo qualificar e ampliar a presença do artesanato de tradição cultural nos mercados interno e externo, promovendo sua dinamização econômica. Desde 2009, quando foi implementado, o Programa atuou em 75 municípios, apoiando diretamente 65 polos produtores de artesanato tradicional, a maior parte localizada nas regiões Norte e Nordeste do país, beneficiando mais de 4 mil artesãs e artesãos de 158 comunidades situadas em periferias de grandes cidades ou em municípios do interior. [...] Apesar de inúmeras diferenças que se observa entre essas comunidades, há em comum entre elas o fato de que são regularmente excluídas dos circuitos de distribuição de riquezas no país, apesar de serem criadoras de artesanato de inestimável valor cultural e patrimonial.

Neste sentido, busca-se, com o Promoart, a implementação de ações que, de um lado, promovam a preservação das identidades culturais e valorizem a qualidade e a importância dos saberes tradicionais específicos dos quais o artesão é portador; de outro, atendam às demandas postas nos contextos contemporâneos onde essas comunidades estão inseridas. Como, por exemplo, a ampliação de canais de circulação de informações e mercadorias, a preservação de recursos naturais, a implantação de práticas de comércio justo, a certificação social de produtos, entre outras.

Reuniões, encontros, mobilizações e articulações entre artesãos e balateiros foram realizadas em Monte Alegre por iniciativa do Promoart, a fim de buscar um novo sistema de trabalho e troca entre esses atores, de modo a dispensar o intermediário na cadeia produtiva da balata. Com recursos próprios, em torno de 65 mil reais, o Promoart pôde assumir o financiamento de uma expedição de coleta de matéria-prima em 2010. Esse era, com efeito, o maior entrave ao estabelecimento de uma relação direta entre extrativistas e artesãos, posto que: os primeiros não só não tinham capital para realizar uma expedição de coleta, como também tinham, pelo histórico instituído do aviamento, a necessidade da garantia de compra do produto; já os segundos não tinham capital nem para investir em uma expedição, nem para garantir a aquisição do produto.

Em novembro de 2009, com a parceria entre o Promoart e a Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, balateiros desse município e artesãos de Belém

conseguiram chegar a um acordo quanto aos objetivos, prazos e custos (financeiros ou não) que seriam assumidos por cada ente — o programa, a Hortoflorestal, os extrativistas e os artesãos — para viabilizar uma primeira expedição de extração de matéria-prima financiada pelo Promoart. Frente a frente, extrativistas e artesãos concordaram que a dependência do intermediário significava perdas financeiras para ambos. Definiram que reativação da atividade extrativista da balata deveria ser feita em bases sustentáveis, no que se refere à preservação dos balatais, e justa, no que tange à remuneração dos serviços dos balateiros.

A execução do acordo passaria necessariamente pelo empenho comum de balateiros experientes, aprendizes, técnicos e artesãos. No acordo, os balateiros passariam a receber um valor três vezes maior por bloco de balata produzido; os artesãos passariam a pagar seis vezes menos do que pagavam ao intermediário pelo mesmo. A proposta inicial seria que no primeiro ano, o Promoart financiaria os custos da expedição, e, nos anos seguintes, um capital de giro criado a partir das vendas dos primeiros blocos seria o motor das novas subidas aos balatais (CARVALHO, 2010), e assim deu-se a expedição realizada em 2010.

Considerada exitosa a expedição, no ano seguinte a Associação Hortoflorestal de Monte Alegre encampou um projeto patrocinado com cerca de 45 mil reais pela Caixa Econômica Federal na linha de artesanato, o qual promoveu nova expedição de coleta de balata, em 2012.

Nessa ocasião, efeitos das ações anteriores de divulgação do extrativismo e do artesanato de balata já se faziam sentir, e abriam-se algumas perspectivas para ampliação de mercado para a balata, com a demanda de uma empresa do ramo ortodôntico, interessada em substituir a guta-percha (látex extraído de árvores do gênero *Palaquium*) pela balata em seus produtos (FIGURA 8). Além disso, também em 2012, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) concedeu o prêmio Reconhecimento de Excelência da Unesco para os produtos artesanais do Mercosul+ ao artesanato de balata, representado pela peça *Búfalo montado*, do artesão Darlindo Oliveira.



Figura 8: Certificado do prêmio conferido pela Unesco.

Nesse mesmo ano (2012), os balateiros, apoiados por pesquisadores do Pepca/Ufopa, elaboraram e submeteram um projeto próprio ao Fundo Brasil de Direitos Humanos (FBDH), intitulado “Dor de balateiro: território, trabalho e memória nos balatais de Monte Alegre”. Já havia, nesse momento, uma articulação para criação de uma entidade representativa de extrativistas,⁸ artesãos e apoiadores dos ofícios ligados à balata. Ela era provisoriamente intitulada Associação dos Trabalhadores da Balata e da Borracha, e foi a proponente do projeto, que foi aprovado e executado, tendo o seguinte objetivo:

O objetivo geral do projeto é promover o reconhecimento e a efetivação dos direitos socioambientais de extrativistas a partir de suas práticas tradicionais de trabalho e expressão cultural nos balatais de Monte Alegre. Seus objetivos específicos envolvem: a organização do grupo, a realização de uma cartografia social dos balatais e de uma campanha que promova acesso aos direitos previdenciários dos balateiros, e, por fim, a produção de um

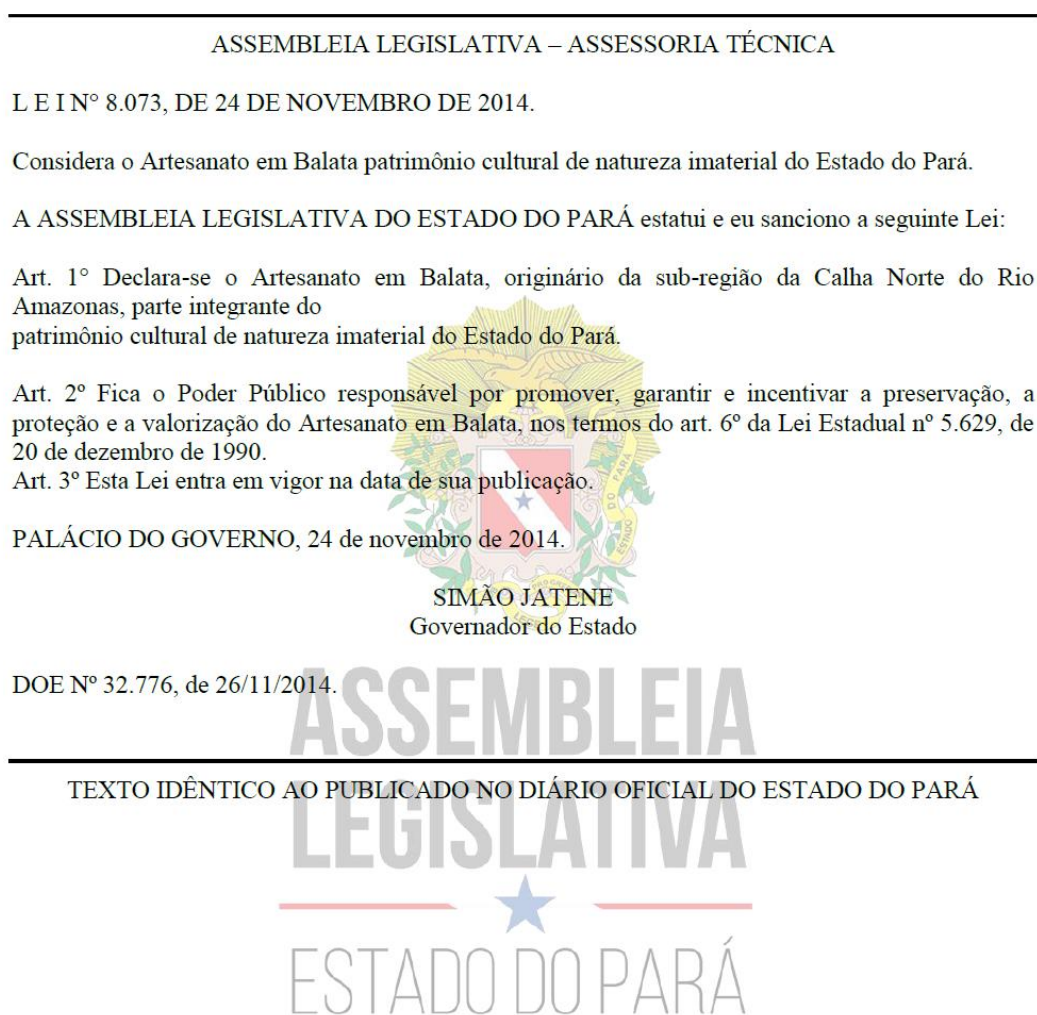
⁸ Lembre-se que, como exposto no capítulo anterior, em 2011 fora realizado o primeiro edital de licitação de concessões florestais na Flota do Paru, de modo que os balateiros já estavam buscando fazer frente a possíveis prejuízos ao seu trabalho, decorrentes da vindoura exploração madeireira.

documentário audiovisual sobre as memórias do grupo (Projeto Dor de balateiro: território, trabalho e memória nos balatais de Monte Alegre)

Como se pode observar, o foco recaiu exclusivamente sobre os extrativistas, e o projeto inovou ao priorizar questões relativas aos direitos previdenciários, territoriais e culturais do grupo. Conforme mostram Carvalho e Silva (2016, p. 11), “na esteira da valorização das miniaturas, os balateiros, responsáveis pela obtenção da matéria-prima desse artesanato, também passaram a receber mais atenção”.

Por fim, em 2014, o artesanato de balata foi considerado patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, pela Lei nº 8.073/ 2014, como mostra a figura 9.

Figura 9: Texto da Lei nº 8.073/ 2014



. Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, 2014.

Em paralelo à implementação dos projetos supracitados, a atuação do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia (Pepca) se deu de forma continuada no apoio direto aos balateiros por meio de assessorias técnica e jurídica, além da produção de materiais de difusão cultural e científica sobre o extrativismo e o artesanato de balata.

No quadro 6, para fins de melhor visualização, estão sistematizados os projetos e as ações comentadas nesta seção. À guisa de conclusão, cabe ressaltar que as intervenções realizadas nos últimos anos tiveram importância na reconfiguração dos modos e das relações de trabalho prevalentes no extrativismo e no artesanato de balata. Elas, estão, também, associadas aos processos de formalização dos usuários e dos usos da Floresta Estadual do Paru, já abordados no capítulo precedente. Não se sabe, contudo, o quanto poderão perdurar ou fomentar novas mudanças no contexto e nas atividades pesquisadas.

Quadro 6: Projetos e ações de apoio ao extrativismo e ao artesanato de balata nos anos 2000.

Projeto/ação	Realização	Período	Investimento (R\$)	Principais ações
Sala do Artista Popular	CNFCP	2005-2006	Ignorado	Pesquisa de campo, documentação fotográfica e exposição
Promoart	CNFCP	2009-2010	66.000,00	Promoção de expedição de extração de balata, compra de equipamentos para balateiros, realização de oficinas, elaboração de peças gráficas e de divulgação do artesanato
Apoio à reativação extrativista de borracha da balata e capacitação para novos artesãos da balata em Alenquer e Monte Alegre	Associação Hortoflorestal de Monte Alegre	2011-2012	49.500,00	Promoção de expedição de extração de balata, compra de insumos para balateiros, realização de oficinas de artesanato
Prêmio Reconhecimento de Excelência da Unesco para os produtos artesanais do Mercosul+	Unesco	2012	Não se aplica	Premiação do artesanato de balata em âmbito internacional
Dor de balateiro: território, trabalho e memória nos balatais de Monte Alegre	Associação dos Trabalhadores da Balata e da Borracha – Monte Alegre, PA	2012-2014	24.980,00	Organização coletiva e defesa dos direitos previdenciários, territoriais e culturais dos balateiros
Patrimônio cultural do Pará (titulação)	Assembleia Legislativa do Estado do Pará	2014	Não se aplica	Patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará

Fonte: Acervo Pepca. Sistematizado pela autora.

3.2 Métodos e procedimentos da pesquisa

Partindo da definição básica e bem abrangente da cadeia produtiva como “um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (PROCHNIK, 2002, p. 37), esta pesquisa procurou abranger informações concernentes a múltiplos tempos e espaços da produção e da comercialização do artesanato de balata, sem necessariamente operar deslocamentos físicos entre eles. Uma das primeiras implicações dessa opção metodológica é que não há propriamente um local de estudo que corresponda a uma base territorial. Assim, se, no capítulo anterior se descreveu a Flota Paru, não foi porque ela constitua o terreno ou campo da pesquisa, mas porque ela é importante no contexto da produção do artesanato de balata. Tampouco o é a feira da Praça da República, onde foram buscadas informações junto aos artesãos de balata.

Em função da perspectiva multifocada adotada, a questão metodológica obedece ao corte analítico: qual é, efetivamente o grupo de elementos, insumos e agentes que compõem a cadeia produtiva, e que importa investigar? Considerando que:

- i) A atividade de extrativismo nos balatais se dá em uma área geográfica vasta e difícil acesso; e
- ii) A cadeia produtiva do artesanato de balata tem amplitude e extensão intermunicipal, de modo que a extração e o beneficiamento se dão em Monte Alegre, e as atividades do artesanato se estendem entre Santarém e Belém,

Esta dissertação, desenvolvida sobre o princípio da interdisciplinaridade, promovendo o diálogo entre ciências ambientais, sociais e econômicas, foi elaborada com base em:

- i) Pesquisa bibliográfica e documental;
- ii) Formulários aplicados com balateiros e artesãos nos municípios de Monte Alegre, Santarém e Belém, que são expostos ao fim deste item;
- iii) Entrevistas semiestruturadas com balateiros e artesãos;
- iv) Análise de dados quantitativos das expedições de extração de balata realizadas em 2010 e 2012;

- v) Descrição de peças à venda em Belém em 2016, observando-se atributos como dimensão, peso e preço;
- vi) Registro fotográfico das peças supracitadas.

Esse conjunto de atividades foi desenvolvido por uma equipe composta pela autora da dissertação, uma bolsista de iniciação científica cujo plano de trabalho tem objetivos comuns com este estudo, e a orientadora de ambas, que mantém relações mais próximas tanto com balateiros quanto com artesãos devido a experiências de trabalho com esses grupos desde 2005.

Em relação às pesquisas bibliográficas e documentais, destacou-se, pelo caráter mais contemporâneo desses documentos, a consulta a relatórios técnicos e científicos, fotos, filmes e legislação específica sobre o caso estudado. Especialmente importante foi o **Relatório Técnico sobre Extração e Uso de Balata na Floresta Estadual do Paru, Município de Monte Alegre, PA** (CARVALHO; KISHI; SILVA, 2012). Além de narrar aspectos históricos, sociológicos e econômicos da produção de extrativista de balata, esse relatório contém mapas e informações precisas da expedição de coleta de 2012.

Os formulários, em duas versões conforme o público, foram aplicados junto a sete artesãos, em Belém, Santarém e Monte Alegre, o que perfaz a totalidade de indivíduos atualmente dedicadas à confecção e à comercialização de artesanato de balata. Contudo, apenas um balateiro de um grupo de quatro respondeu ao formulário. A distância dos locais de residência, bem como a sazonalidade das atividades que praticam, foi um fator que impediu a localização desses sujeitos a tempo nas incursões a campo em Monte Alegre.

Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com todos os respondentes dos formulários, permitindo aprofundar algumas questões suscitadas na aplicação deles. Nesse sentido, relatos de vida foram feitos por balateiros e artesãos em diferentes momentos das entrevistas. A cada lembrança suscitada por um tema ou pergunta, era comum que narrassem passagens de sua vida.

A análise de dados quantitativos das expedições de extração de balata de 2010 e 2012 foi realizada a partir da consulta a documentos internos do Pepca, do Promoart e demais projetos supracitados. Muitas vezes, esses dados não estavam

sistematizados em relatórios, por exemplo, mas dispersos em comunicações trocadas entre os agentes dos projetos.

Por fim, a descrição das peças foi precedida de uma seleção realizada por dois artesãos, em Belém. Diante das respectivas bancas de exposição e venda de artesanato na feira dominical da Praça da República, mediante solicitação verbal, Antônio Braga e Oscarino Braga escolheram peças que consideram mais representativas de seu ofício, considerando tanto a regularidade com que são feitas e vendidas, quanto a originalidade e a inovação que atestam a criatividade individual em um repertório que se mantém dinâmico.

Feita a seleção, as peças foram medidas com régua e pesadas em balança eletrônica. O preço médio de venda de cada peça foi anotado, tendo-se por referência os valores praticados na feira da Praça da República, conquanto se saiba que os preços podem variar conforme a destinação do produto. Depois, todas as peças selecionadas e identificadas foram fotografadas uma a uma. As bancas de exposição e venda de artesanato também foram registradas em imagens, assim como os artesãos.

Importante notar que a aplicação dos formulários e as entrevistas foram executadas com a colaboração direta da bolsista de iniciação científica, e que a etapa de descrição das peças foi iniciada pelo contato da orientadora com os artesãos (seleção) e finalizada pela bolsista Pibic (produção de listas de peças com medidas, pesos e preços).

4. DA FLORESTA À FEIRA

O objetivo deste capítulo é descrever os circuitos percorridos pela balata extraída sob a forma de látex vegetal, beneficiada em blocos e transformada em figuras representativas da fauna e dos tipos sociais característicos da região amazônica, que são reconhecidas por lei estadual como patrimônio cultural imaterial do Pará. Pretende, também, indicar que outros bens e insumos transitam no circuito em questão, seja em sentido idêntico ou contrário ao da balata.

Como se pretende enfatizar com o título, o percurso da balata da floresta até a feira estabelece pontes entre diferentes domínios: a floresta e a cidade; o interior e a capital; os povos da floresta e os cidadãos; a natureza e a cultura. No entanto, na experiência histórica de grande parte da população amazônica, esses domínios, por diferentes que sejam, não são apartados, mas, antes, mantêm conexões mediadas por determinados agentes e elementos, que configuram múltiplos sistemas de troca que coexistem na Amazônia: alguns monetarizados, outros não.

O capítulo está, portanto, organizado em duas partes correspondentes aos principais domínios atravessados pela balata: a floresta e a cidade. A primeira é precisamente a Floresta Estadual do Paru, onde ocorre a extração do látex amorfo da balateira. A segunda é o lugar, por excelência, da transformação da matéria-prima em objeto e da sua comercialização.

Para cada um desses domínios são apresentadas, no nível de detalhamento a que se pôde chegar, as “etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (PROCHNIK, 2002, p. 37). Apesar de evidentes limitações quanto ao detalhamento dessas etapas, faz-se o esforço de sistematizar aqui todas as informações que puderam ser levantadas na pesquisa.

Por fim, cabe frisar que essa divisão em dois domínios tem por objetivo apenas a melhor exposição do texto. Na prática, porém, a floresta e a cidade se tocam constantemente em zonas onde se definem os principais trânsitos da balata. Assim, por exemplo, uma expedição de coleta sempre começa na cidade,

para onde confluem as encomendas e os contatos, e onde estão disponíveis os insumos, ferramentas de trabalho e o dinheiro.

4.1 A floresta: domínio dos balateiros

4.1.1 Os balateiros

São cinco os balateiros cujas experiências serviram de base para elaboração deste capítulo:

- i) José da Cunha Santana (Zeca), nascido em 1959, em Monte Alegre, onde reside no bairro Terra Amarela. Filho de balateiro, é o primeiro e atual presidente da Associação dos Balateiros da Calha Norte. Além da extração de balata, tem feito trabalhos sazonais como feirante e mototaxista, entre outras atividades esporádicas.
- ii) Delival de Oliveira Batista (Bojó), nascido em 1954 em Monte Alegre. Vive na localidade rural Nazaré. Trabalha na agricultura, como diarista, e na extração de balata.
- iii) João Batista da Conceição, nascido em 1956 em Monte Alegre. Vive na localidade rural Cauçu B, no bairro Maicuru.
- iv) Edinaldo da Conceição dos Santos (Museu), é o mais jovem do grupo, no qual ingressou recentemente como brabo. Vive na zona rural de Monte Alegre, onde nasceu, e faz trabalhos esporádicos.
- v) Luminato Rodrigues dos Santos, filho de balateiro, nascido em 1942 em Monte Alegre, onde vive até hoje, no bairro Terra Amarela.

Figura 10: Turma de balateiros em 2012. Da esquerda para direita: Luminato, João, José, Edinaldo e Delival.



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa.

4.1.2 A balata e seu ambiente

Dos poucos estudos encontrados sobre a balata, como exposto no capítulo anterior, depreende-se que esse látex foi um produto importante na economia de alguns países sul-americanos, além do Brasil, onde Simonian (2006) faz referência a seu uso no Pará, no Acre, no Amazonas e em Roraima. Carvalho, sistematizando referências extraídas de fontes bibliográficas, localiza a extração de balata

na Venezuela, Costa Rica e nas Antilhas (Brantt, 1900; Hubert, 1907) e, ainda, nas Guianas, onde Simonian (2006) refere ter sido feita por presidiários em Caiena e por populações arawak e karib, que a usavam na produção de ornamentos (CARVALHO, 2013a, p. 380).

Ainda de acordo com Carvalho, a balata teria se tornado objeto de estudos científicos em meados do século XIX a partir de uma palestra “pelo professor Bleekrode em 1857, na Sociedade das Artes, em Londres” (CARVALHO, 2013a, p. 380). Na sequência, segundo a autora, o museu londrino Kew Bridge Steam

Museum recebeu amostras de balata colhida na América do Sul. Descobertas suas propriedades e suas aplicações industriais, ela passou a ser crescentemente demandada por países da Europa.

Contendo resina e guta, o látex da balateira constitui matéria-prima maleável e propícia à aplicação industrial, motivo pelo qual foi amplamente usado na fabricação de correias de transmissão, materiais telefônicos, odontológicos, isolantes, eletrônicos e de iluminação, bem como de solas, polias, bolas de golfe e outros objetos não vulcanizados (CARVALHO, 2017, p. 8).

Algumas espécies passaram a ser continuamente exploradas para extração de látex genericamente designado como balata, com destaque para a *Manilkara huberi* (na Venezuela, por exemplo) e a *Manilkara bidentata* (mais explorada no Brasil). Uma distinção importante entre elas é que a primeira era “derrubada e seu leite escorria dentro de vasilhas, através de cortes feitos no tronco posto em posição horizontal” (CARVALHO, 2013a, 380), enquanto que a segunda era — e é até hoje — cortada na vertical, em veios que canalizam o látex para o pé da árvore, sem necessidade de corte e sem comprometimento de sua sobrevivência.

A balateira (*Manilkara bidentata*), como se vê na figura subsequente, é uma árvore de grande porte que se eleva até o dossel da floresta com alta densidade, sobrepondo-se à distribuição de *Manilkara huberi* (FIGURA 11). Sua ocorrência, segundo Correa et al. (1984) é verificada em ecossistemas de terra firme na Amazônia, principalmente na região Norte do Brasil, acentuando-se às margens dos rios Erepecuru, Curuá, Paru, Jari e Maicuru, ao qual se refere este trabalho.

Figura 11: Fuste com painel de extração para a balata.



Foto: Marcelo Araújo, 2012.

A balateira pode ocorrer até em maior frequência do que *Manilkara huberi*, mas as árvores sempre são menores em altura e diâmetro. Outras espécies de *Manilkara* ocorrem em áreas menores, porém sobrepostas à *Manilkara bidentata*. São elas: *Manilkara cavalcantei*, *Manilkara excelsa*, *Manilkara inundata* e *Manilkara paraensis*.

A madeira da *Manilkara bidentata* é amplamente usada devido às suas características naturais e fenológicas, mas, no Baixo Amazonas é em função do seu látex que a árvore foi historicamente visada.

Paul Le Cointe a descreveu como uma “madeira vermelha, quase roxa, muito compacta e resistente, de primeira qualidade”, dotada de alto poder calorífico. Sobre seu látex branco, informa produzi-lo “à razão de 1 kg por árvore sangrada em 1/3 de sua circunferência, de três em três anos” (Le Cointe, 1947). Sua composição, em que entram 42 a 48% de guta, 37 a 44% de resina, 2 a 14% de impurezas e 1 a 8% de água (Idesp, 1986), lhe garante atributos como ductilidade e elasticidade (CARVALHO, 2013a, p. 380).

O ritidoma de várias espécies de *Manilkara* possui características semelhantes e, por isso, indivíduos de diferentes espécies são confundidos muitas vezes. A estrutura foliar da balateira é caracteristicamente de oblongas, com 11 a 24 cm de comprimento e ápice em formato arredondado ou agudo, sempre retuso ou emarginado, como mostra a figura 12. As folhas são concolores, verdes nas duas faces, o que permite diferenciar a *Manilkara bidentata* da *Manilkara huberi* (ITTO, 2016; EMBRAPA, 2016).

Figura 12: Folhas de balata.



Fonte: ITTO, 2016.

A floração dessa espécie se dá entre os meses de abril e setembro, e a frutificação entre julho e outubro. A regeneração natural da balateira se dá pela dispersão e distribuição de sementes por agentes naturais como o vento e animais como macacos e pássaros — dispersão barocórica e zoocórica, respectivamente (ITTO, 2016; EMBRAPA, 2016).

Sua descrição anatômica (macro e micro) demonstra uma visibilidade restrita a lente, seja na sua totalidade ou parcial, como o parênquima axial em linhas numerosas, às vezes interrompidas, assim como os raios são visíveis sob a lente apenas no topo, pois na face tangencial torna-se invisível ou poucos a numerosos (ITTO, 2016; EMBRAPA, 20).

As balateiras aparecem em reboleiras nas florestas acima da margem esquerda do rio Amazonas. Os locais de concentração dessas árvores são chamados balatais. Os balatais que os extrativistas de Monte Alegre atualmente exploram ficam em áreas acessíveis a partir do rio Maicuru e seus inúmeros igarapés, os quais, segundo Carvalho (2017, p. 36), são:

Na margem direita: Ratinho, Rato, Pedra Lisa, Rosamã, Pilão, Manoel Raimundo, Clemente, Berezinho, Boa Sorte, Buruti, Aramã, Mutum, Coatá, Veado, Chupé, Santo Antônio, Água Azul e Borboleta. Na margem esquerda: Água Preta, Taripucu, Castanheiro, Arumã Grande, Arumãzinho, Pilão, Onorato, Areia, Berá, Ernesto, Buriti, Aramã, Marcaú, Jangada, Flexal e São João.

A figura 13 indica os igarapés que dão acesso às áreas usadas pelo grupo. Ela foi elaborada em 2013 pelos próprios balateiros, ativos e inativos, durante uma reunião em que discutiram as estratégias para buscar, junto ao Ideflorbio, a garantia dos direitos de acesso aos balatais.

Figura 13: Representação visual dos balatais do rio Maicuru.

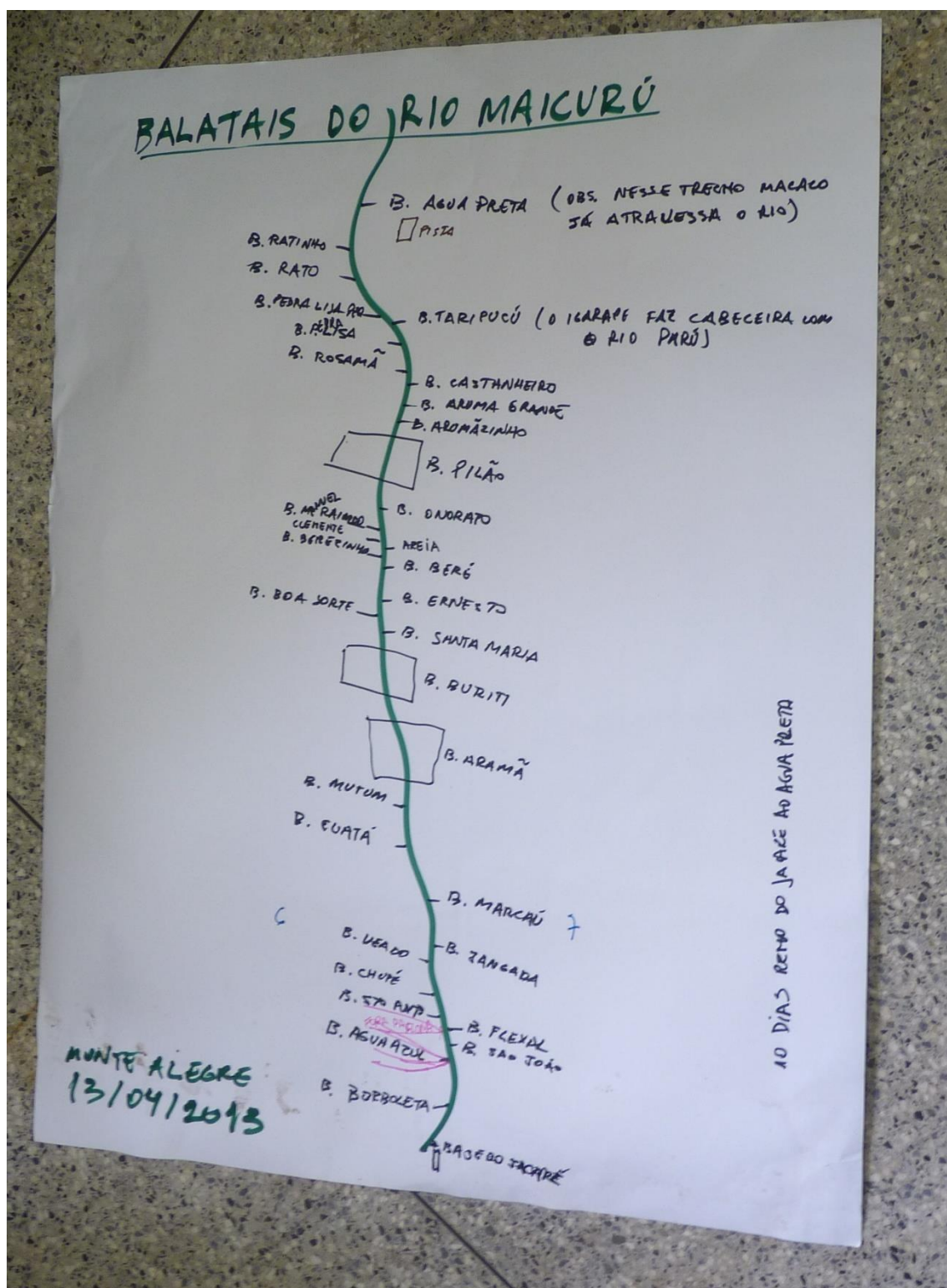


Foto: Luciana Carvalho

Conforme exposto no capítulo 2, as áreas em questão estão compreendidas nos limites da Floresta Estadual do Paru, Unidade de

Conservação de Uso Sustentável criada em 2006, onde há concessões florestais e onde o acesso dos balateiros está sujeito à regulação por um Termo de Uso e um Termo de Compromisso de Conduta.

4.1.3 A balata como produto: etapas de trabalho

Embora os balateiros trabalhem diretamente nos balatais ao longo do rio Maicuru, suas atividades se iniciam na cidade de Monte Alegre, onde têm acesso a encomendas e são feitos contatos e aquisições com os fornecedores de itens que devem levar para a floresta. Essas etapas preparatórias começam pelo menos seis meses antes da partida para os balatais. Desde então, a realização de uma expedição de coleta se torna uma missão que envolve grandes dificuldades, a começar pela tarefa de articulação e comunicação entre os balateiros.

Como foi relatado a respeito da formação da Associação de Balateiros da Calha Norte, esses homens não residem próximos uns dos outros, não configuram uma comunidade com uma base territorial comum. Além disso, como realizam várias outras atividades produtivas quando não estão extraindo balata, deslocam-se frequentemente entre rios, garimpos, floresta e zona rural, ficando inacessíveis. Então, é preciso muito empenho, normalmente do presidente da associação (que também passa meses em áreas remotas de garimpo), mas também de colaboradores da Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, para que os balateiros possam fazer contato entre si e então se encontrem especificamente para organizarem as expedições.

No auge da exploração da balata, no século XX, toda essa articulação era realizada pelos patrões, com auxílio de seus encarregados e chefes de turma. Como já demonstrado, no sistema do aviamento esses personagens eram responsáveis pela recepção de encomendas, convocação de homens, organização das expedições e, ainda, pelo financiamento delas, fornecendo provisões e pagamentos antecipados aos extrativistas.

Após a década de 1970, o fim da exportação de balata e a destinação exclusiva do produto para a confecção de artesanato representaram o declínio da atividade extrativista, e não só em termos de quantidade de homens dedicados ao ofício e de volume da produção. Houve uma desarticulação no que

diz respeito à transmissão dos conhecimentos necessários à extração e à mobilidade dos extrativistas, que ficaram subordinados a um único comprador de balata: um artesão que centralizou as encomendas.

A partir de 2010, com a já comentada articulação entre balateiros e artesãos, incentivada por projetos e parceria com a Associação Hortoflorestal de Monte Alegre, esses dois grupos vêm experimentando formas de organização conjunta do trabalho. Assim, por três anos não consecutivos, 2010, 2012 e 2015, ocorreram expedições de coleta mobilizadas por ambos os grupos, mas realizadas apenas pelos balateiros. As observações que se seguem são baseadas em documentos e relatos referentes a essas expedições.

4.1.3.1 Organização da expedição

As expedições se dão em função de uma demanda de um comprador. Em 2010 e 2012 elas ocorreram no âmbito de projetos que visavam especificamente fomentar o extrativismo e o artesanato de balata, como demanda dos próprios balateiros e artesãos no eixo Belém-Monte Alegre-Santarém. Em 2015, a expedição de coleta foi motivada por uma encomenda de pessoa física para produção de acessórios ortodônticos.

A organização da expedição de 2010 foi marcada por muita ansiedade e tensão entre os balateiros e seus colaboradores. Além de ser a primeira vez que trabalhariam fora do sistema tradicional de aviamento, alguns balateiros já não iam aos balatais havia muitos anos. Tinham preocupações em relação ao caminho, já que o acesso a eles é difícil e deve ser feito em épocas específicas em função das cheias do rio (normalmente em janeiro), à saúde e à integridade física dos homens (HORTOFLORESTAL, 2010).

Idealmente, meses antes da expedição de coleta faz-se uma visita a pelo menos um balatal para reconhecimento e delimitação da área a ser explorada. Normalmente, essa viagem é liderada pelo balateiro com maior experiência e conhecimento dentro do grupo, com auxílio de outros. Após essa inspeção preliminar, que resulta em conhecimento do potencial de exploração de cada área, é que se passa, de fato, à organização da expedição de coleta propriamente dita.

Então, um dos balateiros toma para si a liderança e articula uma equipe de quatro homens, em média, que, no linguajar local, é chamada turma. A equipe é formada de acordo com a disponibilidade dos homens, e, entre eles, o líder procura sempre ter alguns membros mansos, isto é, experientes, e outros que são chamados de brabos, por serem iniciantes na atividade.

Segundo o grupo, é importante ter um ou dois novatos no extrativismo de balata (brabos) para conhecerem o trajeto e o cotidiano nos balatais, bem como suas adversidades, que não são poucas, e para manter a transmissão do ofício aos mais jovens, já que os balateiros experientes têm idade avançada e são raros os que ainda podem participar das expedições de coleta. Relembre-se o dado apresentado no capítulo 2, de que entre os indivíduos cadastrados na Associação de Balateiros da Calha Norte o mais novo tem 51 anos e o mais velho 97 anos.⁹

Formada a turma, sua primeira providência deve ser tomada meses antes de partirem para o balatal. Trata-se, então, de arranjar os equipamentos e ferramentas de trabalho que serão utilizados na expedição, além da própria embarcação.

A farda do balateiros inclui objetos que devem ser encomendados a determinados ferreiros: i) um cinturão regulado por chavetas e acoplado a um cabo de aço, que, preso à cintura, serve para escalar a árvore (FIGURA 14); ii) botas, caneleiras de proteção e esporas de aço que são presas por francaletes, servindo para cravar no tronco da árvore e ajudar na fixação (FIGURA 15).

⁹ A idade avançada não impediu alguns balateiros antigos de se apresentarem para o trabalho em 2010, no afã de retomada da atividade e de retorno aos balatais. Estes, além de participarem de reuniões, fizeram visitas frequentes aos organizadores da expedição porque queriam juntar-se à equipe.

Figura 14: Cinturão.



Acervo Pepca/Ufopa.

Figura 15: Esporas.



Acervo Pepca/Ufopa.

Além desses, os balateiros utilizam na expedição outros objetos que podem ser encontrados no comércio local, como espingardas, terçados e tachos de ferro, ou que são feitos sob encomenda, como sacos de tecido que, quando chegarem ao balatal, serão impermeabilizados com a própria balata: os chamados embutidores (sacos pequenos para aparar o látex no pé da árvore) e carregadores (sacos grandes onde se acumula o látex extraído de várias árvores).

Providenciadas as encomendas e aquisições com antecedência, pouco antes da partida para a expedição é o momento de comprar gêneros alimentícios como farinha, sal, óleo, café e açúcar, por exemplo, remédios, munição e outros itens dos quais possam precisar em alguma emergência. Tudo é embalado e protegido com sacos plásticos para evitar contato com a água (FIGURA 16).

Figura 16: Organização dos Mantimentos e medicamentos para expedição de 2012.



Fonte: Acervo Pepca/UFOPA, 2012.

Um trecho do relatório feito pela Associação Hortoflorestal em 2010, tendo por objeto a expedição desse ano, deixa bem clara a complexidade de se organizar a coleta de balata:

A passagem de 2009 a 2010 foi marcada por intenso trabalho preparatório de uma expedição aos balatais do rio Maicuru. Os meses de dezembro e janeiro foram dedicados ao levantamento de preços de itens de consumo que seriam usados durante a expedição. Em fevereiro, pouco antes da subida dos balateiros para o Maicuru, a Associação Hortoflorestal, com apoio dos artesãos de Belém (Pitonho e Darlindo, que foram para Monte Alegre ajudar na compra dos materiais), cuidou de providenciar todo o material e equipamento necessário à expedição: desde apetrechos como espora, cabo de aço e outros equipamentos para subida nas balateiras até itens de alimentação (sal, arroz, farinha, etc.), medicamentos (genérico para picadas de animais peçonhentos, analgésicos, pílulas diversas, etc.) e apetrechos para caça e pesca. Vale lembrar que a expedição deveria durar cerca de quatro meses, sem retorno à cidade ao longo de todo esse período (In: CARVALHO, 2011, p. 33-34).

Na tabela a seguir, reproduzida do mesmo relatório da Associação Hortoflorestal, pode-se observar em detalhe o orçamento de parte das compras realizadas em Monte Alegre, em 21 de janeiro de 2010, dias antes do início da expedição.

Tabela 1: Orçamento da expedição de 2010. Fonte: Associação Hortoflorestal, 2010.

DISCRIMINAÇÃO	REF	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL
Cabo de aço 5/16	M	42	5,00	210,00
Solda branca (estanho bar.50x50)	Kg	1	7,00	7,00
Chapa para espora (barra chata 11/2x3;16x6)	m	1	44,88	44,88
Vergalhão para espora e argola ((3/8 de 12m)	Um	1	28,00	28,00
Chaveta	Um	1	15,00	15,00
Terçado (facão cabo mad 20 Famast)	Um	2	25,00	50,00
Terçado (facão cabo mad 22 Famast)	Um	2	26,00	52,00
Faca peixeira carb 9 tramontina	Um	6	7,00	42,00
Lima de enxada KF 8' e KF tri Del 4' (2+2)	Um	4	7,00	28,00
Lanterna FLESH 01 14 LEDS 6102	Um	6	25,00	150,00
Prego 5' (C/cabeça 5x6)	Kg	1	6,00	6,00
Prato duralex ambar	Um	8	2,40	19,20
Panela G dias cald 24	Um	2	35,20	70,40
Lata vazia 18l	Um	2	8,00	16,00
Colher azteca inox	Um	8	1,00	8,00
Tacho para cozinha	Um	1	25,00	25,00
Latão de gord G DI (30 litros)	Um	2	70,00	140,00
Martelo unha tramontina 27mm	Um	2	17,00	34,00
Prego	Kg	2	4,00	8,00
Serrote Bonfio 22	Um	2	24,00	48,00
Machado lenhador 3,5 1BS s/cabo	Um	2	36,00	72,00
Pilha Panasonic G	Cx	2	26,00	52,00
Lâmpada lisa 2E3 (para lanterna)	Um	10	0,50	5,00
Isqueiro bic Max	Um	12	2,80	33,60
Bota 7 léguas cor preta nº 42	Par	6	25,00	150,00
Chapéu de palha aba 15	Um	6	5,00	30,00
Cigarro derby az	Pc	6	30,00	180,00
Meia	Par	12	4,00	48,00
Caderno norma 96fl	Um	3	2,00	6,00
Remédios (para cobra, febre, dor, Específico p/pessoa...)	Kit	6	25,70	154,20
Espoletão (100un)	Cx	2	25,00	50,00
Espoletinha (100 un)	Cx	2	20,00	40,00
Pólvora	Tub	50	1,00	50,00
Chumbo (chumbada 2T, 3T, 4T)	Kg	1	15,00	15,00
Cartucho de metal	un	12	2,00	24,00
Espingarda	Um	2	750,00	1.500,00
Lona útil 4x6 azul	Um	2	98,40	196,80
Trado manual (Irwin ¾)	Um	1	48,00	48,00
Anzol e linha de pescar	Kit	6	7,80	46,80
Arame galvanizado nº 18	Un	1	9,00	9,00
Saca de pano para embutidor	Um	10	3,40	34,00
Casco de Itaúba15 palmos	Um	1	850,00	850,00
Remo	Um	7	10,00	70,00
Corda torc.de poliéster 5/16 (p/casco)	Kg	2	12,00	24,00
Farinha (sc c/60kg)	Sc	4	140,00	560,00
Açúcar	Fdo	1	60,00	60,00
Sal	Kg	30	0,80	24,00
Café kimimo	Fdo	1	50,00	50,00
Querosene	L	1	7,50	7,50
Óleo	L	2	2,95	5,90
Lamparina	Um	3	8,00	24,00
Carote para água (bombona plast 10l)	Um	2	13,00	26,00
Piracui	Kg	5	12,00	60,00
TOTAL				5.507,28

Vale lembrar que a referida expedição foi financiada pelo projeto do Promoart, que, no caso, desempenhou uma das funções importantes dos antigos patrões — a de adiantar provisões a uma turma de seis balateiros

4.1.3.2 Subida para o balatal

Os balatais são lugares de difícil acesso, e para chegar até eles é preciso subir o rio Maicuru e vencer correntezas, cachoeiras e pedrais em viagens feitas em pequenas embarcações (canoas e cascos), que, em determinados trechos, devem ser carregadas fora d'água, em caminhos na floresta, como se vê nas figuras 17 e 18. Normalmente, usam-se duas embarcações, sendo uma destinada ao transporte dos mantimentos e demais produtos que os balateiros carregam para a floresta.

Figura 1: Subida ao rio Maicuru na expedição de 2010.



Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.

Figura 18: Trecho cruzado por terra, na expedição de 2010.



Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.

A subida para o balatal deve ocorrer, normalmente, no início de janeiro, aproveitando que a recente enchente do rio favorece a viagem (LINS, 2001). Segundo os balateiros, a boa navegação no rio Maicuru exige que ele não esteja nem muito cheio nem muito seco.

No passado, as viagens rio acima duravam cerca de trinta dias, em canoas a remo. Atualmente, com o uso do motor, elas levam uma semana. Considerando o trajeto feito na expedição de 2012, com ponto de partida na cidade, foram percorridos aproximadamente 233 km no total, entre trechos fluviais e terrestres.

Como de praxe, a turma se reúne na cidade para começar a árdua viagem. Primeiro, segue por terra em veículo fretado até a localidade rural da Barragem. Aí os balateiros desembarcam e passam para a canoa, junto com toda a sua carga (FIGURA 19). Navegam até a Cachoeira do Macaco e, mais uma vez, desembarcam para seguir trechos a pé ou no lombo de animais que são alugados em uma fazenda da localidade. O percurso é feito em meio à floresta nativa, em um terreno acidentado com muitos morros, até chegar a uma

antiga pista de pouso,¹⁰ hoje desativada, no lugar chamado Jacaré, de onde seguem para o balatal que decidiram explorar.

Figura 2: Embarcações usadas pelos balateiros.



Acervo Hortoflorestal.

No caminho, os balateiros fazem paradas para cozinhar e dormir, e, se preciso, usam coberturas improvisadas de encerado para se protegerem do mau tempo, já que as chuvas são frequentes nesse período conhecido como o inverno amazônico (CARVALHO, 2010).

4.1.3.3 Preparação do tapiri

Na chegada ao balatal a primeira tarefa do grupo é providenciar o alojamento onde deverão viver por cerca de seis meses até o retorno a suas casas (FIGURA 20). Para tanto, escolhem lugares o mais protegido possível e próximos a um curso d'água.

¹⁰ No auge da exploração da balata, foram abertas pistas na floresta, onde pousavam pequenos aviões dos patrões a fim de buscar os blocos de matéria-prima e escoar a produção ou de dar suporte às turmas em casos emergenciais (SILVA, 2016).

Figura 20: Tapiri.



Foto: Itajacy Kishi. Acervo Hortoflorestal.

De acordo com Carvalho (2017, p. 46), “enquanto estão no balatal, as turmas de extrativistas vivem em tapiris, acampamentos improvisados na floresta que lhes servem de casa, abrigo e espaço de trabalho ao mesmo tempo”. Eles tapiris são feitos de paus e cobertos com encerado para proteger da chuva, e servem como base de apoio para os extrativistas para repouso e refeições.

Algumas estratégias de sobrevivência são usadas durante a permanência nos balatais, como plantios de frutas, verduras, legumes, plantas medicinais. Além, claro, da prática regular de caça, pesca, coleta de frutos e outros produtos florestais dos quais, segundo os balateiros, os balatais são muito fartos.

Lá a gente ainda encontrava frutas que serviam para alimentação: cacuí, cacau, abacaba, açai... E também peixes e caça. A gente andava pela mata e encontrava tatu, anta, cuamba, queixada, caititu, veado, cutia, mutum, jacu. Havia muita caça. Usávamos uma lata para cozinhar os alimentos (Entrevista de Domingos Maia in CARVALHO, 2017, p. 48)

No espaço coletivo do tapiri as tarefas diárias de limpeza, manutenção do barraco, caça, pesca e preparo das refeições são divididas por todos (FIGURA 21). Não é raro, porém, segundo contam, que os brabos (novatos) tenham que assumir algumas das atividades mais pesadas como manter o terreno limpo e capinado, ou acordar mais cedo para fazer o café para a turma, nas suas primeiras expedições ou até se tornar um manso.

Figura 3: Refeição preparada no tapiri.



Acervo Hortoflorestal.

Assim, o tapiri é um espaço de sociabilidade, companheirismo e ajuda mútua. Como afirma Carvalho (2017, p. 45):

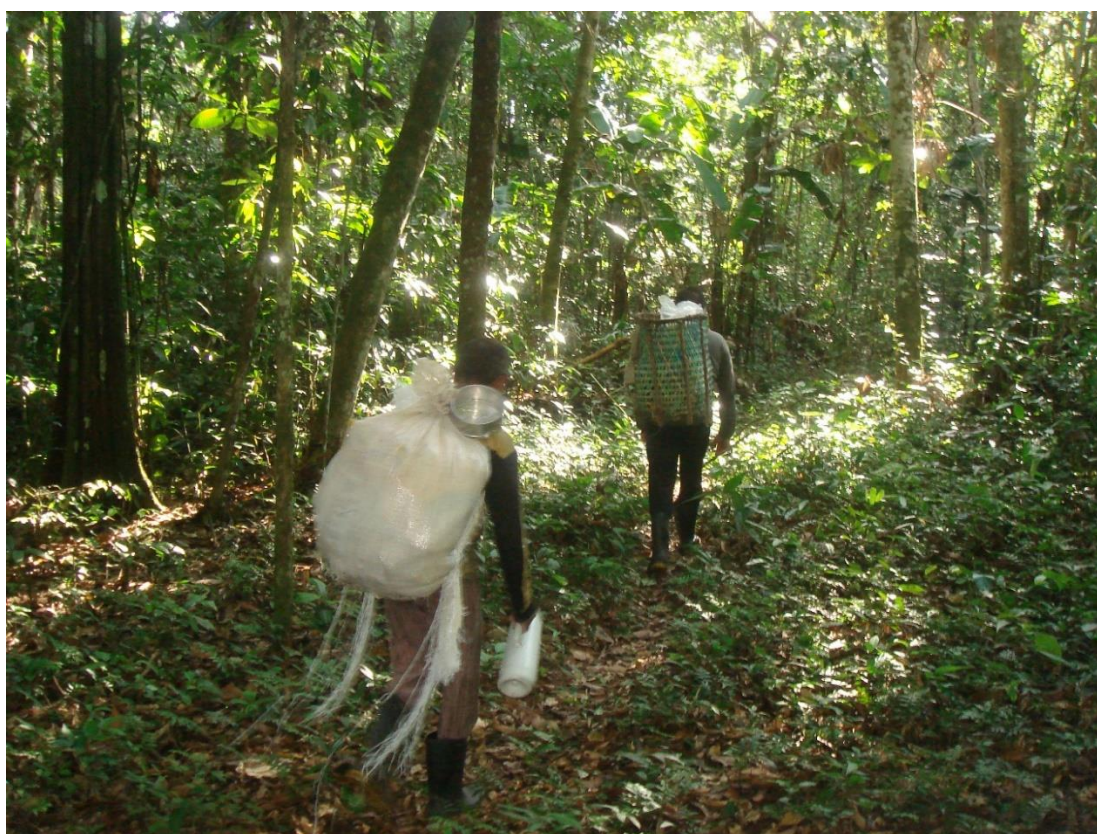
Uma turma de balateiros trabalha unida por seis a nove meses durante os quais ficam totalmente isolados de suas comunidades de origem, sem contato com a casa, a família ou qualquer tipo de ajuda. Não é raro, então, que muitos balateiros refiram-se aos seus companheiros de turma como irmãos.

Mas o entorno do tapiri também é um espaço de muito trabalho, onde o látex da balateira é beneficiado após a extração.

4.1.3.4 A extração

Antes de saírem para cortar balata, como designam o ato da extração, os homens de uma turma delimitam as vias ou trilhas na floresta que serão exploradas por cada balateiro, conforme a figura abaixo. Isso se faz de forma que um não venha a interferir no trabalho do outro na extração e coleta do látex — que eles costumam chamar de leite. Os balateiros inspecionam as reboleiras, identificando as árvores para sangria do látex conforme critérios de sanidade, altura e diâmetro (quanto maior o diâmetro, maior a prioridade de escolha) (FIGURA 22).

Figura 22: Entrada nas trilhas de coleta de balata.



Acervo Hortoflorestal.

Nesse ponto, faz-se necessário entender que todo material extraído é de responsabilidade individual, mesmo que todos sejam parceiros e colaborem entre si em outras atividades. Então, cada qual se dedica a trabalhar sozinho e

por conta própria, do início ao fim da produção. Da mesma forma, cada um recebe um valor de acordo com o volume que produziu.

O dia de trabalho começa cedo, antes de raiar o sol. Às seis horas da manhã os balateiros já estão posicionados para sangrar as árvores. A extração é feita através de golpes de terçado em forma de espinha de peixe desde a base do tronco (de baixo para cima) até os galhos mais grossos. Nesse afazer, usam-se técnicas bem tradicionais e arriscadas que quase nada se diferenciam das que eram usadas no início do século passado.

É preciso escalar a árvore, e a subida se faz com um verdadeiro arsenal de instrumentos: os balateiros usam esporas de aço fixadas às botas, com francaletes, para cravar na madeira e ajudar na sustentação; caneleiras de proteção; cabo de aço amarrado à cintura, transpassado por um cinturão grosso regulado por chavetas, para ajudar na escalada. Joga-se para cima o cabo de aço e aos poucos os pés vão galgando a árvore, num abraço que a faz sangrar e pode ser fatal (CARVALHO, 2006).

Carvalho (2013a) conta que todo esse aparato pode chegar a mais de 20 quilos que o balateiro precisa suportar enquanto fica pendurado na árvore, ao longo de oito horas diárias de trabalho, em média. Fadiga, dores musculares, ardência e inchaços nas pernas são citados pela autora como suas maiores queixas a respeito desse trabalho.

Os cortes feitos pelos balateiros não comprometem a sobrevivência da árvore, embora devam ser respeitados limites de profundidade, circunferência e periodicidade, levando em conta o tempo necessário para sua recomposição como uma condição para que a balateira continue dando leite. Segundo relatos dos balateiros mais experientes, os extrativistas em geral procuram respeitar os limites da exploração, preservando as árvores. Pode-se ilustrar sua forma de manejo da balateira por meio das palavras do escritor paraense Silvio Meira, citado por Carvalho (2017, p. 8): “A balateira é como vaca leiteira. Nunca se tira todo o leite. O bom vaqueiro deixa sempre um pouco no ubre para o bezerro e para que a própria árvore não enfraqueça”.

“Quando a balateira é boa, o leite escorre” — dizem os extrativistas, acrescentando que a melhor época para esse serviço é o inverno, ou seja, o período chuvoso que vai de janeiro a junho no Baixo Amazonas. Eles afirmam

que, nessa época, o “leite está menos concentrado”. Já no verão o látex fica mais denso e pesado devido à diminuição do fluxo de água na planta.

Segundo José Santana, líder atual dos balateiros, em boas condições o látex demora em média seis a oito horas para escorrer por completo e se acumular em uma sacola de sarrapilha depositada ao pé da árvore. Enquanto isso, o extrativista corta outras balateiras.

No final do dia, o conteúdo de cada embutidor é vertido para outro saco maior, chamado carregador, no qual é transportado para o alojamento a fim de iniciar o processo de beneficiamento do látex em blocos e bolas que são resultantes da solidificação da balata.

4.1.3.5 A feitura dos blocos

A feitura dos blocos também é uma atividade realizada individualmente por cada extrativista (FIGURA 23). Para identificar os blocos de sua lavra, cada balateiro ferra neles suas iniciais.

Figura 23: Detalhe das iniciais nos blocos.



Acervo Pepca/Ufopa.

No tapiri, todo o leite extraído é cozido em recipientes de ferro zincado e misturado aos poucos com uma grande pá de madeira, até se tornar uma pasta branca e bem grossa, pegajosa e elástica.

Ainda quente, essa pasta é jogada sobre forquilhas para uma limpeza feita de forma artesanal à base de “estica e puxa”, isto é, puxando, sovando e espichando a massa. Assim se retiram folhas, gravetos e outras impurezas que não devem permanecer no produto final.

Dessa massa são feitas lâminas que, por sua vez, são sobrepostas umas a outras em moldes de madeira forrados com folhagens, para que a balata não grude no recipiente, em cujo centro é colocada uma barra de ferro para moldar um orifício que viabilize a passagem de cabos de aço entre os blocos — providência indispensável para a viagem de retorno à cidade.

As lâminas de balata se acomodam e endurecem em cerca de três dias, formando blocos com cerca de 50 quilos cada, forma na qual serão entregues aos compradores. Das sobras de látex são formadas bolas com peso médio de 15 kg. Em uma expedição regular, cada balateiro produz, em média, uma tonelada de balata.

Os blocos ficam armazenados em posições estratégicas imersos em água, normalmente no igarapé mais próximo do tapiri (FIGURA 24). Esse cuidado garante a durabilidade do material e facilita os procedimentos de transporte ao final das expedições, pelo rio abaixo.

Figura 24: Blocos de balata no igarapé.



Acervo Hortoflorestal.

4.1.3.6 A descida do balatal

A descida é feita de maneira semelhante à subida (ida), e é tão ou mais árdua que ela, pois, apesar de a navegação ser a favor da correnteza, dezenas de blocos de balata vêm atados às embarcações. O risco de choques nas corredeiras do Maicuru é grande, e, depois de tanto esforço e tanto tempo passado no balatal, os homens não querem perder seus blocos. Quando eles se chocam com as pedras ou mesmo se engatam nelas, os balateiros não hesitam em mergulhar nas áreas encachoeiradas para tentar reavê-los.

Como na subida, mesmo a produção sendo individual, todos os integrantes da equipe se juntam para descer o rio e contribuem uns com outros para preservar todo o material obtido durante a expedição. Os blocos são enfileirados uns nos outros através de cabos de aço, formando lingadas.¹¹ Cada conjunto de dez lingadas são atadas, formando o que chamam de matulão. Assim, eles são presos às embarcações e vêm boiando rio abaixo.

A viagem de volta também deve aproveitar o nível do rio, que ainda deve estar alto o suficiente. Caso não se tenha boas condições de navegabilidade ou ocorra emergência que obrigue a voltar mais agilmente, há a alternativa de alocar o produto em esconderijos nas ramificações do rio e, em outro momento, voltar para buscá-lo.

4.1.3.7 De volta à cidade

Estando de volta na cidade, os balateiros cuidam de fazer os contatos para entregar a balata aos compradores — normalmente os artesãos sediados em Belém —, receber e repartir o dinheiro equivalente à produção de cada um. Se não houver uma instituição parceira como a Associação Hortoflorestal, que cuide das remessas dos blocos para os devidos destinos, são eles próprios que se encarregam do envio, por barco.

Esse é o tempo de pagar eventuais dívidas aos fornecedores, acertar contas de casa atrasadas, reencontrar familiares e amigos. É hora, também, de

¹¹ Uma lingada é um conjunto de objetos sobrepostos para transporte com guindaste ou outro equipamento de grande porte, de uma só vez.

procurar trabalho, plantar roça, procurar biscates e arranjar novo meio de vida até poder voltar para o balatal.

4.1.4 Balanço da atividade extrativista

Como já mencionado, os dados expostos nesta parte do capítulo dizem respeito às expedições realizadas em: 2010, com apoio do Promoart; em 2012, com apoio da Caixa Econômica Florestal; e em 2015. Em todas a Associação Hortoflorestal de Monte Alegre atuou junto aos balateiros, seja como parceira, proponente ou gestora dos projetos que viabilizaram/financiaram as viagens. Neste item, serão apresentados alguns resultados dessas empreitadas.

Tendo como referência a expedição realizada em 2010, em que estiveram quatro balateiros (Zeca, Bojó, Museu e João), a produção do grupo chegou ao montante de 2,06 toneladas de balata, conforme tabela 2. Foram 2000 kg em 40 blocos (cada bloco possui em média 50kg) e 60 kg em 4 bolas de balata (cada bola em média 15 kg), como mostra a tabela 2.

O preço de venda da matéria-prima foi de R\$ 7,50 o quilo, após o desembarque. Mas, vale ressaltar que, como cada balateiro havia recebido um adiantamento de R\$ 3.000,00 antes da expedição, o preço real pago no quilo foi de quase R\$ 12,80. Isso sem contar as despesas feitas em aquisições de equipamentos, mantimentos, fretes e outras necessárias à expedição em si.

Tabela 2: Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2010. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.

Balateiro	Adiantamento (R\$)	Produção (kg)	Venda (após expedição) – (R\$)	Receita total (R\$)
Zeca	3.000,00	565	4.237,50	7.237,50
Bojó	3.000,00	565	4.237,50	7.237,50
Museu	3.000,00	565	4.237,50	7.237,50
João	3.000,00	365	2.737,50	5.737,50
TOTAL	12.000,00	2060	15.450,00	27.450,00

Na expedição de 2012, composta por cinco balateiros e com duração de 112 dias, a produção alcançou 40 blocos, oito por extrativista, como demonstra a tabela 3. O preço de venda do quilo de balata foi de R\$ 20,00 após o retorno

da expedição, saindo cada bloco por cerca de R\$ 1.000,00. Porém, como também fora feito um adiantamento de R\$ 2.000,00 a cada balateiro antes da viagem, o preço real do quilo ficou em R\$ 25,00.

Tabela 3 Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2012. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.

Balateiro	Adiantamento (R\$)	Produção (kg)	Venda (após expedição) – (R\$)	Receita total (R\$)
Zeca	2.000,00	400	8.000,00	10.000,00
Bojó	2.000,00	400	8.000,00	10.000,00
Museu	2.000,00	400	8.000,00	10.000,00
Luminato	2.000,00	400	8.000,00	10.000,00
João	2.000,00	400	8.000,00	10.000,00
TOTAL	10.000,00	2000	40.000,00	50.000,00

Vale ressaltar que em 2012 as discussões para formação da associação já haviam sido iniciadas, mas avançavam muito lentamente. A entidade só veio a ser fundada em 2014. No ano subsequente, a expedição do grupo seria a mais exitosa.

Em 2015, os quatro balateiros receberam cada qual um adiantamento de R\$2.500,00, somando-se contribuições dos artesãos e de um novo comprador (um empresário de Manaus). A produção foi de quase duas toneladas, de acordo com dados da tabela 4. Cerca de 500 kg foram destinados diretamente para Manaus, conforme a encomenda inicial, e o restante foi remetido aos artesãos de Belém. O preço de venda do quilo foi de R\$ 29,75.

Tabela 4: Receita da venda da matéria-prima obtida na expedição de 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.

Balateiro	Adiantamento (R\$)	Produção (kg)	Venda (após expedição) – (R\$)	Receita total (R\$)
Zeca	2.500,00	514	12.850,00	15.300,00
Bojó	2.500,00	514	12.850,00	15.300,00
Museu	2.500,00	500	12.850,00	15.000,00
João	2.500,00	400	10.000,00	12.500,00
TOTAL	10.000,00	1928	48.000,00	58.200,00

Comparando-se a produção de balata extraída nas expedições de referência ao estudo (figuras 25 e 26), observa-se que o ano de 2010 registrou a maior quantidade de balata extraída, tanto em forma de blocos quanto de bolas, conforme informado pelo líder do grupo e presidente da associação. Por outro lado, porém, registrou o valor mais baixo pago no quilo: menos de R\$13,00, bem abaixo dos R\$25,00 e R\$29,75 pagos nas expedições subsequentes.

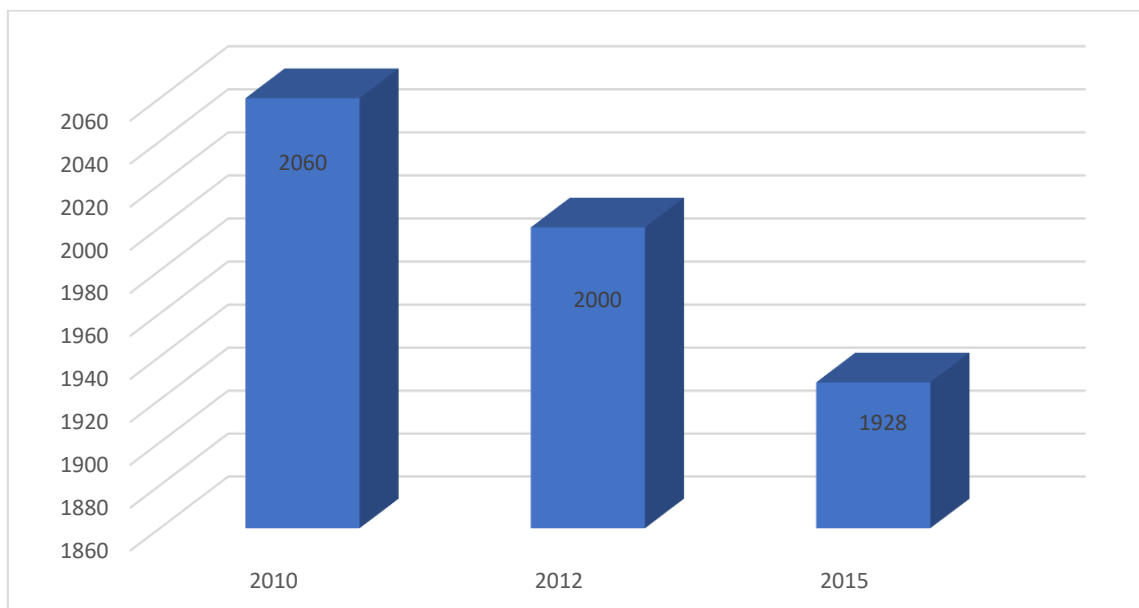


Figura 4: Comparativo de extração de balata (kg) nas expedições nos anos de 2010, 2012 e 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.

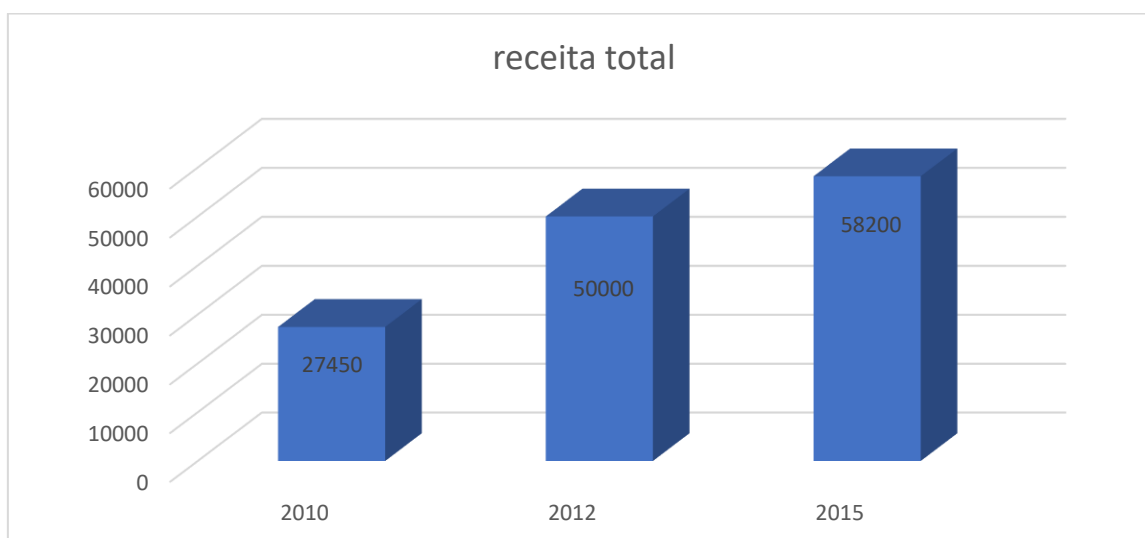


Figura 265: Comparativo da receita final (R\$) nas expedições nos anos de 2010, 2012 e 2015. Fonte: Hortoflorestal. Sistematizado pela autora.

Supõe-se que o resultado positivo possa ser atribuído ao estreitamento da relação entre balateiros e artesãos, diminuindo o papel de outros agentes no processo de organização das expedições e gestão das vendas da matéria-prima nelas obtida.

Em 2015, conforme relatado pelo líder dos extrativistas, na ausência de projetos de financiamento, o papel da Associação Hortoflorestal e outras instituições restringiu-se à parceria para viabilização e articulação da logística necessária das expedições. Toda a relação direta para compra e venda da balata deu-se entre os sujeitos de fato interessados na matéria-prima.

4.2 A Produção e comercialização do artesanato da Balata

4.2.1 Os artesãos

O catálogo da exposição de artesanato de balata realizada em no Museu de Folclore Edison Carneiro faz menção a um escrito em que Eidorfe Moreira afirma, referindo-se ao século XIX, que “talvez mais do que qualquer outra matéria-prima, a borracha era então o mais importante nexos entre a arte indígena e a arte popular” (MOREIRA apud CARVALHO, 2006, p. 7). No catálogo sustenta-se que “a produção de objetos ornamentais em látex vegetal constitui, desde pelo menos o século 19, uma atividade artesanal praticada tanto por povos nativos quanto por grupos populares da Amazônia brasileira” (CARVALHO, 2006, p. 7).

Moreira referia-se especificamente ao látex de *Hevea brasiliensis*, mas tudo faz crer, considerando-se indicações de outros autores, que aquela tradição artística se realizava também com outras matérias gomíferas, inclusive a balata, conforme sustentam trabalhos como o de Simonian (2006).

Seguindo essa tradição artística, dois antigos balateiros de Monte Alegre, seu Benjamim Loureiro Braga, mais conhecido como seu Beja, e o já falecido João Fernandes, o vulgo João Boi, parecem ter sido responsáveis pela difusão da prática de confecção artesanal de miniaturas de animais e tipos sociais amazônicos em balata (CARVALHO, 2006). A partir deles, nos anos 1970 uma geração de cinco jovens artesãos se formou em Monte Alegre, sendo todos eles naturais do município:

i) Osvaldo Leonel Baía

Figura 27: Osvaldo Baía. Fonte:



Tinha esse balateiro, o nome dele era João Fernandes, apelido de João Boi. Ele era artesão e balateiro também, ia para o balatal e chegava, trabalhava, trabalhava. Às vezes ele dava um pedacinho [do bloco de balata] para um. O primeiro foi aprendendo, depois veio o segundo. Muita balata, não tinha necessidade de ir atrás de balata! Quando eles foram aprendendo, ele começou a ficar ruim com eles, porque eles podiam entrar no comércio dele. Nessa idade eu já tinha mais uma força, mandava tirar balata. Eles: “Nós vamos trabalhar na tua casa, tu compras balata para nós?” Então, eu comecei o artesanato em 1969 e fui obrigado a abandonar a profissão de cabelo. (Entrevista de Osvaldo Leonel in: CARVALHO, 2017, p. 63).

Fonte: CARVALHO, 2017.

ii) Antônio Porto Braga (Pitonho)

Figura 28: Antônio Braga.



Fonte: Carvalho, 2017.

Comecei a aprender o artesanato, nem sabia que era artesanato. Caía pedaço de balata no trapiche, eu pegava e levava para casa, e ficava moldando. Arrancava essa balata de blocos que ficavam no trapiche para exportação. Não sabia fazer direito! O finado Cutambo, que ia na casa do seu João Boi, olhava para mim e me dizia como fazia. A gente era menino, tinha dez ou doze anos. Eu não ia lá, o seu João Boi não deixava a gente olhar (Entrevista de Antônio Braga in: CARVALHO, 2017, p. 64).

iii) Oscarino Porto Braga

Figura 6: Oscarino Braga.



Aprendi com o Pitonho, boa parte com ele. Depois fui aprender com o Baía. Eu tinha dezoito anos quando aprendi. Em Monte Alegre, eu lavava carro na beira do rio até os dezessete. Com dezoito vim para Belém morar com meu irmão Pitonho. Ele trabalhava com a balata e eu ficava trabalhando com ele (Entrevista de Oscarino Braga in: CARVALHO, 2017, p. 66).

Fonte: Carvalho, 2017.

iv) Paulo Baía

Figura 30: Paulo Baía.



João Boi foi meu segundo pai! (Entrevista de Paulo Baía in: CARVALHO, 2017, p. 62).

Fonte: Carvalho, 2017.

v) Darlindo Oliveira

Figura 317: Darlindo Oliveira



Fonte: Carvalho, 2017.

Aos dez anos de idade eu comecei a trabalhar com balata. Aprendi olhando o seu João Boi. Ele trabalhava no fundo do quintal da minha casa. Quando ele saía, eu roubava balata dele para aprender a fazer. Peguei o gosto e comecei a trabalhar e a vender para os navios que passavam para Manaus, e disputava com os outros colegas que também aprenderam nessa época a vender os bichinhos de balata em Monte Alegre. Então, passei dos dez aos quinze anos em Monte Alegre fazendo isso (Entrevista de Darlindo Oliveira in: CARVALHO, 2017, p. 62).

Os cinco artesãos começaram as vendas de artesanato no porto de Monte Alegre, aproveitando as paradas dos navios que iam para Belém. A partir dos contatos feitos com viajantes, Antônio começou a enviar peças para a capital, onde passaram a ser vendidas. Por fim ele migrou para Belém, e, aos poucos, seu irmão Oscarino e os colegas Paulo e Darlindo o seguiram, diante das notícias animadoras das vendas e dos preços conseguidos na capital.

Apenas Osvaldo permaneceu em Monte Alegre, onde, até o início de 2000, acumulou os papéis de artesão e patrão de balateiros. Seu irmão Carlinhos Baía, até 2006, trabalhava para ele, produzindo peças de balata para suprir as encomendas que recebia (CARVALHO, 2006). Outro irmão, Beto Baía, vive em Santarém e tem no comércio de miniaturas de balata para lojas especializadas em artesanato uma fonte de renda.

A produção e a comercialização de artesanato de balata tornaram-se mais fortes em Belém, embora a matéria-prima seja proveniente de Monte Alegre. Antônio, Oscarino, Paulo e Darlindo se estabeleceram definitivamente nessa cidade, onde têm trabalhado exclusivamente na referida atividade, vendendo

peças para lojas de artesanato, pontos turísticos e, principalmente, na feira de artesanato que acontece todo domingo na Praça da República.

Eles formaram família e têm repassado aos familiares os saberes empregados na confecção das miniaturas. Dessa forma, não só continuam produzindo e vendendo suas miniaturas, mas também se encarregam de repassar as técnicas do artesanato em balata para filhos, sobrinhos e parentes, mantendo a tradição do ofício dentro do círculo familiar (CARVALHO, 2011).

Foi assim que, em Belém, os quatro artesãos, que na juventude deixaram Monte Alegre, chegaram a constituir um grupo de 13 pessoas parcial ou integralmente dedicadas ao artesanato de balata. Desde 2013, esse grupo tem o reconhecimento do Governo do Estado do Pará, por intermédio da sua Coordenação de Artesanato Decosol/Setter, e está cadastrado no Sistema Brasileiro de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab), conforme declaração exposta na figura 35.

Esse grupo não integra uma associação própria da atividade, mas seus membros são filiados à Associação dos Artesãos da Praça da República (Artefepam), localizada em Belém. Essa entidade é vinculada à Federação das Associações e Cooperativas de Artesãos do Estado do Pará (Facapa), com sede também na capital do estado. Os artesãos Paulo, Darlindo, Oscarino e Antônio, por sua vez, também fazem parte da Associação dos Balateiros da Calha Norte, visto que essa entidade permite a filiação de outros sujeitos que trabalham com balata.

Dois artesãos de Belém obtiveram premiações em nível nacional e internacional. Primeiro, em 2008, Antônio Braga foi agraciado pelo Ministério da Cultura com o Prêmio Culturas Populares 2008 – Edição Mestre Humberto de Maracanã. Em 2012, Darlindo Oliveira teve a peça “Búfalo montado” premiada pela Unesco, em concurso com outros artesãos do Brasil e países do Mercosul: Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Pelo feito, foi parabenizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) através do Programa do Artesanato Brasileiro via ofício nº 21/2013/SCS (Ver anexo III).

Os efeitos dessas premiações estenderam-se para todo o grupo e para o artesanato que produzem, conferindo-lhes maior visibilidade pública como uma atividade produtiva que promove a economia e tem acentuado caráter sociocultural. Por fim, em 2014 o Projeto de Lei nº 50/2010 de autoria do então

deputado Estadual Carlos Martins (anexo II), foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, sancionando-se a lei que considera o Artesanato da Balata da Região do Baixo Amazonas como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado (figura 12, no capítulo 2). Tudo isso fomentou iniciativas buscando promover, garantir e incentivar a preservação, proteção e valorização de toda a cadeia produtiva do artesanato de balata.

4.2.2 A balata como matéria-prima: etapas de trabalho

4.2.2.1 Fracionamento dos blocos

Toda técnica utilizada pelos artesãos para produção das peças é manual, e começa pelo fracionamento dos blocos de balata que receberam dos balateiros (FIGURA 32). Essa etapa é realizada com facão, tirando-se lascas ou pequenos pedaços da balata endurecida.

Figura 32: Blocos de balata



. Acervo Pepca/Ufopa.

4.2.2.2 Cozimento da balata

Os pedaços de balata são postos para cozinhar em água até amolecerem e formarem uma massa pegajosa e maleável. Nessa etapa são necessários apenas instrumentos de uso caseiro, ao ar livre: um fogãozinho a gás ou fogo a lenha, panelas e colheres de pau (CARVALHO, 2006), como mostra a figura 33.

Figura 33: Pedaços de balata cozinhando.



Fonte: CARVALHO, 2017.

Contudo, algumas inovações e experimentações são possíveis. Darlindo contou que utiliza uma ferramenta de ferro, fabricada por ele mesmo, uma espécie de solda que esquentam os pedaços de balata e permite grudá-los uns nos outros. Faz questão de demonstrar orgulho no que faz ao fazer o seguinte relato sobre a confecção de uma roupa de balata que fez para sua filha aos nove anos para que desfilasse na Praça da República como divulgação de seu trabalho.

4.2.2.3 Lavagem da massa de balata

Carvalho (2011) descreve que, após o cozimento, descarta-se a água fervente e a massa é lavada com bastante água fria, ao mesmo tempo em que é amassada com os pés, estrategicamente colocada ao lado de uma grande bacia, cheia de água em temperatura ambiente (FIGURA 34).

Figura 34: Lavagem da balata



Fonte: CARVALHO, 2017.

Esse processo se repete até que a liga fique livre de impurezas (gravetos e raízes, por exemplo) que atrapalham a modelagem das peças que são dos mais diversos formatos e tamanhos.

4.2.2.4 Modelagem da massa de balata

A balata, depois de lavada, é recozida para atingir o estado de massa elástica e maleável. Assim, ela pode ser modelada à mão. Por causa da quentura, faz-se essa etapa em uma bacia com água fria. À medida que a massa

vai esfriando, endurece e assume a forma desejada pelo artesão (CARVALHO, 2006), exemplificado nas figuras 35 e 36.

Vale dizer que nessa massa pegajosa podem ser adicionadas tintas do tipo “xadrez” e “off set” ou outros corantes, se assim se desejar, dando cores diferenciadas aos objetos.

Figura 35 e 36: Modelagem.



Fonte: CARVALHO, 2017.

Durante a modelagem, caso venha ocorrer alguma manipulação do material de forma errada, o mesmo pode ser corrigido derretendo-se novamente a massa, dentro da panela com água quente como na fase inicial, sem a perda da matéria-prima.

4.2.2.5 Acabamento

O acabamento das peças é feito com incisões e fixação de detalhes que caracterizam as figuras que se quer representar, antes que elas endureçam por completo.

4.2.3 A balata como produto artesanal: um balanço

A produção do artesanato de balata no Pará é diversificada, sobretudo em Belém. O repertório dos artesãos inclui desde miniaturas da fauna amazônica, até personagens de referência na cultura e religiosidade regional. Carvalho (2017, p. 70) listou entre os produtos tradicionais e mais encontrados: “sapos, cobras, botos, peixes-boi, pirarucus, muiiraquitãs, búfalos, cavalos, corujas,

tucanos, araras, tatus, porcos-espinhos, arraias, macacos, tartarugas, índios em canoas, catadores de açaí, vaqueiros e outras figuras da Amazônia”. Contudo, frisou que “os artesãos não param de enriquecer o repertório com novidades, que incluem desde animais exóticos (elefantes e girafas, por exemplo) até miniatura da Virgem de Nazaré e crucifixos” (CARVALHO, 2017, p. 70).

Na totalidade, os produtos são destinados à venda em lojas de artesanato regional nas cidades de Manaus, Santarém, Monte Alegre e, sobretudo, Belém. Na capital paraense os principais pontos de venda são: o Espaço São José Liberto, especificamente em uma galeria denominada “Casa do Artesão”; o Ver-o-Peso (feira reconhecida pelo seu valor cultural, por reunir diversos produtos típicos do estado, de gastronomia, medicina tradicional e artesanato), e a Praça da República (praça central com exposições semanais de artesanato diversificado, que é muito visitada pela população belemense e por turistas) (FIGURA 37).

Figura 37: Produtos expostos na Praça da República.



Fonte: CARVALHO, 2017.

Além desses espaços permanentes e de encomendas pontuais, os artesãos participam eventualmente de feiras e exposições que são realizadas a nível regional, estadual, nacional e até internacional. Comumente recebem encomendas do Museu de Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro/RJ, onde fizeram uma exposição em 2006 (CARVALHO, 2006).

Para fins desta dissertação e das considerações que se seguem, foram tomados apenas dados referentes à comercialização feita na feira Praça da República, devido ao fato de ela concentrar o maior volume de artesanato de balata encontrado na região do estudo, além de sua regularidade e sua relevância na composição da economia dos artesãos.

Essa feira é realizada todo domingo desde o início da manhã até 14 horas mais ou menos. Apenas artesãos cadastrados na Associação dos Artesãos da Praça da República podem participar dela. Para tanto, pagam taxas regulares à associação, que, por sua vez, paga tributos municipais. A feira é fiscalizada pela Secretaria Municipal de Economia de Belém, e as atividades são regulamentadas pelo Decreto nº 67.961/2011.

O texto do decreto informa que, considerando as necessidades de conciliar o ordenamento da praça com “o objetivo de preservar o seu patrimônio artístico, histórico, cultural e ambiental, assegurando um ambiente preservado e equilibrado social e ecologicamente para a presente e futuras gerações”, ficam permitidas as seguintes atividades econômicas na Praça da República:

- I - venda de artesanato;
- II - venda de pequenos produtos industrializados;
- III - venda de produtos diversos, compreendendo confecções em geral, bijuterias, miudezas, brinquedos, calçados, bolsas, cintos e similares;
- IV - venda revistas, jornais e similares;
- V - venda de coco;
- VI - venda de sorvete, picolé, pipoca, biscoito, beijo de moça, rosca, água mineral, refrigerantes e sucos industrializados;
- VII - venda de pequenos serviços, tais como: locação de carrinho, fotográficos, engraxate, tatuagem em rena, consertos de relógio e celular, e similares;
- VIII - atividades artísticas, educativas e culturais;
- IX - venda de quadros, antiquários, plantas e peixes ornamentais;
- X - venda de doces;
- XI - venda de salgados;
- XII - venda de sucos e compotas artesanais de frutas regionais.

Os artesãos Darlindo, Paulo, Antônio e Oscarino trabalham toda semana na feira, vendendo os objetos que produzem continuamente em suas residências. O ponto a seguir oferece uma visão do seu trabalho.

4.2.4 Balanço da atividade artesanal

No primeiro semestre de 2017 Antônio e Oscarino Braga contribuíram na pesquisa, fazendo uma seleção de 31 peças de suas bancas para realização de uma descrição baseada em características como peso, dimensão e preço de venda, seguida de documentação fotográfica. A seleção foi feita em resposta ao pedido verbal para que escolhessem as peças que consideram mais representativas de seu ofício, em função da regularidade com que são feitas e vendidas, bem como da sua originalidade.

As peças ora apresentadas não esgotam o repertório dos artesãos, nem contemplam a produção de todos eles. Há entre elas peças que sempre se vê na Praça da República e em outros pontos de venda de artesanato de balata, pois se tornaram emblemáticas: peixe-boi, macaco, canoa, açazeiro, boto, muiraquitã e pirarucu. Por outro lado, há inovações recentes que vêm sendo experimentadas por alguns artesãos, inclusive por um filho de Antônio, que pôs à venda, na banca do tio Oscarino, algumas peças baseadas na mitologia amazônica: mapinguari, jurupari, matintaperera. Símbolos católicos também aparecem, como um Cristo na cruz e uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará.

As peças são diversificadas quanto ao tamanho, à cor, ao peso e ao preço. Também variam em detalhes de acabamento conforme o gosto do autor. Seu preço médio é de R\$15,50, sendo que a peça mais cara é a miniatura da imagem de Nossa Sra de Nazaré, que custa R\$ 70,00. Já a peça mais barata é o muiraquitã pequeno, que custa em média R\$ 2,00. No anexo III pode-se ver a descrição completa que se obteve de cada peça catalogada no estudo.

Levando em conta a última expedição realizada (2015), quando não houve projetos nem intermediários e a negociação foi direta entre balateiros, de um lado, e artesãos e um empresário, de outro — e que foi a situação considerada ideal entre as partes —, os extrativistas receberam, no total R\$ 58.200,00 numa produção de 1.928 kg de balata. O valor médio do quilo, então, foi de aproximadamente R\$ 30,00. Logo, o grama (unidade de aferição do peso das peças) saiu ao preço de R\$0,03.

Excluindo-se outros insumos necessários à produção do artesanato (ferramentas, tintas, gás, lenha) bem como os custos de transporte dos blocos

de Monte Alegre até Belém, ou seja, considerando-se somente os gastos com a balata como matéria-prima, tem-se o seguinte comparativo entre o valor de aquisição do produto em bloco e o valor final do produto transformado em artesanato (QUADRO 7).

Quadro 7: Comparação entre o valor de aquisição de balata e o valor final do produto artesanal. Sistematizado pela autora.

Objeto	Peso (g)	Preço médio R\$ (2017)	Valor de custo(R\$)/peça (balata)	Diferença entre valor final e aquisição de matéria prima (R\$)
Açaizeiro	31	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Arraia	7	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
	9	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Bode	24	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Botos (G), (M) e (P)	37	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
	10	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
	5	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Búfalo	72	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Búfalo montado	86	R\$ 25,00	R\$ 0,75	R\$ 24,25
Canoa com toldo	24	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Canoa sem toldo	21	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Cavalo	43	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Cavalo montado	52	R\$ 25,00	R\$ 0,75	R\$ 24,25
Cobra deitada	15	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Cobra enrolada	20	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Colar de muiraquitã	6	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
Coruja (G e P)	15	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
	5	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
Cristo	43	R\$ 50,00	R\$ 1,50	R\$ 48,50
Elefante	12	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Iguana	21	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Índios na canoa	38	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Jurupari	25	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Jacaré (G e P)	13	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
	4	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
Lagarto	2	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Macaco	26	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Mapinguari	18	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Matintaperera	23	R\$ 30,00	R\$ 0,90	R\$ 29,10
Muiraquitãs (P) e (G)	3	R\$ 2,00	R\$ 0,06	R\$ 1,94
	15	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
Naja	17	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Papagaio	15	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Peixe-boi (P), (M) e (G)	4	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
	13	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
	38	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55

Pirarucu(P), (M) e (G)	4	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
	13	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
	38	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Porco espinho	21	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Saci	22	R\$ 20,00	R\$ 0,60	R\$ 19,40
Nossa Senhora de Nazaré	38	R\$ 70,00	R\$ 2,10	R\$ 67,90
Sapo	24	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Tartarugas (G), (M) e (P)	18	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
	9	R\$ 10,00	R\$ 0,30	R\$ 9,70
	5	R\$ 5,00	R\$ 0,15	R\$ 4,85
Tatu	20	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Tucano	16	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Vaca amamentando	23	R\$ 15,00	R\$ 0,45	R\$ 14,55
Média/PEÇA	22	R\$ 15,55	R\$ 0,47	R\$ 15,08

Segundo os artesãos, seus ganhos são suficientes para custear as despesas da vida cotidiana, sem que precisem buscar outros tipos de trabalho. Relatam que têm casa própria, filhos estudando e algumas posses que caracterizam sua vida atual como mais confortável, do ponto de vista econômico, do que era em Monte Alegre.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação se propôs estudar a cadeia produtiva da balata observando as limitações e potencialidades apresentadas pelas principais atividades nela envolvidas: o extrativismo e o artesanato. Assim, a balata foi encarada como um recurso importante na vida de dois grupos sociais que, embora pequenos, representam parcelas significativas do patrimônio cultural do Pará. Procurou-se, então, a partir de informações colhidas junto a extrativistas e artesãos — pela própria autora e colaboradores no contexto da pesquisa, ou por outros pesquisadores que trabalham sobre o tema — conhecer e reconhecer valores econômicos, sociais e culturais desse recurso.

No capítulo 2, foi explicado o debate que suscitou a pesquisa, assim como o contexto em que ela foi realizada visando a esclarecer algumas questões colocadas pelos instrumentos jurídico-administrativos que, recentemente, passaram a incidir na atividade extrativista.

Mostrou-se que, como decorrência da criação da Floresta Estadual do Paru, os balateiros de Monte Alegre foram instados a estabelecer com o órgão ambiental gestor da Unidade de Conservação um Termo de Uso e um Termo de Compromisso de Conduta, sendo que este envolve também uma empresa concessionária. O primeiro termo pretende garantir o direito de entrada e permanência nos balatais que ocorrem ao longo do rio Maicuru e seus igarapés, nos limites da Flota, para extrair balata durante os tradicionais meses de trabalho, que vão de janeiro a junho. O segundo termo pretende assegurar condições para que os balateiros possam efetuar seu trabalho em áreas sob concessão florestal, onde estas se sobrepuserem aos balatais.

Para ambos os termos, o controle das quantidades do produto explorado e comercializado, e também dos valores monetários obtidos na venda, deve ser feito pelos balateiros. Essa foi uma das questões que o trabalho procurou desenvolver, chegando a números que refletem as três últimas expedições de coleta, os quais estavam parcialmente registrados em relatórios e memórias do grupo de balateiros e seus colaboradores, mas não sistematizados.

O capítulo 3 procedeu a um levantamento bibliográfico sobre a balata e os seus usos, depreendendo a alguns tópicos importantes para compreensão do tema do estudo, em especial o histórico da exploração dessa matéria-prima na

região do Baixo Amazonas, onde se realizou a pesquisa. Mostrou-se, então, como o extrativismo de balata foi marcado profundamente pelo sistema de aviamento no século XX, com consequências para as formas de organização dos extrativistas, e como eles vêm, nos anos 2000, tentando estabelecer formas mais autônomas de organização e negociações diretas com compradores do seu produto.

O primeiro desafio enfrentado nesse capítulo foi separar em épocas distintas as expedições, conforme as conjunturas econômicas específicas e peculiares em que elas se realizaram. Comparando-se os dois momentos históricos distintos, ficou claro que muitos extrativistas inicialmente atendiam a uma demanda internacional para garantir insumos na indústria mundial, até a década de 1970. Depois, apenas um pequeno grupo continuou a trabalhar na extração de balata para atender quase que totalmente as necessidades oriundas do artesanato.

O capítulo 4 se dedicou ao conjunto de etapas pelas quais a balata passa, indo: na floresta, de matéria-prima vegetal extraída a produto (bloco); na cidade, de produto a matéria-prima para a confecção de artesanato destinado ao comércio. O detalhamento das etapas, técnicas e resultados financeiros do trabalho extrativista, apreendidas de descrições feitas por outros pesquisadores e de entrevistas feitas com balateiros, constituiu o foco da primeira parte desse capítulo.

Outra questão que se quis cobrir, ainda no capítulo 4, se relacionou a outra ponta da cadeia produtiva, representada pelos produtores de artesanato. Do momento em que os balateiros lhes enviam o produto de seu trabalho, são os artesãos em Santarém e Belém que dão fluxo à balata. Em suas mãos ela se torna matéria-prima de um artesanato tradicional do Pará, patrimonializado pelo estado. Assim, voltou-se a atenção para os modos de confeccionar artesanato de balata, etapas de trabalho, técnicas e produtos dessa atividade, inclusive com detalhamento de seus preços de venda.

Conclui-se que, embora balateiros e artesãos se constituam hoje como dois grupos claramente distintos¹² na cadeia produtiva analisada, eles têm

¹² Viu-se que no passado não foi assim, e que a falta disponibilidade de balata nos anos 1970 ainda não favorecia uma divisão muito clara de papéis.

objetivos comuns. Ambos dependem economicamente dos trabalhos que envolvem a balata, sendo que os balateiros realizam outros serviços sazonais, mas os artesãos vivem apenas de sua produção.

Diante disso, o empoderamento do grupo como um todo e o estabelecimento de trocas justas entre eles, considerando-se especificamente o valor da balata, torna-se primordial para manter em funcionamento o fluxograma da cadeia produtiva. Procurou-se, por isso, fazer uma projeção, ainda que limitada, dos valores monetários que circulam na cadeia produtiva do artesanato de balata.

Na consolidação da atividade muitos avanços se deram a partir dos anos 2000, com prêmios e incentivos financeiros decorrentes da visibilidade que o grupo vem ganhando, inclusive junto ao poder público. Percebe-se nos relatos dos artesãos o quão estão preocupados com o futuro do artesanato da balata, tanto por causa das dificuldades de mercado, quanto pela necessidade de renovação dos artesãos, já que os atuais têm em média 60 anos. No entanto, a preocupação principal advém da implementação da concessão florestal na Flota Paru e das possíveis dificuldades de garantir o látex que vem da floresta. Todos demonstram inquietude sobre o assunto, pois temem que a árvore da qual se extrai o látex seja extinta ou limitada à exploração madeireira realizada pelas concessionárias.

Por fim, o objetivo de preservação do artesanato de balata passa necessariamente pela preservação, em paralelo, do extrativismo de balata. Balateiros e artesãos são dois elos indispensáveis da cadeia. Tendo em vista a importância econômica, ambiental, mas especialmente cultural e social dos trabalhos realizados em torno do látex da balateira, a preservação do conjunto de atividades desses sujeitos pode ser favorecido em virtude de uma nova conjuntura de mercado, da organização e da consolidação de relação direta entre balateiros e artesãos, tornando mais lucrativa para todos essa rede de trocas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, G. P. Análise de conflitos do sistema de concessões florestais no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

APONTAMENTOS sobre as sementes oleaginosas, bálsamos, resinas, essências, borrachas, gutas e balatas da Floresta Amazônica. 5.ed. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1939. (Exposição Nacional de Pernambuco).

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 1994, n. 25, ano 9.

BONNEMAISON, J. Voyage autour du territoire. **L'espace géographique**, Paris, n. 4, p. 249-262, 1981.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.

CALZAVARA, B.B.G.; SOUSA, J.M.S.; CARVALHO, A.C.F. **Estudos sobre produtos potenciais da Amazônia** (primeira fase). Belém: SUDAM, 1978.

CARVALHO, L.G. **Amazônia em miniatura**: Figuras de balata do Pará. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006.

_____ **Memórias de trabalho**: balateiros de Monte Alegre, Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.

_____ Relações de Trabalho nos Balatais do Pará. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 19, n 39, p. 373-400, jan/jun. 2013a.

_____ “Dor de balateiro é igual dor de mulher esquecida”: memórias dos balatais do Pará. Artigo – Vivência. **Revista de Antropologia**. nº 42, pp. 89-100, 2013b.

CARVALHO, L. G.; KISHI, I. S; SILVA, M.A. **Relatório Técnico sobre Extração e Uso de Balata na Floresta Estadual do Paru, Município de Monte Alegre, PA.** Santarém: Pepca/Ufopa, 2012,

CORRÊA, M.P. Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: IBDF, 1984. 6v. il.

Costa, J. M.; Pietrobom, M. R. 2007. Pteridófitas (Lycophyta e Monilophyta) da Ilha de Mosqueiro, município de Belém, Estado do Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Naturais, v. 3, p. 45-55.

CUNHA, E. da. A Margem da História. São Paulo: Martins Fontes. In: DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil:** um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. de. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M (Org.). **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Populações Tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, Paulo; MAIMON, Dália. (Orgs). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental - Rumo à interdisciplinaridade.** Belém: EDUFPA, 1993.

DUCKE, A. As maçarandubas amazônicas. In: PINTO, A. de A.; BATISTA, M.E.; SILVA, J.B.T. da; MARTINS, M.D.L.; NASSAR, N.L. **Trópicos Úmidos: resumos informativos.** Brasília: Departamento de Informação e Documentação, 1978. p.101. (Embrapa-CPATU. Trópicos Úmidos: resumos informativos, 2).

DUCKE, A.P. As espécies de massaranduba (gênero *Mimusops* L) descritas pelo botânico brasileiro Francisco Freire Allemão. **Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro,** Rio de Janeiro, 1917.

DUCKE, J.A.; VASQUEZ, R. **Amazonian ethnobotanical dictionary**. London: Boca Raton/Ann Arbor/CRC, 1994.

EMBRAPA, Amazônia Oriental: **Espécies arbóreas da Amazônia**, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado em 27 de julho de 2016.

FILHO, F. D. A. A Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia Brasileira: Um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha. In: GODOY, P. R. T. (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. Rio de Janeiro: Cultura Acadêmica, 2010.

GODOY, A. M.G. A gestão sustentável e a concessão das florestas públicas. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 2006 .

GODOI, E. P. Territorialidade. In: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (Ed.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014.

GONÇALVES, C. W. P. Geografando: Nos varadouros do mundo (Da territorialidade seringueira à territorialidade seringueira; Do seringal à reserva extrativista). Tese de doutorado submetida ao programa de Pós - graduação em Geografia da URFJ, Rio de Janeiro, 1998.

PROCHNIK, V. Firma, indústria e mercados. In: HASENCLEVER, L. & KUPFER, D (Orgs.) **Organização industrial**. Ed. Campus, 2002.

ITTO. **Lesser Used Species**. <http://www.tropicaltimber.info/pt-br/specie/maparajuba-manilkara-bidentata/>. Acessado em 27 de julho de 2016

KOTTEK, M.; GRIESER, J.; BECK, C.; RUDOLF, B.; RUBEL, F. 2006. World Map of the Köppen-Geiger climate classification updated. **Meteorologische Zeitschrift** v. 15 p. 259-263.

LE COINTE, P. **Apontamentos para a exploração da balata e da guta na Amazônia**. Belém: Livraria Maranhense, 1923.

LEÓN, J. **Fundamentos botânicos de los cultivos tropicales**. Lima: OEA, 1968. 487p.

LEWIS, W.H.; ELVIN-LEWIS, M.P.F. Oral hygiene. In: _____ **Medical botany: plants affecting man's health**. New York: John Wiley & Sons, 1977. 515p.

LINS, C. **Jari: setenta anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MARTINS, Carlyle et al. Flota do Paru: reflexões preliminares sobre extrativismo e concessões florestais. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 171-184, abr./jun. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Legislação ambiental no Brasil é uma das mais completas do mundo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/10/legislacao>. Acesso em: 31 out. 2017.

NAVAS, R.; KANIDAN, A.Y.S.; SANTOS, K.M.P dos; GARAVELLO. M.E. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica**. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. Araraquera, São Paulo. 2013.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Pará** / Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Belém: SEMA; Belém: Imazon, 2010.

PIRES, C. A. 2005. Porque precisamos de megareservas na Amazônia. *Megadiversidade*, v.1, p. 175-180. Pires, J. 1973. Tipos de vegetação da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 20, p. 179-202

RIBEIRO, A.C; CASTRO, E.. Lei sobre gestão de florestas públicas e impactos na BR-163. In: CASTRO, E. (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: Naea, 2008.

SANTILLI, J. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na unidade?: áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.

SAWYER, D. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: SAUER, S; ALMEIDA, W, (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

SENADO FEDERAL; Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. (dispõe sobre a **Gestão de florestas públicas para produção sustentável**, institui o **Serviço Florestal Brasileiro - SFB**, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o **Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF**). Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 25 de junho de 2016.

SIMON, R. **Balata: la forêt guyanaise**. Paris: Éditions des Écrivains, 2000.

SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Gestão socioambiental, políticas públicas e movimentos sociais na região do rio Jari**. Belém: NAEA – Fundação Ford, 2005.

_____. Relações de Trabalho e de Gênero nos Balatais da Amazônia Brasileira. In: SHERER, E. E OLIVEIRA, J. A. DE (Orgs.). **Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VENTURI, Luís Antônio Bittar. Recurso natural: a construção de um conceito. **Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 20, 2006.

Veríssimo, A.; Barreto, P.; Mattos, M.; Tarifa, R.; Uhl, C.. **Logging impacts and prospects for sustainable forest management in an old Amazonian frontier: the case of Paragominas** in Forest Ecology and Management. Belém: Imazon, 1992.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Nacional, 1977.

WEISTEIN, B. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência 1850-1920**. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1993.

ANEXOS

ANEXO I: Cadastro de balateiros ativos e inativos realizados em 2012 para criação da associação dos Balateiros

Cadastrado	Nome	Apelido	Idade (até 31 de dezembro de 2017)	Naturalidade	Aposentado			Balateiro	
					Sim	Não	Se sim, como:	Ativo	Inativo
C1	Adelson Braga Macedo	Capiaça	73	Pará	x		Idade		
C2	Almeirindo Baía de Freitas	Sanfoneiro	84	Pará					
C3	Antonio Barbosa	Pixuna	75		x		Idade		
C4	Columbiano Ribeiro da Gama		87		x		Soldado da borracha		
C5	Daniel Guariguasi da Silva		85		x		Idade		x
C6	Dionisio Pinheiro Torres		85		x		Soldado da borracha		
C7	Domingos de Sousa Maia	Se Quiser	67	Pará	x		Idade		
C8	Domingos Gomes Pereira	Domingos Camburão	91	Pará	x		Balateiro		
C9	Elói Monteiro dos Santos	Maroca	82	Pará	x		Idade		
C10	Francisco Borges dos Santos	Bacurau	83		x		Idade		
C11	Francisco Braga	Chiquinho Braga	97		x		Idade		
C12	Francisco de Jesus Caldas	Mandinho	86	Pará	x		Soldado da borracha		
C13	Francisco Matias Nogueira	Te Fuma	93	Pará					
C14	Francisco Pereira Macêdo	Chico Papagaio	88	Pará	x		Balateiro		
C15	Francisco Rodrigues Pereira		84		x		Balateiro		
C16	Iza Vieira de Souza do Nascimento	Filha da Patrão	86	Pará					
C17	João dos Reis Bandeira	Carré	81	Pará	x		Outra fonte		
C18	José Lourenço	Zé Arigó	80	Pará	x		Idade		
C19	José Maria de Macêdo	Zé Maria	86	Pará	x		Outra fonte		
C20	José Rodrigues dos Santos	Arara	88	Pará	x		Soldado da borracha		

C21	Juracy da Silva	Paçoca	83		x		Idade		x
C22	Luís Antônio Vieira de Vasconcelos	Luís Jacurutu	87	Pará	x		Idade		x
C23	Luiz Marques da Silva								
C24	Manoel Aranha da Silva		66						
C25	Manoel Corrêa de Castro	Luís Severo	87		x		Outra fonte		
C26	Manoel da Costa Braga	Costa	86		x		Balateiro		
C27	Manoel dos Santos Barbosa	Chato	74	Pará					
C28	Manoel Ferreira		78	Pará	x		Outra fonte		
C29	Manoel Lúcio Nunes Cristo	Luci	73						
C30	Manoel Macedo da Silva	Dudé	60						
C31	Manoel Oliveira dos Santos	Duca	78	Pará				x	
C32	Manoel Pereira de Moura	Pombo Roxo	85	Pará	x		Balateiro		
C33	Maria Sabina de Magalhães	Sabina	90	Pará	x		Balateiro		
C34	Moisés Ferreira Gomes		96	Pará					
C35	Nelson Pinheiro Batista	Negão	67	Pará	x		Idade		x
C36	Nilo Macedo	Nilo	70	Pará	x		Invalidez		
C37	Orivaldo Maia Macêdo	Triste	76	Pará					
C38	Orlando da Conceição	Lambiá	73	Pará	x		Idade		
C39	Pedro Ferreira Rodrigues	Pão	78	Pará	x		Idade		
C40	Pedro Pereira da Costa		94	Pará	x		Balateiro		
C41	Portácio Pinheiro Martins	Puruca	90	Pará	x		Balateiro		
C42	Raimundo Benedito de Meireles	Cambio	77	Pará	x		Idade		
C43	Raimundo José Sérgio Pinheiro dos Santos	César	72	Pará	x		Idade		x
C44	Raimundo Nunes de Cristo	Mimo	75	Pará	x		Idade		
C45	Raimundo Pereira Braga	Dico Braga	87	Pará	x		Soldado da borracha		
C46	Raimundo Santana	De Beira	89	Pará	x		Soldado da borracha		
C47	Serafim Meireles	Sará	81	Pará	x		Idade		
C48	Tufi Farah Sadala	Velho Tufi	88	Pará	x		Balateiro		

C49	Verônica Martins da Silva		90	Pará					
C50	Francisco Salvador Braga								
C51	Francisco Meireles Braga			Pará					
C52	Francisco Daniel de Lima								
C53	Sebastião Pereira Muniz	Santo	85	Pará	x		Soldado da borracha		x
C54	Felipe da Silva	Racha Terra	84	Pará	x		Soldado da borracha		x
C55	André Rocha Batista		72	Amapá		x			x
C56	José da Cunha Santana	Zeca	58	Pará		x		x	
C57	Oscarino Porto Braga		58	Pará	x				
C58	Lucinaldo Batista de Souza		51	Pará	x				
C60	Floriano da Rocha	Pagão	85	Pará	x		Soldado da borracha		x
C61	Neuton Moreira da Silva		82	Pará	x		Idade		x
C62	Luís Rodrigo dos Santos	Peru	75	Pará	x		Idade		x
C63	Sebastião Pereira Muniz	Santo	85	Pará	x		Soldado da borracha		x
C64	Manoel Silveira da Conceição	Bacia	87	Pará	x		Idade		x

ANEXO II: Projeto de lei para patrimonialização do artesanato de balata

Estado do Pará
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado Estadual CARLOS MARTINS – PT

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei objetiva classificar como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará, para os fins previstos na Constituição Estadual, nos termos do artigo 18, VII; 285; 286, I, II, III, IV; o Artesanato em Balata, originário da Região do Baixo Amazonas.

A balateira é uma árvore da família das sapotáceas, cujo tronco pode atingir cerca de 40 metros de altura, encontrando-se, sobretudo, nos municípios paraenses de Alenquer, Almerim e Monte Alegre, mais precisamente no alto do curso dos rios Maicuru, Paru, Jari, Cuminá e Curuá, afluentes da margem esquerda do rio Amazonas. A balateira, além de possuir seus frutos comestíveis e madeira forte, seu látex possui usos múltiplos.

Os balateiros, como são chamados os extrativistas do látex da balateira, deixam suas casas durante seis meses do ano para se embrenhar nas matas em busca do "leite" daquela árvore, cuja técnica de corte e extração consiste na produção de incisões na forma de espinha de peixe. Fixa-se com pregos um embutidor, abaixo ao primeiro corte adaptado para acumular o "leite" que escorre.

Após a retirada da matéria-prima, e de seu beneficiamento através de cozimento, são produzidos blocos de cerca de 50 kg de látex cada um. Ao fim da safra, os balateiros retornam à cidade puxando as lingadas de dezenas de blocos de balata, por meio dos rios.

Com este material os artesãos iniciam o ofício do artesanato em balata. Segundo o Livro "BALATA: Amazônia em miniatura", da autora Luciana Gonçalves de Carvalho (2006), esse artesanato parece ter-se originado no município de Monte Alegre e os precursores foram o falecido João Fernandes e Benjamin Loureiro Braga, que confeccionavam animais da região em miniatura.

Para a confecção das peças são necessários apenas instrumentos simples e de uso caseiro como um fogãozinho, bacias, panelas e colheres de pau.

O artesanato de balata é feito individualmente e não é pintado, são pigmentados com corantes naturais para não tirar as características naturais do látex. O design das peças são elaborados a partir do cotidiano indígena e da floresta amazônica.

Dessa forma, são moldadas reproduções reduzidas de animais de nossa fauna, como o boto, o pirarucu, a tartaruga, o macaco, o cavalo, o boi, a



Estado do Pará
Assembleia Legislativa
Gabinete do Deputado Estadual CARLOS MARTINS – PT

cobra, jacarés, arraias, latus, etc. Há também representações de elementos mágicos como os muiraquitãs e de figuras humanas da região como o catador de açaí, o pescador, o vaqueiro, o índio.

Os objetos provenientes dessa técnica possuem uma textura semelhante ao couro e são de grande durabilidade (mais de 20 anos), desde que conservados em ambientes frescos.

O artesanato em balata é um dos mais originais e representativos da cultura paraense. Com tradição há mais de cem anos o artesanato é modelado pelas mãos dos artesãos que retratam a fauna e a flora assim como a vida ribeirinha e diversas cenas cotidianas dos costumes indígenas da Amazônia em suas criações.

É, por vários anos, grande gerador de emprego e renda para a Região do Baixo Amazonas, principalmente para o Município de Monte Alegre, além de ser aceito nacionalmente e internacionalmente por ser uma atividade ecologicamente correta, sem agredir o meio ambiente.

Por essas razões devemos preservar e prestigiar o artesanato em balata, e a sua declaração de Patrimônio Cultural Imaterial ocasionará um incentivo à preservação desta arte, por parte do poder público, conforme estabelece o art. 6º da Lei Estadual N.º 5.629/1990 que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado do Pará.

Tendo em vista a necessidade de se salvaguardar a cultura paraense, proponho aos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas o presente projeto de lei.

Palácio Cabanagem, 30 de março de 2010.


Carlos Martins
Deputado Estadual - PT

ANEXO III: Ofício do MDICT**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 300, Brasília - DF. CEP: 70053-900
Fone: 61-2027-7737 Fax: 61-2027-7871 scs@mdic.gov.br

Ofício nº 21 /2013/SCS

Brasília, 1 de março de 2013.

Ao Senhor

DARLINDO JOSÉ DE OLIVEIRA PINTO

Líder do Grupo de Mestres Artesãos de Modelagem em Balata

Pass. 6ª Linha – Cond. MH Coutinho QR.07 – S/Nº 03 Casa nº 11 – Bairro Tenoné

CEP: 66.820-170 – Belém/ PA

Assunto: **Reconhecimento de Excelência da UNESCO para produtos artesanais do MERCOSUL+.**

1. O Programa do Artesanato Brasileiro – PAB tem o objetivo de promover o artesanato brasileiro no mercado interno e externo, sempre buscando e desenvolvendo novos espaços para os produtos artesanais. Para tanto, o PAB desenvolve ações que possibilitam a consolidação do artesanato brasileiro enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades, a partir da consideração de que a atividade é disseminada em todo território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional.
2. Em 2012, uma das ações de promoção do artesanato brasileiro foi a incorporação do Brasil ao *Reconhecimento de Excelência da UNESCO para produtos artesanais do MERCOSUL+*. O Programa do Artesanato Brasileiro atuou como Comitê Nacional responsável pela seleção das peças que representaram o Brasil na 3ª edição do evento.
3. Nessa edição foram apresentados 96 produtos artesanais selecionados pelos Comitês Nacionais, sendo 13 do Brasil, 26 da Argentina, 26 do Chile, 13 do Paraguai e 18 do Uruguai. Os produtos foram avaliados em evento realizado no período de 29 de julho a 1º de agosto de 2012, durante a “Semana Internacional de Artesanato” promovida pela Diretoria Nacional de Artesanato, Pequenas e Médias Empresas, do Ministério da Indústria, Energia e Mineração do Uruguai, e pelo Escritório da UNESCO em Montevidéu. A seleção e a avaliação foram realizadas pelos jurados: Lic. Rafaela Luft, do México, Lic. Madeleine Burns, do Peru, e Dra. Cecília Duque, da Colômbia.
4. O êxito alcançado na participação do Brasil na edição de 2012 só foi possível devido à participação dos artesãos brasileiros, que atenderam à solicitação do Edital de Seleção Nacional e possibilitaram apresentar no evento a riqueza e a diversidade do artesanato brasileiro.
5. O Reconhecimento de Excelência da UNESCO tem o objetivo de incentivar nos artesãos a criação de produtos por meio de habilidades, design e temas nacionais de modo inovador, assegurando a continuidade e sustentabilidade das tradições culturais. É um instrumento de promoção que avalia a qualidade e autenticidade dos produtos, bem como a promoção internacional dos agraciados com o reconhecimento.

6. Diante disso, O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, através do Programa do Artesanato Brasileiro, parabeniza Vossa Senhoria pela peça artesanal "Búfalo Montado", a qual foi agraciada pelo Reconhecimento de Excelência da UNESCO.

7. Encaminhamos junto a esse documento o diploma oficial de Reconhecimento referente à peça.

8. Aproveitamos para lembrar que o Reconhecimento de Excelência da UNESCO é válido por um período de 3 (três) anos, e apenas para o produto apresentado. Qualquer alteração (no desenho, no material de qualidade, padrão, o processo de produção) irá resultar numa nova peça artesanal e, portanto, não certificada pelo reconhecimento.

9. As peças que receberam o Reconhecimento foram cedidas para a Representação da UNESCO no MERCOSUL para fins de exposição e promoção. Ao artesão serão reservados todos os direitos autorais e de reprodução.






10. Comunicamos, ainda, que o Brasil participará da próxima edição que ocorrerá em 2014 e, desde já, contamos com seu apoio.








Atenciosamente,















HUMBERTO LUIZ RIBEIRO
Secretário de Comércio e Serviços







ANEXO III: Lista de produtos do artesanato da balata levantados na pesquisa

Imagem	Objeto	Peso (g)	Medidas cm (compr)	Artesão	Preço médio R\$ (2017)
	Açaizeiro	31	22	Pitonho	R\$ 20,00
	Arraia	7	6 x 4	Pitonho	R\$ 5,00
		9	7 x 5		R\$ 10,00
	Bode	24	10 x 10	Pitonho	R\$ 15,00
	Botos (G), (M) e (P)	37	11 x 5	Pitonho	R\$ 15,00
		10	10 x 4		R\$ 10,00
		5	6 x 3		R\$ 10,00
	Búfalo	72	6 x 8	Pitonho	R\$ 20,00

	Búfalo montado	86	16 x 16	Pitonho	R\$ 25,00
	Canoa com toldo	24	14 x 5	Oscarino	R\$ 15,00
	Canoa sem toldo	21	14 x 5	Oscarino	R\$ 15,00
	Cavalo	43	15 x 11	Pitonho	R\$ 20,00
	Cavalo montado	52	16 x 13	Pitonho	R\$ 25,00
	Cobra deitada	15	20 x 2	Pitonho	R\$ 10,00
	Cobra enrolada	20	6 x 4,5	Pitonho	R\$ 10,00

		Coruja (G e P)	15	6 x 3		R\$ 15,00
			5	4 x 2	Pitonho	R\$ 5,00
		Cristo	43	16 x 4	Jonhe Braga	R\$ 50,00
		Elefante	12	11 x 4	Oscarino	R\$ 10,00
		Iguana	21	15,5 x 4	Oscarino	R\$ 15,00
		Índios na canoa	38	21 x 5	Pitonho	R\$ 20,00
		Jurupari	25	12 x 4	Jonhe Braga	R\$ 20,00

		Jacaré (G e P)	13	25 x 4	Pitonho	R\$ 15,00
			4	6 x 2		R\$ 5,00
		Lagarto	2	12 x 4	Oscarino	R\$ 15,00
		Macaco	26	10 x 3	Pitonho	R\$ 15,00
		Mapinguari	18	8 x 4	Jonhe Braga	R\$ 20,00
		Matintaperera	23	11 x 4	Jonhe Braga	R\$ 30,00
		Muiraquitãs (P) e (G)	3	2 x 2	Pitonho	R\$ 2,00
			15	7 x 5		R\$ 10,00

	Naja	17	6 x 6	Oscarino	R\$ 15,00
	Papagaio	15	7 x 3	Oscarino	R\$ 15,00
	Peixe-boi (P), (M) e (G)	4	6 x 3	Pitonho	R\$ 5,00
		13	10 x 4		R\$ 10,00
		38	17 x 5		R\$ 15,00
	Pirarucu(P), (M) e (G)	4	7 x 3	Pitonho	R\$ 5,00
		13	10 x 4		R\$ 10,00
		38	18 x 5		R\$ 15,00
	Porco espinho	21	9 x 5	Pitonho	R\$ 15,00
	Saci	22	14 x 5	Jonhe Braga	R\$ 20,00

	Nossa Senhora de Nazaré	38	13 x 10	Jonhe Braga	R\$ 70,00
	Sapo	24	8 x 4	Pitonho	R\$ 15,00
	Tartarugas (G), (M) e (P)	18	11 x 7	Pitonho	R\$ 15,00
		9	7 x 5		R\$ 10,00
		5	4,5 x 3		R\$ 5,00
	Tatu	20	11 x 5	Oscarino	R\$ 15,00
	Tucano	16	8 x 3	Oscarino	R\$ 15,00
	Vaca amamentando	23	11 x 6	Oscarino	R\$ 15,00
Média/PEÇA		22			R\$ 15,55

APÊNDICES

APÊNDICE I: Formulário de perfil sócio-econômico-cultural
Público: Artesão

1. Nome: _____
2. Endereço: _____
3. Idade: _____
4. Naturalidade: _____
5. Profissão: _____
6. Estado civil: _____
7. Com quem mora:

8. Atividades que atua para geração de renda:

9. Trabalha com balata?

10. Origem da matéria prima:

11. Forma de aquisição da balata: () direto () Atravessador
Quem?

12. Quantidade média comprada de balata nos últimos 6 anos? (kg/ano)

13. Qual o ano que mais comprou balata? (2010 – 2016)

14. Qual o ano que menos comprou balata? (2010 - 2016)

15. Valor médio “pago” na balata nos últimos anos? (R\$/ano)

16. Quando foi a ultima vez que foi comprada a balata? Quanto?

17. Valor pago na última aquisição de balata?

18. Qual o transporte utilizado para adquirir a Balata?

19. Quem paga (responsável) o custo pelo transporte da balata até você?

20. Valor de transporte (da última compra):

21. Objetivo da balata na sua atividade:
22. Produtos finais decorrente da balata:
23. Forma de beneficiamento:
 - a. técnica utilizada:
 - b. Produtos que são utilizados no beneficiamento e onde são:

APÊNDICE II: Formulário de perfil sócio-econômico-cultural**Público: balateiro**

1. Nome:

 2. Endereço:

 3. Idade: _____
 4. Naturalidade: _____
 5. Profissão: _____
 6. Estado civil: _____
 7. Com quem mora:

-
8. Atividades que atua para geração de renda:

 9. Trabalha com balata?

 10. Há quanto tempo atua como balateiro?
 11. Alguém da família também atua ou atuou como balateiro?
 12. Quando foi a primeira expedição?
 13. Quantas vezes você já realizou expedições?
 14. Qual a periodicidade de sua ida em expedição?
 15. Quanto foi a última expedição?
 16. Qual a quantidade média coletada de balata por expedição? (2010 – 2016)
 17. Qual a quantidade de balata coletada na última expedição? Quanto tempo durou?
 18. Fato marcante da última expedição:
 19. Qual a quantidade de árvores que são realizadas os cortes por dia?
 20. Qual quantidade média de látex extraído por árvore?
 21. Quanto tempo dura a coleta (sangria) do látex até o recolhimento?
 22. Quanto tempo em média você passa realizando os “cortes” e a coleta por dia nos balatais?
 23. De acordo com sua experiência, qual o período mínimo para voltar a fazer uma nova extração na mesma árvore?
 24. Quanto tempo leva dos tapiris até os balatais?
 25. Quanto se colhe em média por expedição (látex líquido)? Quanto foi na última expedição? (informação da produção individual)
 26. Quanto se colhe em média por expedição (látex líquido)? Quanto foi na última expedição? (informação da produção coletiva, e se possível

- verificar quantas pessoas estavam nas equipes decorrentes das expedições citadas).
27. Qual a quantidade de látex (líquido) necessário para produção de um bloco de 50 kg de balata (sólida)?
 28. Qual o procedimento de solidificação do látex?
 29. É utilizado algum aditivo nessa fase? Qual? Em que momento?
 30. Qual o custo da expedição? No que gasta?
 31. Qual a média de venda por bloco da balata?
 32. Quanto foi o último valor por bloco?
 33. Para quem vende os blocos? () artesão () atravessador () outros: _____
 34. Vende os blocos antes ou depois das expedições?

 35. Tem comprador certo?

Responsável pela aplicação: _____